

DN
GUER/MS1

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

MESTRADO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL

**Representação de Família
em crianças que vivem em família
e em crianças institucionalizadas**

Marisa S. A. Rocha Guerreiro - Nº 12 729

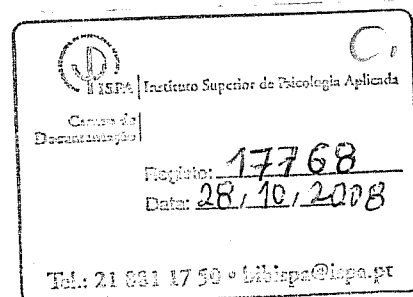
ORIENTADOR: Professor Doutor José Morgado

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

SEMINÁRIO DIRIGIDO POR: Professora Doutora Glória Ramalho

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

2007



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
REVISÃO DA LITERATURA	12
1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	13
1.1 Abordagem Histórica das Representações Sociais	13
1.2 Perspectivas do Conceito.....	15
1.3 Características das Representações Sociais	17
1.4 Estrutura das Representações Sociais.....	22
1.5 Funções das Representações Sociais	27
1.6 As Representações Sociais e Família	29
2. FAMÍLIA E SUA INFLUÊNCIA NA CRIANÇA.....	32
2.1 Perspectivas do Conceito de Família.....	32
2.2 Importância da Família no Desenvolvimento da Criança.....	36
2.3 Formação e rompimento de vínculos afectivos	40
2.4 A Criança privada de vida familiar.....	47
2.4.1 Institucionalização.....	50
2.4.2 Escola Para Todos.....	57
2.5 A Mãe Como Organizador Psíquico no Desenvolvimento da Criança.....	60
2.6. Paternidade e Sua Influência no Desenvolvimento dos Filhos	65
2.6.1. Ausência paterna.....	68
3. PROBLEMÁTICA.....	72
3.1. Questões de Estudo.....	73
4. METODOLOGIA	75
4.1 Amostra	76
4.2 Instrumentos	78
4.3 Procedimentos	79
4.4 Tratamento dos dados.....	80
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	92
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	115
7. REFERÊNCIAS	128
ANEXOS.....	136
Anexo A: Guião de Entrevista.....	137
Anexo B: Entrevistas a crianças institucionalizadas com três anos.....	138
Anexo C: Entrevistas a crianças institucionalizadas após contacto familiar	140
Anexo D: Entrevistas a crianças que vivem em família	143

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1- Características do núcleo central e do sistema periférico.....	25
QUADRO 2 - Análise do tema nº1 – Definição de Família	82
QUADRO 3 - Análise do tema nº2 – Diferenças/Semelhanças entre Famílias	83
QUADRO 4 - Análise do tema nº3 – Definição de Pai	84
QUADRO 5 - Análise do tema nº4 – Definição de Mãe	85
QUADRO 6 - Análise do tema nº5 – Importância da Família.....	86
QUADRO 7- Análise do tema nº6 – Pessoa mais Carinhosa numa Família	87
QUADRO 8 - Análise do tema nº7 – Pessoa mais Difícil numa Família	88
QUADRO 9 - Análise do tema nº8 – Família Ideal.....	89
QUADRO 10 - Análise do tema nº9 – Comparação da Família.....	91
QUADRO 11 - Definição de Família.....	93
QUADRO 12- Definição de Família (Análise por Grupos).....	94
QUADRO 13 - Diferenças/Semelhanças entre Famílias	96
QUADRO 14 - Diferenças/Semelhanças entre Famílias (Análise por Grupos)	97
QUADRO 15 - Definição de Pai.....	98
QUADRO 16 - Definição de Pai (Análise por Grupos).....	99
QUADRO 17 - Definição de Mãe.....	101
QUADRO 18 - Definição de Mãe (Análise por Grupos).....	102
QUADRO 19 - Importância da Família	104
QUADRO 20 - Importância da Família (Análise por Grupos)	105
QUADRO 21 - Pessoa mais Carinhosa numa Família.....	106
QUADRO 22 - Pessoa mais Carinhosa numa Família (Análise por Grupos).....	107
QUADRO 23 - Pessoa mais Difícil numa Família	108
QUADRO 24 - Pessoa mais Difícil numa Família (Análise por Grupos)	109
QUADRO 25 - Família Ideal	110
QUADRO 26 - Família Ideal (Análise por Grupos)	111
QUADRO 27 - Comparação da Família	112
QUADRO 28 - Comparação da Família (Análise por Grupos).....	113

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Idade dos sujeitos entrevistados	77
FIGURA 2 – Género dos sujeitos entrevistados	77

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo principal estudar a representação de família em crianças que vivem em família e em crianças institucionalizadas. Assim, propomo-nos verificar se existem diferenças significativas na representação de família entre as crianças que vivem numa família tradicional e as institucionalizadas e também se existem diferenças significativas entre as crianças que vivem em instituições desde os três anos e as que vivem em instituições após contacto familiar (famílias de risco).

Procedeu-se a uma revisão da literatura, realizando-se uma abordagem histórica das representações sociais, das suas características, da sua estrutura e das suas funções. Também foram abordados vários temas na área da Família: a sua importância e influência no desenvolvimento cognitivo, emocional e social e os problemas que a ausência familiar pode causar na vida das crianças.

Neste estudo exploratório, em termos de metodologia, utilizámos a entrevista semi-estruturada para a recolha dos dados. Realizámos as entrevistas a trinta e nove crianças: treze crianças que vivem em instituições desde os três anos; treze crianças institucionalizadas após contacto familiar e treze crianças que vivem com a família. Posteriormente, as entrevistas foram sujeitas a uma análise de conteúdo.

Concluiu-se que apesar de existirem algumas diferenças significativas nos temas: *definição de família, definição de pai e definição de mãe*, de um modo geral, as crianças dos diferentes grupos não diferem de forma muito significativa na sua representação de família. Os grupos em estudo consideram que a família é muito importante e que nesta devem existir laços de afectividade, de união e apoio, apresentando características diferentes ao nível da afectividade, da educação e das condições de vida.

ABSTRACT

The main objective of the present work is to study the family representation on the children who live in a family and those who are institutionalized. Therefore, we pretend to verify if there are significant differences in the family representation between children who live in a traditional family and those institutionalized. And also if there are significant differences between children who live in institutions since they were three years of age and those who were institutionalized after having familiar contact (risky families).

We have proceeded to a literature revision making an historical approach of the social representations, its characteristics, its structure and its functions. We mentioned different areas related to the family: its importance and influence on the cognitive, emotional and social development of a child and the problems that the familiar absence can cause on a children's life.

In this exploratory study, in terms of methodology, we used the semi-structured interview for the collecting of data. The interviews were made to thirty nine children: thirteen children live in institutions since they were three years old; thirteen children were institutionalized after familiar contact and thirteen children live with their family. Subsequently, the interviews were analysed in terms of content.

We have concluded that, in spite of the existence of significant differences on the themes: *family definition*, *father definition* and *mother definition*, in a general way, children of different groups do not differ very significantly in their representation of family. The studied groups consider that family is very important and that it should include bonds of affectivity, union and support, presenting different characteristics in terms of affectivity, education and life conditions.

DEDICATÓRIA

Sentimentos repetidos de ...

Dor, abandono, perda, isolamento,
desconfiança, incompetência, medo,
solidão, vergonha, culpa, tristeza, raiva,
ódio, injustiça, humilhação, vazio, confusão,
angústia, desespero...

Strecht (2002)

Uma sociedade saudável deveria de ajudar a aliviar estes sentimentos que muitas crianças vivem de forma constante e traumática, repetindo-os muitas vezes em adultos. Muitas vidas desamparadas e silenciosas com um silêncio falso, com vontade de gritar desvairadamente e desalinhadamente a uma velocidade incontrolável (Strecht, 2002).

Este trabalho é dedicado a todas as crianças, especialmente às crianças que não tiveram a oportunidade de crescer numa família e que para além das contrariedades e lutas desta vida conseguem sobreviver e vencer neste mundo às vezes cruel.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o envolvimento directo e indirecto de várias pessoas, deixo aqui o meu apreço e agradecimentos a todos eles:

Ao Professor Doutor José Morgado, pela motivação e apoio dispendido na orientação deste trabalho;

À Professora Glória Ramalho pelo apoio e pelas opiniões partilhadas na realização deste trabalho;

À Professora Regina Bispo pelo apoio e orientação a nível da estatística;

Aos órgãos administrativos e a todos os colaboradores das instituições “Lar de Betânia” de Vendas Novas e Estremoz e “Instituição Sol” de Montijo.

A todas as crianças e famílias que tornaram possível a execução deste trabalho;

À minha irmã, Dr^a Milena Fidalgo pela ajuda nas traduções e pelo apoio ao longo deste trabalho.

À Psicóloga Dr^a Bertina Tomé pela sua colaboração na execução deste trabalho.

Aos familiares e amigos que me apoiaram.

À minha filha e marido, pelo apoio e paciência que tiveram e pelo tempo que não lhes dediquei;

A Deus que tornou óbvias todas as palavras que se transformavam na minha mente;

INTRODUÇÃO

Em Portugal, e no resto do mundo, deparamo-nos com situações de desigualdade a nível social e familiar. São cada vez mais preocupantes as “barbaridades” que fazem às crianças indefesas, as consequências e o sofrimento que advêm dessas situações. Vários factores originam a que muitas crianças sejam separadas das suas famílias e sejam incluídas em instituições de acolhimento. Segundo Rutter, Giller & Hagell (2000), não é apenas a separação que pode perturbar o desenvolvimento da criança, mas a causa e a forma como decorre essa separação.

Apesar dos critérios de perda serem diferentes, a ruptura de vínculos afectivos é prejudicial no desenvolvimento de uma criança, muitas têm dificuldades em superar o sentimento de perda (Bowlby, 1982; Lamb, 1993; Bee, 1997).

A inserção de uma criança num meio extra-familiar implica adaptações a uma separação, a um novo local e modo de vida. Nas crianças institucionalizadas o trabalho terapêutico na contenção e reparação das feridas é fundamental para o desenvolvimento de jovens e adultos saudáveis, ajudando-os a perdoar e a esquecer as suas dramáticas experiências de vida (Strecht, 2002).

A família é uma referência de grande importância na construção da personalidade da criança, no seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Os laços afectivos familiares fortes, os limites e regras bem estabelecidas transmitem às crianças segurança e proporcionam uma boa auto-estima. Muitos dos problemas de inadaptação social e problemas psíquicos surgem devido a carência e abandono de laços familiares (Bee, 1984; Bowlby, 1984; Lyytinen & Poikkens, 1998; Maccoby & Martin, 1983).

Ninguém pode negar a importância da família no desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social de uma criança, todo o ser humano tem necessidade de ter uma família, sentir-se amado, respeitado e protegido. No entanto, nem sempre a família consegue desempenhar as suas funções vitais e são as instituições que ocupam o seu lugar, tentando colmatar e minimizar problemas emocionais, físicos e psicológicos,

contudo dificilmente conseguem substituir os laços naturais, a afectividade e a atenção.

No meio de mudanças, sofrimento e novas experiências de vida, qual é a representação de família destas crianças? Talvez o conceito de família nestas crianças possa ser diferente dos conceitos das crianças que vivem em família. A história de vida, as experiências familiares e sociais são diferentes, representarão estas crianças uma realidade de forma diferente?

As representações resultam de um processo de apropriação da realidade num sistema simbólico, o qual é influenciado pelo contexto social – senso comum. Os esquemas interpretativos de cada indivíduo ou grupo integram dados de ordem cognitiva, afectiva e simbólica, os quais exprimem no pensamento formas de conhecimento diferentes de uma mesma realidade (Abric, 1996; Doise, 1986).

Através das representações procuraremos perceber que processos as crianças utilizam quando constroem a sua representação de família, combinando a sua história pessoal e as suas relações interindividuais e intergrupais (Abric, 1996; Moscovici, 1986; Santiago, 1997).

Assim sendo, com este estudo exploratório pretendemos, verificar quais os factores que estão relacionados com a representação de família das crianças que vivem numa família nuclear e das que vivem em instituições, desde os três anos ou após contacto familiar (no caso das famílias de risco). Assim, propomo-nos verificar/comparar se o facto dos alunos viverem com a família ou em instituições influencia a representação de família dos mesmos.

A revisão da literatura é composta por dois capítulos. No primeiro é realizada uma abordagem histórica das representações sociais, a sua definição, as suas características, a sua estrutura e funções, na perspectiva de vários autores. No segundo capítulo são abordados temas sobre o conceito de família, a sua influência e a sua importância no desenvolvimento cognitivo, emocional e social na vida de uma criança, assim como a ausência familiar e a institucionalização, os quais também são

considerados factores que influenciam significativamente o desenvolvimento global da criança.

Após o contexto teórico de enquadramento do estudo passamos à sua apresentação. Nos seguintes capítulos será apresentada a problemática e a metodologia desta investigação. Neste trabalho exploratório e no âmbito da recolha de informação foi utilizada a entrevista semi-estruturada na recolha de dados. Para estudarmos as questões levantadas utilizámos uma amostra constituída por trinta e nove crianças divididas em três grupos: crianças institucionalizadas com três anos, crianças institucionalizadas após contacto familiar e crianças que vivem em família. Nos dois últimos capítulos são apresentados e discutidos os resultados obtidos, no sentido de perceber de forma conclusiva qual a representação que as crianças têm de família.

Esperamos com este trabalho sensibilizar famílias e instituições para a importância da existência de um meio familiar saudável, com tudo a que uma criança tem direito: amor, carinho e suprimento de necessidades físicas, psicológicas e emocionais. As questões de estudo pretendem ajudar-nos na compreensão do modo como as crianças percebem a família, qual a importância desta e as funções que desempenha.

Visto que a família desempenha um papel tão importante na vida do ser humano, com este estudo pretendemos ficar a conhecer qual a representação mental e emocional que as crianças têm de família, não esquecendo que elas irão ser as famílias do amanhã, contribuindo para a formação de futuras famílias saudáveis e seguras.

REVISÃO DA LITERATURA

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

1.1 Abordagem Histórica das Representações Sociais

O que surgiu primeiro: as palavras, o poder ou os actos?

Não, primeiro surgiu a imagem.

Faust (s.d.) cit. por Doise & Palmonari (1986)

Não são apenas as nossas imagens do mundo social que são um reflexo dos acontecimentos do mundo social, mas os próprios acontecimentos do mundo social, podem ser reflexos e produtos das nossas imagens do mundo social (Snyder & Swann, 1978: cit. por Doise e Palmonari, 1986).

As representações sociais são a área de estudo mais produtiva no âmbito da psicologia social de origem europeia. Actualmente, existe um conjunto de métodos que garante o carácter científico dos estudos das representações sociais. Na perspectiva de vários autores que se destacam no estudo desta matéria, podemos encontrar um conjunto de explicações acerca do significado das representações sociais. O estudo das representações, relativamente à sua utilização, facilita a compreensão das relações e das atitudes do ser humano para com os outros, para com os objectos e para com as diversas situações, contribuindo assim para a resolução de determinados acontecimentos.

O universo das representações sociais constitui uma fonte inesgotável de experiências. Aquilo que hoje consideramos uma verdade absoluta pode mudar amanhã de forma consciente ou inconsciente.

A teoria geral das representações sociais é uma teoria recente e de origem europeia. O estudo das representações sociais constitui uma tradição francesa, o qual teve a sua

origem com Durkheim (1912), tendo sido desenvolvido por Moscovici (1961). O conjunto de fenómenos designado por representações colectivas foi estudado inicialmente pelo sociólogo Durkheim (1912). Moscovici (1961), enquanto psicólogo social, tratou deste mesmo assunto no seu trabalho sobre as representações sociais da psicanálise, mas de modo diferente (Doise & Palmonari, 1986).

O conceito de representação social aparece pela primeira vez com Moscovici (1965), na publicação “La psychanalyse, son image et son public”. Nesta publicação foram lançadas as bases para o desenvolvimento da teoria das representações sociais, as quais serviram de referência para variadas investigações relacionadas com a construção de diferentes formas de pensamento social nos sujeitos (Moscovici, 1976).

Posteriormente, diversos autores retomaram a noção de representação social em diferentes estudos, experimentais e não experimentais. Não são apenas os psicólogos sociais que utilizam actualmente a noção, mas também, antropólogos, historiadores, filósofos, entre outros (Doise, 1986).

As representações sociais constituem uma noção chave para a psicologia social, tendo em conta os numerosos trabalhos e debates que surgiram nesta área. Por outro lado, elas tendem cada vez mais a ocupar uma posição central nas ciências humanas. A pesquisa sobre as representações sociais encontra-se actualmente muito dinamizada (Guimelli, 1994).

Existem algumas tendências a nível das representações sociais. Na perspectiva de alguns autores, haveria interesse em enriquecer a teoria das representações com a problemática dos valores, das aspirações sociais e das relações dos sujeitos com as normas institucionais gerais e específicas. Para outros autores, as representações deveriam ligar-se às teorias sobre a categorização social, aos processos de atribuição e às relações entre grupos (Santiago, 1997).

A realidade é que as questões que se colocavam, ainda continuam actuais, uma vez que ainda se procura perceber que processos os sujeitos utilizam quando constroem

determinadas significações da realidade, combinando história pessoal, cultural, ética e ideológica, com as suas relações interindividuais e intergrupais.

1.2 Perspectivas do Conceito

Apesar dos diversos estudos realizados sobre as representações sociais, estas não constituem, ainda, uma teoria unificada e totalmente delimitada. No entanto, esta diversidade demonstra a riqueza do próprio conceito de representação social. As definições operacionais de representação social são várias.

Moscovici (1976) dá ênfase à adaptação e ao equilíbrio dos sujeitos num determinado contexto social. As representações como estruturas que estabilizariam os comportamentos e orientariam os tipos de comunicação entre indivíduos e entre grupos a partir da integração de valores, noções e práticas relativas a objectos sociais. As representações como conteúdo serão o pensamento social estabelecido, resultado da actividade mental dos conhecimentos das atitudes, de imagens e opiniões utilizadas na significação dos objectos e das situações sociais.

Herzlich (1986) insistiu mais nos processos simbólicos de produção de sentidos que iriam manifestar-se na atribuição de um determinado significado pelos sujeitos à sua experiência social, utilizando determinados códigos visíveis na projecção de valores e aspirações sociais.

Doise (1986) orienta os termos da representação social para uma explicação dos comportamentos e do estilo de comunicação nos sujeitos a partir das condicionantes que resultam da sua inserção nos diferentes grupos aos quais pertence e da posição destes na estratificação social.

Di Giacomo (1986) refere que as representações sociais são um conjunto de opiniões e crenças socialmente determinadas em relação aos objectos sociais ou materiais.

Deve-se considerar as representações sociais como o produto de um processo permanente e social de avaliação das pessoas e dos factos.

Como afirma, Kaes (1968), as representações sociais são mais do que um sistema de imagens herdadas da cultura: elas são o produto do confronto por um determinado grupo social das realidades do seu contexto com critérios sociais de referência (cit. por Doise & Palmonari, 1986).

Jodelet (1970) relaciona as dimensões relacionais, comunicativas, socio-culturais, socio-cognitivas e comportamentais no conceito de representação social. Num contexto natural, as representações poderiam ser entendidas como teorias do senso comum, sistemas de referência para interpretar o que é estranho, desconhecido e escapa à experiência directa dos sujeitos, categorias que classificam as pessoas, os contextos e as situações ou imagens. São conhecimentos implícitos, formas de conhecimentos socialmente elaboradas e partilhadas que têm uma finalidade prática e contribuem para a construção de uma realidade comum a um grupo social.

Para Guimelli (1994) as representações sociais são o conjunto dos conhecimentos, das crenças e das opiniões partilhadas por um grupo relativamente a um dado objecto social e constituem uma forma específica do conhecimento que reside no carácter social dos processos que as produzem.

Segundo Abric (1996) uma representação social é o conjunto organizado e hierarquizado dos julgamentos, das atitudes e das informações que um determinado grupo social elabora a propósito de um objecto. As representações sociais resultam de um processo de apropriação da realidade, de reconstrução desta realidade num sistema simbólico. Elas são interiorizadas pelos membros do grupo social e, por isso, colectivamente criadas e partilhadas. Elas são as visões do mundo que desenvolvem os grupos sociais, as quais dependem da sua história, dos valores e do contexto social em que se encontram. As representações correspondem ao senso comum, ao que as pessoas pensam conhecer e estão convencidas de saber acerca de determinados objectos e situações.

Os esquemas interpretativos, individuais e grupais integram dados de ordem cognitiva, afectiva e simbólica, os quais exprimem no pensamento modos e tipos de conhecimento diferenciados da realidade social e modos de acção face à mesma realidade. Das representações, existem várias áreas, modelos de análise e várias noções de conceitos que permitem vias múltiplas para a definição de representações sociais (Doise, 1986).

Podemos afirmar que não existe uma definição única para o conceito de representação social. A representação social é um conjunto organizado de informações que depende de relações intergrupais, valores, crenças, normas institucionais e específicas, da dimensão afectiva e do comportamento do sujeito, e da representação de si na apreensão dos objectos e das situações sociais. Uma representação social não está isolada, está relacionada com outras representações.

1.3 Características das Representações Sociais

Na sociedade actual tudo o que é considerado como “naive”, o senso comum, não faz parte da ciência. As pessoas têm de confrontar as suas ideias e experiências de acordo com os novos resultados das descobertas científicas. Os “sabedores naives”, tendem a não aceitar os factos e conhecimentos que não estão de acordo com as suas teorias implícitas. Eles excluem-se destas informações sem lhes dar muita importância. O “sabedor naive” não assimila a informação, apenas pretende confirmar as suas teorias. Tudo o que observa é explicado de acordo com a sua experiência pessoal (Moscovici, 1986).

As representações sociais são partilhadas por um grande número de pessoas, transmitidas de geração em geração e impostas a cada um de nós sem o nosso consentimento consciente. Segundo a escola americana de pensamento, o personalismo é o erro fundamental, a linha de partilha entre o pensamento “naive” e o pensamento científico (Moscovici, 1986).

O que distingue a ciência, das representações sociais ou dos mitos é, a frequência com que se coloca a pergunta “porquê” e não o saber se a resposta a esta pergunta é uma pessoa ou situação. O pensamento científico tende efectivamente a desencorajar e limitar a procura de uma explicação, enquanto que o pensamento popular encoraja-a e multiplica-a (Moscovici, 1986, p. 60).

No seu estudo da representação social da psicanálise, Moscovici (1961) insistia na importância da introdução de uma teoria científica no pensamento comum. A tentativa de relacionar as representações sociais com a ciência representou sempre um problema particularmente importante. As representações sociais são responsáveis por um saber particularmente legítimo e forte, por exemplo, a medicina. A saúde e a doença constituem um dos temas de estudo mais pertinentes da relação da representação social, do pensamento comum, com o pensamento científico. As representações da saúde e da doença, quaisquer que sejam os processos psicológicos que as subentendem e que convém analisar, estão enraizadas na realidade social e histórica (Herzlich, 1986).

Na representação existem duas formas de pensamento: pensamento “naive” (senso comum) e o pensamento científico. Estes pensamentos funcionam de forma diferente. O pensamento “naive” permite a existência de contradições e não necessita de provas, o que não acontece com o pensamento científico que tem de apresentar provas da sua veracidade.

Muitas vezes os conceitos de ideologia e representação podem ser confundidos, no entanto são diferentes. O mundo da ideologia é um mundo mais estável, enquanto que o universo da representação é mais difuso, sempre em mudança. Uma ideologia vive através de um sistema de conceitos que a mantém o que não acontece com a representação social, é como se fosse constituída por diferentes blocos de conceitos ligados entre eles de diferentes formas. Uma ideologia tem algo que a defende e salvaguarda – a ortodoxia - enquanto que a representação social não o tem (Doise & Palmonari, 1986).

As representações sociais são realidades simbólicas e dinâmicas. Estas têm uma realidade própria que não provém de outras ciências e constituem um objecto de estudo, são a base para o desenvolvimento da psicologia social. As representações são utilizadas em todas as interacções que se passam entre dois indivíduos ou entre dois grupos (Doise & Palmonari, 1986).

As representações sociais têm uma existência real, tal como os estados físicos de bem-estar ou sofrimento. As representações sociais constituem uma parte significativa do universo individual de cada um, elas têm um papel importante na consciência individual das representações colectivas sob a forma de ideias, conceitos e categorias. São os indivíduos que as pensam e as produzem mas não de forma isolada, estas são realidades partilhadas. As representações sociais têm uma consistência que lhes é própria, produto da acção e da comunicação (Doise & Palmonari, 1986).

A representação social é um intermediário entre conceito e percepção, situando-se no campo das imagens, atitudes e informações, contribuindo para a formação dos comportamentos e para a orientação das comunicações sociais; conduz a processos de objectivação, de classificação e de ancoragem, elaborando-se em diferentes modalidades de comunicação: a difusão, a propagação e a propaganda (Doise, 1986 p. 83).

No estudo acerca da psicanálise, Moscovici (1976) distingue em particular dois processos que caracterizam de modo geral as representações sociais: a objectivação e a ancoragem.

A objectivação concretiza as noções fazendo corresponder as coisas às palavras. A informação é seleccionada fora de qualquer contexto e esquematizada para formar o que Moscovici (1976) chama de “núcleo figurativo”.

A objectivação transforma um conceito numa imagem ou num núcleo figurativo torna concreto aquilo que é abstracto. A finalidade do processo de objectivação é a neutralização (Doise & Palmonari, 1986).

A objectivação permite ao sujeito accionar mecanismos de selecção de informação, para interpretação, categorização e apreensão da informação (Abric, 1994a).

Em suma, a objectivação diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se formam expressões de uma realidade vista como natural. Este percurso envolve três momentos. Num primeiro, as informações, crenças e ideias acerca do objecto da representação sofrem um processo de selecção e descontextualização. O que está em causa é a formação de um todo relativamente coerente, implicando que apenas uma parte da informação disponível acerca do objecto seja útil. A segunda etapa corresponde à organização dos elementos, à sua esquematização estruturante. A última etapa do processo da objectivação é a naturalização e o que agora se acentua é o facto de os conceitos retidos no esquema figurativo e as respectivas relações se constituírem como categorias naturais e adquirirem materialidade. Não só o abstracto se torna concreto através da sua expressão em imagens e metáforas, como o que era percepção se torna realidade, tornando equivalentes a realidade e os conceitos (Vala, 1993).

A ancoragem permite incorporar algo que nos é desconhecido e que nos cria dificuldades no nosso conjunto de categorias. A palavra ancoragem poderá ter o sentido de colocar um objecto novo num quadro de referência bem conhecido para poder interpretá-lo. Numa perspectiva mais instrumental, o processo de ancoragem equivale a uma atribuição de funcionalidade (Doise & Palmonari, 1986).

A ancoragem trata-se do enraizamento social da representação. A construção da representação de um objecto novo para o sujeito acontece baseada em crenças, valores e conhecimentos dominantes no seu grupo. A ancoragem permite, de certa forma, ligar algo novo a algo que é antigo e, que por isso, já é partilhado pelos indivíduos que pertencem a um mesmo grupo. Deste modo, tornamos familiar aquilo que nos é estranho (Guimelli, 1994).

Para Moscovici (1984) uma das principais características da ancoragem é a classificação, pois existe a necessidade de atribuir uma característica a algo que não é completamente conhecido. Estes processos de objectivação e ancoragem serão actualizados durante um confronto com o inesperado ou o inexplicável. O autor defende a ideia de que uma função importante das representações sociais é precisamente a domesticação do estranho.

A ancoragem precede a objectivação por um lado, e por outro, situa-se na sequência da objectivação. Enquanto processo que precede a objectivação, a ancoragem refere-se ao facto de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência: quando um sujeito pensa um objecto, o seu universo mental não é por definição, uma tábua rasa. Pelo contrário, é por referência a experiências e esquemas de pensamentos já estabelecidos que o objecto em questão vai ser pensado. A ancoragem enquanto processo que segue a objectivação numa representação social é um código de interpretação no qual ancora o não familiar, o desconhecido e o imprevisto. As representações sociais oferecem uma rede de significados que permitem a ancoragem da acção e a atribuição de sentido a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos e factos sociais. A ancoragem leva à produção de transformações nas representações já constituídas (Vala, 1993, p. 362).

Ambos os processos têm um papel significativo nas representações, a objectivação esclarece como se estrutura o conhecimento do objecto, enquanto que a ancoragem dá sentido ao objecto que se apresenta à nossa compreensão. A ancoragem acontece antes e depois da objectivação, Quando acontece antes, exerce um poder de nomear (categorizar) objectos e situações para os grupos sociais, quando acontece depois, refere-se a uma função social de classificação, onde o não familiar deve ser relacionado com outro objecto familiar e identificado. Esta identificação é quase sempre um juízo de valor, uma vez que a nova informação é relacionada com um objecto já conhecido, sob pena de não haver possibilidade de ancorá-lo.

1.4 Estrutura das Representações Sociais

As representações sociais parecem ser resistentes à mudança ao nível das suas estruturas psicológicas mais profundas no sujeito, a que Abric (1994a) chama de Núcleo Central. Por outro lado, as estruturas de superfície são adaptáveis a novas situações, que são os elementos periféricos – Sistema Periférico.

A teoria do núcleo central foi proposta pela primeira vez, em 1976, através da tese de Doctorat d'État de Jean-Claude Abric – *Jeux, conflits et représentations sociales* – na Université de Provence, referente à organização interna das representações sociais.

A organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas além disso toda a representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado (Abric, 1994a, p. 19).

Nos processos de percepção social surgem elementos centrais que constituem o pensamento social, permitindo-lhe compreender a realidade vivida pelos indivíduos ou grupos. O núcleo central é o elemento essencial de toda a representação constituída e ele pode superar o simples quadro do objecto da representação para encontrar a sua origem nos valores que o transcendem e que não exigem nem aspectos figurativos, nem esquematização, nem mesmo concretização. A teoria do núcleo central retoma, em grande parte, as análises de Moscovici (1976), mas não limita o núcleo ao seu papel genético (Abric, 1994a).

Segundo Abric (1994b), a ideia essencial da teoria, é a de que toda a representação está organizada em torno de um núcleo central que determina, ao mesmo tempo, a sua significação e a sua organização interna. Ele é relativamente independente do contexto social e material imediato, no qual a representação é posta em evidência, constituindo a base comum, colectivamente partilhada das representações sociais. A

sua função é consensual, através dele realiza-se e define-se a homogeneidade de um grupo social.

Abric (1994a) afirma que o núcleo assegura o cumprimento de duas funções essenciais:

Função geradora - ele é o elemento pelo qual se cria, ou se transforma, a significação dos outros elementos constitutivos da representação. É por ele que esses elementos tomam um sentido, um valor. Dá à representação uma significação.

Função organizadora - é o núcleo central que determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação. Ele é nesse sentido o elemento unificador e estabilizador da representação.

O núcleo é marcado pela memória colectiva do grupo e pelo sistema de normas ao qual ele se refere, estando directamente condicionado pelas características históricas, sociológicas e ideológicas. É estável e coerente resistente à mudança, assegurando assim uma segunda função, a da continuidade e da permanência da representação.

Segundo Abric (1994a), em torno do núcleo central estão organizados os elementos periféricos que também têm um papel muito importante na representação, no sentido de preservar o núcleo central da representação, integrando a informação de forma que este não se altere.

Os elementos periféricos constituem a ligação entre o núcleo e a situação concreta em que a representação está elaborada. As suas funções são determinadas pelo núcleo:

Função de concretização: A periferia integra os elementos da situação na qual se produz a representação. Transmite o presente e a experiência dos sujeitos, estando directamente dependente do contexto. Os elementos periféricos resultam da ancoragem da representação na realidade.

Função de regulação: Face à estabilidade do núcleo central, os elementos periféricos constituem o aspecto móvel e evolutivo da representação, sendo mais flexíveis que os elementos centrais. Os elementos periféricos desempenham um papel essencial na adaptação da representação às evoluções do contexto.

Função de defesa: O sistema periférico funciona como o sistema de defesa da representação, constituindo aquilo que Flament (1987) designa de “pára-choques”. A nova informação é recebida pelo sistema periférico de forma a que a ideia central não seja modificada. Todos os mecanismos de defesa surgem de forma inconsciente, permitindo o equilíbrio de integração social. Segundo Abric (1994 a), existem quatro mecanismos de defesa:

- “Scotomisation” - acontece quando a representação de um indivíduo não corresponde à representação do outro, este “scotomisa” (não entende, “desliga”). Esta acção não é propositada, é inconsciente.
- Interpretação defensiva - transforma a significação. Ao verificar-se que uma determinada representação não corresponde à realidade, surge uma outra interpretação.
- Memorização selectiva - acontece quando a mensagem é compreendida, no entanto, o sujeito esquece, as partes que lhe colocam problemas ou que não estão de acordo com a sua representação.
- Questionar a autoridade da fonte - A mensagem é contrária à representação do indivíduo, logo este põe em causa a sua credibilidade.

QUADRO 1- Características do núcleo central e do sistema periférico

Núcleo Central	Sistema Periférico
<ul style="list-style-type: none"> • Ligado à memória colectiva e à história do grupo; • É consensual. Define a homogeneidade do grupo; • Estável; • Coerente; • Rígido; Resiste à mudança; • Pouco sensível ao contexto imediato; • Funções: cria a significação da representação e determina a sua organização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Permite a integração de experiências e histórias individuais. • Suporta a heterogeneidade do grupo; • Flexível; • Suporte de contradições • É evolutivo; • Sensível ao contexto imediato; • Funções: permite a adaptação à realidade concreta, permite a diferenciação do conteúdo e protege o sistema central.

In Abric 1994b

“A interacção entre o sistema central e o sistema periférico aparece-nos como um elemento fundamental na actualização, na evolução e na transformação das representações sociais” (Guimelli, 1994 p.84).

Segundo Abric (1994a), existem quatro grandes tipos de representação que intervêm na situação de interacção:

A representação do Eu - nesta representação existem duas dimensões o Eu privado e o Eu público. O Eu privado é o que pensamos ser, é a imagem que fazemos de nós próprios. O Eu público é a imagem que pretendemos transmitir aos outros, quer seja consciente ou inconscientemente. Quando existe uma interacção, a imagem do nosso Eu é aquilo que pretendemos parecer.

A representação do Outro - O nosso comportamento em relação ao outro depende da imagem que temos dele, independentemente de ser ou não correcta. A representação que temos do outro não depende apenas da realidade, mas de opiniões que estão relacionadas com valores, cultura e estereótipos que transformam a realidade. Assim sendo, a representação do outro pode ser formada antes de qualquer interacção.

A representação da Tarefa - A natureza e os objectivos influenciam a tarefa. Uma mesma tarefa pode ser apresentada com objectivos diferentes.

A representação do Contexto - A organização do espaço e o contexto influenciam a representação de uma determinada situação e também os comportamentos.

Várias pessoas podem ter uma mesma representação, partilhando do mesmo núcleo central, no entanto, a concretização pode ser diferente. Por exemplo, o reconhecimento pessoal é um objectivo comum a vários indivíduos, mas enquanto que para uns esse reconhecimento pode ser conseguido através da solidariedade, para outros poderá ser através do poder. O sistema periférico pode ser diferente mas o núcleo central é o mesmo.

É no sistema periférico que se vive uma representação social no quotidiano. O funcionamento do núcleo só é possível através de uma dialéctica contínua com a periferia. Uma transformação breve do núcleo é preparada durante muito tempo no sistema periférico. O núcleo pode delegar a gestão de uma parte da periferia a uma sub-estrutura periférica, por razões de economia cognitiva (Flament, 1994).

O núcleo central é o elemento mais estável da representação, este é resistente à mudança. A transformação completa da representação implica a modificação do Núcleo Central.

O sistema periférico protege o núcleo central, quando este recebe uma informação que põe em causa a representação. Esta nova informação é absorvida pelo sistema periférico e não pelo núcleo central, a ideia central não é modificada. Quando se recebe novas informações integramo-las na nossa representação a nível do sistema periférico.

Na realidade para que exista uma transformação de uma representação social é necessário a modificação do seu núcleo central e não apenas do seu sistema periférico. A representação do Eu privado e público, do outro, da tarefa e do contexto influenciam significativamente o comportamento e as expectativas da representação de determinado objecto ou situação.

Em suma, o núcleo central é o elemento principal da representação. A análise de uma representação social consiste na identificação do seu núcleo central. Todas as representações sociais diferentes são organizadas em torno de dois núcleos centrais diferentes.

1.5 Funções das Representações Sociais

As representações sociais desempenham um papel importante na dinâmica das relações e práticas sociais, existe uma correlação entre as representações e o comportamento. As representações sociais desempenham uma função de conhecimento na medida em que permitem ao sujeito compreender e explicar a realidade. Segundo Abric (1994a) as representações sociais têm um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e correspondem a quatro funções essenciais:

Funções de saber

Constituição do saber comum – São as representações sociais que permitem ao sujeito, enquanto entidade social, adquirir conhecimentos integrando-os de forma coerente e inteligível no seu sistema sócio-cognitivo, facilitando a comunicação social. O saber prático do senso comum permite aos actores sociais adquirir conhecimentos e integrá-los num quadro assimilável e compreensível para eles, em coerência com o seu funcionamento cognitivo. Estas funções definem o quadro de

referência comum que permite a troca social, a transmissão e a difusão deste saber “naive”. Esta função permite compreender e explicar a realidade.

Funções de orientação

Orientação das condutas e comportamentos - A representação produz um sistema de antecipações e expectativas, é por isso uma acção sobre a realidade, seleccionando e filtrando as informações e interpretações para que essa realidade esteja de acordo com a representação. Esta intervém directamente na definição da finalidade da situação, determinando assim o tipo de relações que se adequam ao sujeito. Mais do que a realidade objectiva da situação é a representação que o sujeito tem dessa situação que vai determinar o tipo de procedimento cognitivo, relacional e comunicacional que o sujeito vai adoptar. A mesma situação poderá ser interpretada de modo diferente por sujeitos diferentes. Esta função guia os comportamentos e as práticas sociais.

Funções Identitárias

Constituição e reforço da Identidade - A referência a representações que definem a identidade de um grupo vai desempenhar um papel importante no controlo social exercido pela colectividade em cada um dos seus membros, particularmente nos processos de socialização. As representações também têm por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, ou seja, compatível com sistemas de normas e valores socialmente e historicamente determinados. Esta função define a identidade e permite a salvaguarda da especificidade dos grupos.

Funções justificatórias

Justificação dos comportamentos e das condutas - A representação tem por função justificar a diferenciação social, podendo visar a discriminação ou a manutenção de uma distância social entre os grupos envolvidos. As representações desempenham um papel essencial na acção, permitindo assim aos actores explicar e justificar os seus comportamentos numa determinada situação. Esta função permite, a posteriori, justificar as tomadas de posição e os comportamentos.

As funções das representações sociais permitem compreender e explicar a realidade, falar a mesma linguagem e conduzir os comportamentos, permitindo a elaboração de uma identidade social. Permitem a tomada de decisão ou as práticas que estão relacionadas com o comportamento dos outros.

1.6 As Representações Sociais e Família

A representação social é um modo específico de conhecimento da realidade da psicologia social. O estudo das representações sociais leva-nos a reflectir sobre o modo como a realidade é construída pelo Homem. A representação social exprime uma continuidade entre o exterior e o interior do indivíduo, correspondendo a um processo de construção, por isso mesmo, um grau de enviesamento.

As representações são factores produtores da realidade com repercussões na forma como interpretamos o que nos acontece, o que acontece à nossa volta e nas respostas que encontramos para fazer face ao que julgamos ter acontecido. Quando constituída uma representação, os indivíduos procurarão criar uma realidade que valide as previsões e explicações decorrentes dessa representação (Moscovici & Hewstone, 1984 cit. por Vala, 1993).

Quando se pede a uma pessoa que evoque um determinado objecto, ela fá-lo, do seu ponto de vista, sobre a estrutura social e de um conjunto de informações, partindo da sua experiência directa ou indirecta. A representação é sempre a representação de alguma coisa. Esta exprime a relação de um sujeito com um objecto envolvendo uma actividade de construção, de modelização e de simbolização (Vala, 1993).

As representações sociais descrevem as relações que os actores têm com a família. A representação de família é a manifestação de uma relação entre esta e os actores que lhe atribuem um determinado significado. Este significado contém as atitudes que adoptam em relação aos diversos fenómenos que nela ocorrem, as informações que dela possuem e as imagens e representações sobre ela já previamente construídas nos indivíduos e nos grupos sociais (Santiago, 1997).

Um dos elementos mais importantes dos conteúdos das representações é o conjunto de informações de que os actores dispõem a propósito da família. Uma das mais importantes fontes de informação sobre família é constituída pela qualidade da vivência de determinadas experiências familiares pelos sujeitos. As representações sociais da família também traduzem aspectos da comunidade envolvente, da sociedade em geral, das relações entre as categorias sociais exprimindo uma relação social (Santiago, 1997).

As representações de família fornecem-nos uma dimensão da realidade da criança que é constituída pela interacção dos aspectos simbólicos com os aspectos institucionais. Há pais que viveram experiências dolorosas na infância e não as passam, nem desejam aos seus filhos. Os seus afectos não ficaram totalmente reprimidos, conseguem manter uma saudável (ainda que dolorosa) ligação entre determinadas representações e as emoções que lhes correspondem (Strecht, 2002).

Pais maltratantes foram habitualmente crianças maltratadas. Crianças maltratadas podem ser, um dia, maltratantes dos seus próprios filhos. É afinal o mecanismo de identificação ao agressor que funciona como agente perpétuo da patologia. Perante a ansiedade avassaladora, o desamparo e a impotência fortemente sentidas perante o episódio traumático, a economia psíquica e a inata compulsão à repetição, transformam-se em mecanismo patológico que mantém causas e circunstâncias (Strecht, 2002, p. 64).

Nos casos graves existe uma clivagem afectiva que defensivamente permite que perante as tais experiências dolorosas caia um pano que funciona como uma separação entre as emoções e as representações mentais a que estão ligados. Em termos do funcionamento psíquico, esta impenetrável cortina acabará por implicar um estado de quase ignorância dos sentimentos do próprio e da capacidade de os perceber nos outros. Outras vezes esse negativo é projectado para as crianças (Strecht, 2002, p.62).

As representações que se faz de família são um conjunto de conceitos originados no dia a dia, durante as comunicações interpessoais. Existem conceitos que vamos

assimilando ao longo da vida e que nem sequer questionamos, sempre aprendemos assim e não os vemos em causa. Quando somos confrontados com ideias diferentes daquelas que possuímos, não as aceitamos facilmente e consideramos muitas vezes a nossa representação como verdade absoluta.

O estudo das representações sociais desempenha um papel fundamental para entendermos o conceito que a criança tem de família. Cada ser humano representa mental e emocionalmente o conceito de família segundo o seu ponto de vista e a sua experiência.

2 FAMÍLIA E SUA INFLUÊNCIA NA CRIANÇA

2.1 Perspectivas do Conceito de Família

A família é o porto
onde se prepara a partida,
o abrigo que torna possível
o encontro de todas as fraternidades.

Sá & Cunha (1996)

Em toda a vida do ser humano não podemos descorar a importância da família para o desenvolvimento psíquico e afectivo da criança. A criança é condicionada desde muito cedo não só pela herança biológica que possui à nascença, mas também pelas relações com as pessoas que a rodeiam e com o meio envolvente. A família tem um papel muito importante na educação e no desenvolvimento sócio-afectivo de cada um de nós.

Segundo Murdock (1972) a família define-se como um grupo social que se caracteriza pela residência em comum, pela cooperação económica e pela reprodução. Compreende adultos de dois sexos que mantêm uma ligação sexual socialmente aprovada e com uma ou mais crianças geradas ou adoptadas.

Na área da religião, a família existe com um compromisso assumido por cada um dos seus cônjuges, alicerçados no amor de Deus, na qual o homem assume a liderança e a responsabilidade no lar. Ambos com a responsabilidade de amar, respeitar e assumir a educação dos filhos (Salmos; Efésios - Bíblia Sagrada).

Os demógrafos, para descrever as famílias e tentar avaliar as mudanças que sofreram até 1985, limitavam-se aos dados consignados pelo registo civil – casamentos, nascimentos, divórcios, não sendo consideradas as uniões de facto - e aos dados dos

recenseamentos que permitem saber quais são as pessoas que, tendo ou não laços de parentesco, vivem na mesma casa. A família de hoje aparece como o culminar de uma longa evolução que possibilita a conjugação de liberdade – igualdade – fraternidade - parentalidade, numa extrema boa vontade. Também se verificam inúmeros divórcios onde filhos têm de aprender a conviver com madrastas, padrastos e meios-irmãos. Após uma situação de divórcio, muitas avós testemunham o mal-estar vivido pelos seus netos nas suas novas famílias (Sullerot, 1997).

A família, estando enraizada na natureza e na cultura e dizendo respeito à privacidade do indivíduo e ao destino da comunidade social, não escapou à institucionalização pela lei. O direito institucional definiu a identidade jurídica dos membros da família, os seus estatutos, os seus papéis, os seus direitos e deveres recíprocos.

Numa perspectiva jurídica, chama-se direito de família ao conjunto de normas jurídicas que regulam as relações jurídicas familiares, ou relações de família. As relações jurídicas familiares caracterizam-se pela sua fonte, ou seja, por casamento, parentesco, afinidade e adopção. O casamento é o contrato celebrado entre pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida. O parentesco é o vínculo que une duas pessoas em consequência de uma delas descender da outra ou de ambas precederem de um progenitor comum. Afinidade é o vínculo que liga cada um dos cônjuges aos parentes do outro. Adopção é o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas (Mendes & Sousa, 1991).

Na perspectiva da genética, cada membro familiar é único e insubstituível no seio da sua própria família. A família tem origem na vida, no processo de geração de vida. É uma célula social com várias facetas cujos membros são biologicamente aparentados. Comporta um núcleo irreduzível: um homem, uma mulher, um ou vários filhos. Nenhum dos membros desta célula social é substituível, no plano geracional ou fraternal. Ninguém pode substituir o pai, mãe, o(s) filho(s), a(s) filha(s), o(s) irmão(s), a(s) irmã(s) a nível biológico (Sullerot, 1997).

A família é um fenómeno da natureza e um fenómeno da cultura, todo o ser humano tem dois pais que lhe conferem a sua identidade biológica. As recentes descobertas da genética permitiram concluir que cada ser é único e que existem laços inegáveis, inalteráveis e infalsificáveis entre pai e filho, mãe e filho, irmãos e irmãs. Estes laços perduram a vida inteira e são independentes de todas as formas institucionais como o casamento ou a adopção. A cultura envolveu os laços biológicos em relações fortes de amor, de ternura, de fidelidade, de protecção, de responsabilidade, de transmissão e de educação que dão à família humana a sua incomparável riqueza. A família não é meramente o cenário da reprodução da espécie, também é um espaço de cultura e um veículo da civilização (Sullerot, 1997).

Na área de antropologia, poderíamos dizer que família é um momento da dinâmica social onde se estabelecem as relações imediatas dos membros das sociedades (Bastos & Martins, 1998).

A família nuclear tradicional (pais e filhos) é sem dúvida muito importante para qualquer indivíduo. A família nuclear monogâmica da nossa sociedade teria sido antecedida por sistemas poligâmicos e de casamento em grupo. Na família tradicional ocidental são consideradas algumas fases do ciclo vital de uma família, embora possam existir algumas variações (Sampaio & Gameiro, 1998):

- a união de dois elementos para constituir uma nova família;
- o nascimento dos filhos;
- a educação e crescimento dos filhos;
- a adolescência e saída de casa dos filhos;
- o casal está de novo só;
- velhice e morte.

A constituição da família é cada vez mais tardia devido ao prolongamento dos estudos e à estabilidade financeira, contudo não se mostram mais estáveis, uma vez que o número de divórcios aumenta. Estas novas situações familiares suscitam uma certa confusão, nem sempre inocente, a nível do vocabulário utilizado. Sociólogos, demógrafos e assistentes sociais insistem em confundir “família” (que é constituída por pessoas unidas por laços de parentesco) com “lar” (que é constituído por pessoas que vivem juntas). Daí a utilização de famílias “monoparentais” ou “uniparentais”,

que são as melhores para designar lares em que apenas um dos pais está presente. Neste sentido, encontra-se excluída a entidade parental ausente, embora ainda viva, mesmo que esta esteja com os seus filhos duas vezes por semana (Sullerot,1997).

O vocabulário que marca a identidade de cada indivíduo ao longo da cadeia de gerações é muito mais claro e simples, do que o vocabulário que utilizamos nas “novas formas” familiares demasiado fluidas e volúveis. Não é em vão que nas famílias reconstruídas (segundo casamento ou união) os filhos da primeira relação utilizem expressões como: “o namorado da minha mãe” ou “a namorada do meu pai”, “aquele que me criou” ou aquela que me criou” sem atribuir um papel parental a quem não o assume. No entanto, é para a pessoa ausente que reservam a designação carregada e forte de “o meu pai verdadeiro”, “a minha mãe verdadeira” ou “a minha própria mãe”, “o meu próprio pai”. No caso de não conhecerem ou não verem a verdadeira entidade parental, referem-se-lhe sem amargura, utilizando a designação “o meu pai de sangue” a “minha mãe de sangue” (Sullerot,1997).

A família é um dos apoios de base do ser humano em todas as sociedades, embora a extensão dos laços das relações possam variar substancialmente de sociedade para sociedade. Na análise do sistema de relações daí resultante, os laços que se criam entre pais e filhos e entre irmãos, são de especial importância. São as famílias sólidas que proporcionam estes valores e permitem quadros de referência às suas crianças.

É através das figuras dos pais que qualquer criança irá aprender as noções de solidariedade e de responsabilidade. É a partir da experiência familiar que se podem construir redes férteis, produtivas da sociedade civil (Sullerot, 1997).

São várias as perspectivas do conceito de família, no entanto, sucintamente o termo “família” pode designar a comunidade dos cônjuges e dos filhos que constituem a primeira célula de vida social e natural. Alguns vêem o núcleo fundamental que estrutura a família na relação pais-filhos, outros na relação dos cônjuges. A família é um grupo definido pela relação sexual, suficientemente precisa e durável para providenciar a procriação e educação dos filhos.

Existem várias características essenciais da família: uma relação conjugal, um sistema de dependência por parte dos descendentes, meios económicos comuns, especialmente destinados às necessidades de alimentação, de educação das crianças e de uma habitação comum. A família não é apenas um agente reprodutor de novas gerações é também o centro motor de formação de indivíduos, constituída com bases psicológicas, económicas, religiosas, éticas e políticas. Não podemos esquecer que o factor cultural e social influencia em parte esta definição, contudo, o nosso trabalho será realizado tendo como base a família tradicional nuclear ocidental.

2.2 Importância da Família no Desenvolvimento da Criança

Quando falamos de problemas infantis não podemos esquecer de abordar paralelamente a família e o conjunto de condições sócio-ambientais em que está inserida. É indiscutível o papel da família no desenvolvimento das crianças.

Segundo estudos efectuados por Bowlby (1982); Rutter, Giller & Hagell (2000) e Strecht (2002), muitos dos enviados aos psiquiatras são indivíduos ansiosos, inseguros, geralmente classificados de sobredependentes ou imaturos, sendo estes propensos a desenvolver sintomas neuróticos, depressões ou fobias. As investigações mostraram que estes indivíduos têm sido expostos a pelo menos uma, ou mais do que uma, das situações a seguir referidas:

- um ou ambos os pais são persistentemente insensíveis com as crianças e / ou as rejeitam;
- discontinuidade nas funções dos pais com maior ou menor frequência, incluindo períodos no hospital ou em instituições;
- ameaças persistentes por parte dos pais de não quererem a criança;
- ameaças dos pais de abandonar a família, empregadas como método de disciplinar a criança ou para coagir o cônjuge;
- ameaças de um dos pais abandonar o outro, ou de se suicidar;
- induzir a criança a sentir culpabilidade pretendendo que a sua conduta é, ou será, responsável pela doença ou morte dum dos pais.

Vários estudos sobre os estilos educativos de pai e mãe vieram a associar-se à tentativa de compreensão da influência de ambos no desenvolvimento cognitivo da criança. Maccoby e Martin (1983) identificaram duas dimensões da parentalidade: a responsividade e o controlo parental, como os factores essenciais no processo de socialização da criança.

Os cuidados que a mãe e o pai dedicam ao seu bebé são de necessidade absoluta e sem eles o bebé não poderá transformar-se num adulto sadio. Um bebé privado de um contacto afectivo está sensível a perturbações no seu desenvolvimento emocional e conseqüentemente a dificuldades pessoais à medida que cresce (Winnicott, 1975).

Bowlby, (1984a, 1984b) enfatiza que variável alguma tem mais profundos efeitos sobre o desenvolvimento da personalidade do que as experiências infantis no seio da família, a começar dos primeiros meses e da relação com a mãe.

As crianças com pais muito envolvidos caracterizam-se por uma competência cognitiva aumentada, maior empatia, ideias menos estereotipadas e mais controlo interno. Podem ser beneficiadas em particular na área da competência cognitiva por terem dois progenitores envolvidos, o que lhes assegura a diversidade de estimulação que decorre da interacção com pessoas com estilos comportamentais diferentes (Lamb, 1992).

A filiação biológica, inalterável, acompanha a criança durante toda a sua vida, é uma referência duradoura de grande importância para a construção da sua identidade. O desprezo pela filiação biológica, embora difuso, aumenta de ano para ano e contribui insidiosamente para a desvalorização da família, devido a maus tratos e à existência de exploração sexual das crianças (Sullerot, 1997).

Estudos efectuados evidenciaram que uma resposta meiga, centrada na criança e atitudes de controlo parental moderado, estavam relacionadas positivamente com a auto-estima, o sucesso académico, o desenvolvimento cognitivo e a redução de problemas de comportamento. Os pais que são calorosos e afectivos e que

estabelecem limites claros e firmes, têm filhos que são mais seguros de si e possuem uma alta auto-estima (Bee, 1984; Lyytinen & Poikkens, 1998).

Segundo Bowlby (1982), existe uma forte relação causal entre as vivências de um indivíduo com os seus pais e a sua capacidade posterior de criar vínculos afectivos. As variações de capacidade manifestam-se muitas vezes em problemas matrimoniais, dificuldades com os filhos, assim como em sintomas neuróticos e desordens de personalidade que podem ser atribuídas ao modo como os pais desempenharam as suas funções.

O divórcio provoca uma série de mudanças, a saltar de uma sequência de vida familiar para outra. Mudanças estas que não são os filhos que as provocam, embora sejam eles os mais afectados Não pediram para nascer fora ou dentro do casamento, não pedem o seu divórcio, contudo estas mudanças determinam significativamente o percurso da sua infância e afectam-nos profundamente. O factor mais preocupante parece ser a precocidade crescente das separações, as quais afectam crianças cada vez mais novas (Sullerot, 1997).

Na maioria das vezes devido aos conflitos existentes entre o casal e devido à tutela ser da mãe, acaba por haver o afastamento da figura paterna. Conclui-se que quando ambos os pais divorciados obtêm a “tutela conjunta”, o relacionamento entre filhos e pais se mantém na sua melhor forma (Sullerot, 1997).

As famílias consideradas disfuncionais são formadas por pais com dificuldades, que negligenciam os seus filhos e, constantemente, distorcem ou negam a realidade, tentando esconder seus próprios problemas: excesso de trabalho ou comportamento abusivo (sexual, físico, emocional). Normalmente, o resultado disso na vida dos filhos é: a vergonha, um profundo senso de inadequação e falta de valor, assim como um “fardo” de expectativas dos pais que não são nada realistas e que não podem ser preenchidas (Strecht, 2002).

Não existem famílias perfeitas. Os filhos têm necessidades: físicas, emocionais (amor, aceitação, afirmação), intelectuais e espirituais. A família disfuncional, deixa de atender, constantemente, a algumas dessas necessidades ou a todas elas. Estas

possuem padrões em comum: não conversam; não vêem (ignoram comportamentos inapropriados e têm uma percepção distorcida da realidade); não confiam e muitas vezes os filhos lutam, desesperadamente, para alcançar a perfeição, tentando preencher expectativas dos pais.

Crescer psicologicamente em segurança, autonomia, bem-estar e criatividade só é possível se durante os primeiros anos de vida, isto se passar tranquilamente (Bowlby, 1982; Strecht, 2002).

A família é a primeira e maior influência no desenvolvimento das crianças. A estabilidade familiar é fundamental para estabilidade social, cognitiva e emocional da criança. É muito importante formar jovens para que estes desejem e se tornem, cônjuges respeitadores dos seus direitos recíprocos e pais co-responsáveis.

2.3 Formação e rompimento de vínculos afectivos

Não é possível ensinar uma pessoa a amar,
Há experiências que não se ensinam,
Embora se possam aprender.
Não é o conhecimento que funda o amor
É o amor que cria o conhecimento.

Bion (1973)

A compreensão do desenvolvimento infantil nos mais diferentes aspectos (por exemplo: cognitivo, emocional, social) tem sido objecto de muitas investigações, sendo os estudos nesta área articulados, especialmente, com a teoria do apego.

Freud (1981) e Winnicott (1985) foram pioneiros no estudo das relações dos bebés com os outros e dos cuidados que uma criança necessita de ter. Freud (1981) nos seus estudos insistiu nas raízes da nossa vida emocional, as quais dão início logo na infância. Procurou explorar de um modo sistemático a ligação entre os acontecimentos dos primeiros anos de vida, a estrutura e o funcionamento da personalidade adulta. Winnicott (1985) chamava a atenção para o modo como as crianças se ligavam a uma determinada pessoa ou objecto.

Os primeiros estudos sobre ligação afectiva foram publicados pelo psiquiatra inglês Bowlby (1982) e pelo francês Spitz (1979) que mostraram o impressionante comprometimento nas reacções psicológicas e físicas das crianças separadas de seus pais quando muito jovens.

Bowlby (1982), especializado em psicologia infantil, psicanálise e após ter sido consultor clínico em psiquiatria infantil e familiar, dedicou os seus estudos ao desenvolvimento da personalidade pela carência dos cuidados maternos nos primeiros anos de vida, sendo este uma das figuras mais importantes na investigação do comportamento humano. O vínculo afectivo, a separação afectiva e perda afectiva

constituem a triologia deste autor, o qual vai desenvolvendo a sua teoria baseado nas relações humanas.

A chamada teoria do vínculo diz respeito à necessidade de amor materno que as crianças têm para o seu desenvolvimento emocional e cognitivo. O primeiro e mais persistente de todos os vínculos é geralmente entre a mãe e filho pequeno, vínculo este, que frequentemente persiste até à idade adulta. Essa ligação criança-mãe precisa de uma importante continuidade de cuidado afectivo para ser eficaz (Bowlby, 1982).

Bowlby (1984a) faz depender da força do contacto (amor) a aprendizagem de respostas afectivas, como: o alimentar, o agarrar e o movimentar, as quais têm um lugar preponderante na consolidação a que chamou vinculação. Existe um período de adaptabilidade evolutiva, a vinculação pressupõe o desenvolvimento progressivo da mãe com o bebé. Neste contexto, os cinco comportamentos instintivos da Vinculação, a sucção, o agarrar, o choro, o sorriso, o seguir, são competências filogenéticas para a vinculação.

A vinculação, significa uma ligação de afecto específica de um indivíduo a outro. Esta é uma necessidade primária, a afectividade é imprescindível, a criança não necessita apenas de comer e de ter cuidados maternos, mas também de muito amor. Na relação mãe/filho, o amor é uma peça fundamental, é necessário existir fascinação, emoção, afecto, interacção e partilha de algo que é só deles, que tem carácter íntimo e pessoal. A vinculação é um concentrar de energia, o abraço apertado que precede e permite o afastamento equilibrado (Bowlby, 1984a; Sá & Cunha, 1996; Bee, 1997; Strecht 2002).

Dizer que uma criança é apegada ou tem apego por alguém, significa que ela está fortemente disposta a buscar proximidade e contacto com uma figura específica, principalmente, quando está assustada, cansada ou doente. A disposição de comportar-se dessa maneira é um atributo da criança, atributo este que só se modifica com o tempo e não é afectado pela situação do momento (Bowlby, 1984, p. 396).

Bee (1997) usa o relacionamento entre pais e filhos para demonstrar a diferença entre apego e vínculo afectivo. O sentimento do bebé em relação aos seus pais é um apego, ele sente nos pais a base segura para explorar e conhecer o mundo à sua volta. O sentimento dos pais em relação ao filho é mais correctamente descrito por vínculo afectivo, uma vez que os pais não experimentam um aumento no seu senso de segurança na presença do filho.

Nenhuma forma de comportamento é acompanhada por um sentimento mais forte do que o comportamento de Apego. As figuras para os quais ele é dirigido são amadas, e a chegada delas é saudada com alegria. Enquanto uma criança está na presença incontestada de uma figura principal de apego, ou a tem ao seu alcance, sente-se segura e tranquila. Uma ameaça de perda gera ansiedade, e uma perda real, tristeza profunda; ambas as situações podem despertar cólera (Bowlby, 1984a, p. 224).

Quanto mais inseguro for o apego do bebé à sua figura principal, mais dificuldades terá em estabelecer ligações com outras figuras. É um erro supor que um bebé difunde o seu apego entre muitas figuras, de tal modo que segue seu caminho na vida sem uma forte ligação com quem quer que seja e sem sentir a falta de uma pessoa em particular, quando esta está ausente (Bee, 1984; Bowlby, 1984a; Sá & Cunha, 1996).

Ainsworth (1969) confirma a hipótese formulada por Bowlby (1984a) de que existe uma acentuada tendência para o comportamento de apego ser dirigido, principalmente, para uma pessoa. Este autor desenvolveu um estudo denominado “situação estranha” para identificar padrões de apego em crianças entre os doze e os dezoito meses. Este estudo possibilitou a identificação de três padrões diferentes de apego:

- Apego seguro: As crianças demonstraram ser activas nas brincadeiras, buscavam o contacto da mãe após uma breve separação e voltavam a envolver-se nas suas brincadeira;
- Apego inseguro/esquivo: As crianças que após uma breve separação da mãe, evitam se reunir a ela quando esta volta;

- Apego inseguro/resistente: As crianças demonstraram uma oscilação entre a busca de contacto com a sua mãe e resistência ao contacto com esta. Demonstraram ser mais propensas à cólera ou passivas.

A qualidade da relação mãe-filho vai influenciar o tipo de apego, quanto maior for a aproximação e a atenção dispensada à criança maior é a segurança do apego.

Ruter, Giller & Hagell (2000) referem que o apego de uma criança a outra pessoa é de extrema importância, contudo não é a separação em si que perturba o desenvolvimento da criança, mas sim a causa e a forma como ocorre a separação. A separação das crianças relativamente a seus pais origina uma causa eventual de angústia imediata mas tem pouca importância como causa das perturbações a longo prazo. Não se deve à separação, o desenvolvimento de um comportamento anti-social, mas sim aos desentendimentos familiares que precedem e acompanham a separação.

Um padrão de apego seguro na infância parece favorecer os processos de escolhas relacionadas com a profissão, grupos de amigos e o comportamento social. Por outro lado, actos de pequena delinquência e o experimentar drogas estão ligados a um padrão de apego inseguro (Lamb, 1993; Bee, 1997; Strecht, 2002).

O padrão inicial de apego seguro parece favorecer nas crianças uma maior auto-confiança e competência social. Por outro lado, as crianças que parecem ter um apego do tipo esquivo são mais resistentes ao contacto e têm pior desempenho nas suas tarefas.

Foram realizados estudos sobre a incidência de perdas na infância em diferentes amostras de população a nível psiquiátrico, no entanto, apesar dos critérios de perda serem definidos de modos diferentes e existir uma série de casos demográficos e estatísticos, algumas descobertas e estudos bem controlados e relatados por investigadores independentes têm apresentado grande coerência. Foi sistematicamente apurado que dois síndromes psiquiátricos: a personalidade psicopática ou sociopática e duas espécies de sintomas: a delinquência e o suicídio, são precedidos de uma elevada incidência de vínculos afectivos desfeitos durante a

infância. Nestas pessoas, a capacidade para estabelecer e manter vínculos afectivos é sempre desordenada e por vezes ausente. Constatou-se frequentemente que a infância destes indivíduos foi seriamente perturbada pela morte, separação dos pais ou por outros eventos que resultam na ruptura de vínculos afectivos. Uma outra condição que está também associada à perda na infância é a depressão, que deve-se mais frequentemente à morte de um dos pais (Bowlby, 1982; Lamb, 1993; Bee, 1997).

De um modo geral, os psiquiatras concordam que, para que o luto tenha um resultado favorável, é necessário que a pessoa que sofreu uma perda expresse, mais cedo ou mais tarde, seus sentimentos e emoções. Shakespeare (cit. por Bowlby, 1982) escreveu: “soltai as palavras tristes, as penas que não falam sufocam o coração extenuado e fazem-no quebrantar” (Bowlby, 1982; Strecht, 2002).

As perdas ocorridas durante os primeiros anos de vida são substancialmente perigosas para o futuro desenvolvimento da personalidade, o que não significa que perdas ocorridas mais tarde também o não possam ser (Bowlby, 1982; Bee, 1997).

O comportamento de apego e qualquer forma de comportamento que leva um indivíduo a conseguir proximidade são coisas distintas. Frequentemente uma criança procurará proximidade de um companheiro de brincadeira, assim como um adulto a buscará de um companheiro de interesses semelhantes. Em nenhum destes casos a proximidade poderá ser considerada como comportamento de apego. O comportamento de apego está associado ao sistema de regulação de segurança (Bee, 1984).

Ansiar pelo impossível, raiva desmedida, choro impotente, horror ante a perspectiva de solidão, súplicas lastimosas por compaixão e apoio, são sentimentos que uma pessoa que sofre uma perda necessita expressar e, por vezes descobrir, para que faça algum progresso. Sentimentos estes, passíveis de serem encarados como indignos e degradantes. Na melhor das hipóteses, expressá-los pode parecer humilhante, na pior das hipóteses podem atrair críticas e desprezo. Não é de admirar que os sentimentos acabem, muitas vezes, por não serem expressos, podendo mais tarde ser recalçados. Os sentimentos e o comportamento expressos, ajudarão o indivíduo a superar a perda. Os psicanalistas acreditam que outras palavras e conceitos levam os

indivíduos a terem dificuldades em superar o sentimento de perda. Pensamento mágico e fantasia são termos que devem ser utilizados com extrema prudência. Uma fantasia é inteiramente algo não-realista, designar as esperanças e expectativas não reais, é não fazer justiça a tais sentimentos (Bowlby, 1982; Streht, 2002).

Nas crianças deprimidas são comuns as queixas de comportamento (instáveis e hiperactivas), os furtos, as mentiras e a agressividade. A criança que furta está de alguma forma a preencher o vazio de dentro com coisas de fora. As crianças que demonstram agressividade estão sobretudo a fazer apelos a actos de amor, a pedir um pouco de atenção (Streht, 2002).

Não é possível ensinar uma pessoa a amar, há experiências que não se ensinam embora se possam aprender. Não é o conhecimento que funda o amor, mas o amor que cria o conhecimento. É necessário existir uma vinculação mãe-bébé para que exista o amor que uma criança necessita e para que esta cresça em equilíbrio, a nível emocional, intelectual e psíquico (Bion, 1973).

Nas crianças institucionalizadas o trabalho à volta das questões da separação, perda e sentimento de pertença são fundamentais no desenvolvimento de jovens e adultos saudáveis. A contenção e a reparação destas feridas num meio terapêutico subsistem como a base para poder perdoar e esquecer as suas dramáticas experiências de vida. Estas crianças precisam de um adulto que lhes transporte esperança e acredite nelas incondicionalmente, sobretudo porque essa esperança foi coisa que nunca conseguiram criar ou tolerar nelas próprias (Streht, 2002).

A felicidade e estabilidade de uma criança ou a sua infelicidade ou desajustamento, na sociedade ou na escola dependem, predominantemente, da sua formação nos primeiros anos de vida. A separação, ainda que temporária de uma pessoa amada, tem consequências diferentes dependendo da organização mental da criança. Qualquer uma destas vivências pode levar uma criança, um adolescente ou um adulto, a viver em constante ansiedade, por temor em perder a sua figura de apego e, como consequência, a ter um baixo limiar para manifestar conduta de apego ou apego ansioso.

Apego é uma expressão usada tanto pelo senso comum, quanto nos meios académicos. Frequentemente, usam-se expressões que determinada pessoa é muito apegada à sua família ou ao seu namorado(a), tais expressões referem-se, na verdade, a um vínculo afectivo desenvolvido pelo indivíduo em relação a um parceiro que pela sua importância deseja-se que esteja próximo e que não pode ser substituído por nenhum outro.

A criança sadia desenvolve a capacidade de identificação com pessoas e objectos externos. Para uma criança gostar do que aprende tem que primeiro gostar dela e ter alguém de quem gostar. Para que isto aconteça é imprescindível que a criança se sinta segura e amada.

2.4 A Criança privada de vida familiar

Sem saber o meu rumo, para onde ia
Voltei para a rua para a sina triste
Dum mundo que dizem ser belo
Mas que afinal não existe.

Autor desconhecido cit. por Strecht (2002)

Um mundo belo... que não existe? Existir existe. Mas como revelá-lo a rapazes e raparigas e tantos outros cujas perturbações psicossociais, quer sejam reveladas nas dificuldades escolares quer nos comportamentos aditivos ou destrutivos, se constituem ainda hoje como as únicas formas de doença que em vez de serem tratadas são punidas ou castigadas? É tão grave proceder-se assim, falta ainda tanto para caminhar em campos da saúde mental infanto-juvenil, que custa saber o porquê, conhecer o que é possível fazer e, simplesmente, não se poder ou querer chegar a tempo (Strecht, 2002, p. 168).

Na genética, como foi referido anteriormente, cada membro familiar é único e insubstituível na sua família, contudo, paralelamente, à realidade genética existem as “imitações” familiares, totalmente válidas (adopções, legitimações, etc.) que darão à criança uma realidade afectiva e social bastante benéfica.

Uma criança passa por um processo de luto, quando existe uma separação: a criança é retirada aos cuidados de sua figura materna e de todas as secundárias, assim como do seu ambiente familiar e passa a ser cuidada num lugar estranho, por uma série de pessoas desconhecidas. Tal como os adultos, os bebés e as crianças pequenas que perderam a sua pessoa amada sentem pesar e passam por períodos de luto. Após uma perda inesperada, parece haver sempre uma fase de protesto, pensamentos e sentimentos de recuperar a pessoa amada e recriminação pelo seu abandono. A esperança (por vezes raivosa) de que a pessoa amada regresse e o desespero alternados contínuos por algum tempo, acabam por desenvolver um certo grau de desligamento emocional da pessoa perdida (Bolwby, 1982, 1984b).

A inadaptação social durante toda a vida provém sobretudo da deteriorização ou do abandono dos seus laços familiares. As experiências passadas de uma criança desempenham um papel vital em seu desenvolvimento e são continuamente importantes para ela. Um bebé quando ausente de sua mãe deve ser cuidado regularmente pela mesma pessoa (Bowlby, 1982).

Por carência de estimulação de vínculos afectivos e de atenção emocional, as crianças de orfanatos podem ter deficiências cognitivas, de integração sensorial, na linguagem e no processo de aprendizagem. Existem instituições que possuem todos os meios para proporcionar o bem-estar físico, psicológico e social às crianças, no entanto, muito dificilmente conseguem substituir a atenção, afectividade e outros laços naturais que existem no seio de uma família (Bowlby, 1984a; Strecht, 2002).

Ao longo desta pesquisa foram inúmeros os casos que tivemos oportunidade de ler sobre experiências de crianças que ficaram sem famílias pelos mais diversos motivos. Seria muito exaustivo este capítulo descrever todos eles, no entanto é oportuno referir alguns deles para que possamos perceber um pouco melhor as atitudes e necessidades destas crianças.

Num estudo de Bowlby (1982) foi descrito o caso de um rapaz “Bill” com dezasseis anos. A mãe de Bill era uma prostituta que colocara o filho num lar adoptivo, aos dois anos de idade e depois desaparecera. Bill foi para um lar adoptivo. Aos quatro anos foi examinado por um psiquiatra, porque as coisas no seu lar adoptivo estavam difíceis. Bill apresentou grandes problemas, os pais adoptivos recusaram-se a conservá-lo. Nesta fase teve uma assistência especial e mais tarde um tratamento num estabelecimento residencial para crianças com distúrbios sérios. Ao longo do ano era examinado sempre pelo mesmo psiquiatra. Aos dezasseis anos terminaria a escola. Numa entrevista, Bill falou ao psiquiatra sobre o seu plano de ir à América procurar a mãe. O rapaz tinha visto a mãe pela última vez quando tinha apenas dois anos e nunca mais tivera notícias nem ouvira falar dela, não tinha a menor ideia de onde ela poderia estar e nem mesmo tinha a certeza do seu nome. O seu plano para a viagem era viável mas o encontrar a mãe seria um jogo de cebra-cega. O psiquiatra conteve-se, este era o mundo de Bill e era o seu plano para encontrar a mãe, o seu

papel não era depreciá-lo nem destruí-lo. Bill acreditava que seu pai era um militar americano e que a mãe o acompanhara depois da guerra. Nenhuma objecção foi levantada pelo psiquiatra, mas convidou Bill a voltar na semana seguinte. Bill voltou e contou que tinha pensado muito sobre o plano, mas que começava a ter suas dúvidas. Talvez fosse difícil localizar sua mãe e mesmo que conseguisse ela poderia não o acolher de bom grado, uma vez que não passaria de um estranho para ela. A oportunidade de explorar com alguém compreensivo todos os sentimentos e planos que ele acariciou secretamente durante anos, foi suficiente para tomar consciência da realidade.

É nesta altura que as instituições têm um papel muito importante na protecção de crianças e jovens desprotegidos. Uma responsável de uma associação de caridade, resumiu um ano de acolhimento de jovens excluídos, todos eles pertencentes a uma família monoparental ou a uma família reconstruída. Contam todos a mesma história: uma mãe que se lamenta o dia inteiro, que lhes lembra constantemente que custam dinheiro, que critica o seu tipo de vida, as suas companhias e locais de diversão, ou as más relações com o padrasto ou namorado da mãe. Quanto ao pai, ignoram ou fingem ignorar o seu paradeiro, não esperam dele grande ajuda ou então receiam os juízos de valor e os conselhos paternos caso decidissem fazer de filhos pródigos (Strecht,2002; Sullerot,1997).

Ao longo destes últimos anos os juízes viram aumentar o número de jovens em instituições que ao atingirem os 18 anos, pedem para beneficiar das medidas destinadas aos jovens maiores de idade e para permanecer na instituição. Durante toda a sua adolescência sonhavam com o dia em que a mãe os viria buscar e em fugir. Quando estas crianças atingem a maioridade nenhum membro da família se propõe acolhê-los, não é possível encontrar vestígios de sua mãe, a sua avó já morreu e o seu pai encontra-se desaparecido. Sabem que é difícil encontrar trabalho e agora são eles que pedem para ficar na instituição até aos 21 anos (Sullerot,1997).

Na existência de famílias disfuncionais, o mínimo que se poderá fazer é prevenir as rupturas e promover os acordos para com os filhos. Actualmente existe a preocupação de reduzir o fluxo de jovens que entram no círculo da exclusão a partir do momento que atingem a maioridade (Sullerot, 1997).

Num estudo realizado em creches diurnas a dez crianças entre um e três anos de idade que foram maltratadas fisicamente comparativamente ao comportamento de dez crianças com características semelhantes, de família com stress, verificou-se que o comportamento mais frequente nas crianças que tinham sofrido abusos, incluía ataque aos companheiros, provocações e ameaça de ataques às pessoas que cuidavam delas evitando aproximações amigáveis, com tendência a isolar-se a a afastar-se de adultos que poderiam ajudá-las (George e Main, 1979 cit. por Bowlby 1984a).

Em várias histórias levantadas em adolescentes norte-americanos condenados por homicídio, foram identificadas situações de negligência, abuso ou falta total de cuidados nos dois primeiros anos de vida (Morse e Wiley, 1997 cit. por Góis 2004).

Nas crianças com comportamento social perturbado que foram fisicamente maltratadas ou que passaram os seus primeiros anos numa instituição evidenciam os efeitos que o padrão de apego teve nas suas vidas. A criança privada de vida familiar sente muitas vezes dor, revolta, tristeza, insegurança e necessidade de estabelecer um laço emocional com determinada pessoa.

2.4.1 Institucionalização

A inserção de uma criança num meio extra-familiar implica adaptações a uma separação, a um novo local e modo de vida. A separação é muitas vezes difícil, grande número destas crianças vivem uma intensa ansiedade nas suas estruturas psicológicas. A angústia de perda é forte e o sentimento de separação dos pais pode levar a um processo de luto mais difícil do que nas situações em que existe verdadeiramente, ausência de um dos progenitores. Muitas vezes, as crianças têm um sentimento de culpa, pensam que foram para a instituição porque fizeram alguma coisa má (Strecht, 2002).

Numa primeira fase é a própria casa que pode ser sentida como terapêutica, tal como a segurança no provimento das necessidades básicas, alimentação, cama e roupa. No

novo local são necessárias adaptações, é importante recordar a dificuldade ou a ameaça da perda de identidade que estas mudanças podem implicar, mesmo estando atentos a estas circunstâncias, as crianças vão lutar frequentemente contra a solidão, a indiferença ou apatia pela sua pessoa (Strecht, 2002).

O ouvir e o estar disponível para partilhar um sofrimento é essencial, muito mais importante do que perguntar ou tentar interpretar. Numa instituição é frequente a criança escolher um adulto que será para ela muito importante e do qual espera receber atenção. Este adulto escolhido terá um efeito reparador no seu “eu”, necessita apenas de lhe dar, de modo contínuo, espaço para ser ouvida e dizer o que sente e o que pensa. Se assim for, iniciar-se-á uma reconstrução de confiança no mundo exterior, que é o espelho de uma segurança interior (Strecht, 2002).

É longo o caminho que leva uma criança a (re)adquirir uma base de confiança para acreditar que é possível existir afecto na relação com os outros. Para tal, será necessário a criação de um verdadeiro espaço de respeito por ela, como pessoa que tem necessidades e direitos. No tratamento destas crianças esperamos que elas acreditem que mudar é possível, o que não acontecerá se nós próprios não o sentirmos primeiro (Strecht, 2002).

Nos anos setenta e oitenta foi implantada na Roménia uma política de atendimento a órfãos em grandes instituições. As crianças órfãs recebiam atendimento médico, mas tinham pouco contacto com adultos que pudessem exercer a função de cuidadores. A Roménia tornou-se num laboratório de pesquisa para estudiosos interessados neste tema. Num estudo efectuado em 1997, coordenado por Ames (professora do departamento de psicologia da universidade Simon Fraser, Canadá) foram analisadas as sequelas nos órfãos romenos.

Ames (1997) analisou crianças romenas adoptadas por famílias canadenses e concluiu que os problemas destas crianças podem ser evitados, caso as crianças sejam retiradas cedo de um ambiente de pouca atenção. No seu estudo comparou três grupos de crianças: as que nunca estiveram em orfanatos, as que foram adoptadas antes dos quatro meses e as adoptadas entre oito e cinquenta e três meses. As crianças que nunca foram órfãs e as adoptadas antes dos quatro meses apresentaram

uma percentagem baixa de problemas graves de comportamento (entre 20% e 22%), Q.I. abaixo de 85 ou padrões atípicos de insegurança afectiva. As que foram adoptadas após oito meses apresentaram pelo menos um desses problemas em 65% dos casos. (Ames, 1997 cit. por Góis, 2004).

As crianças de orfanatos podem ter deficiências cognitivas, deficiências de integração sensorial, dificuldade em processar a linguagem no ritmo em que é falada devido à falta de estimulação, de vínculos afectivos e de atenção. Quanto mais cedo uma criança for adoptada, quanto menos tempo ficar no orfanato, melhor é o seu desenvolvimento (Ballone, 2003; Strecht, 2002).

É importante salientar que nem todas as vítimas de negligência na infância serão adultos fracassados, violentos ou emocionalmente instáveis. Por mais de trinta anos os pesquisadores analisaram a trajectória de duas mil crianças, inicialmente classificadas em grupos de grande risco e baixo risco. Um terço do grupo de alto risco não apresentou dificuldades nas aprendizagens aos dez anos. A maioria dos adultos que foram crianças com problemas de delinquência e falhas nas aprendizagens conseguiram superar ou minimizar os efeitos da infância traumática. Os pesquisadores constataram que muitos destes adultos receberam apoio ainda jovens, de um amigo ou de adultos, desenvolveram valores positivos ao procurar suporte religioso ou psicológico, estudaram em bons colégios ou conseguiram empregos (Góis, 2004).

As crianças e adolescentes que vivem em orfanatos podem desenvolver seis vezes mais transtornos psiquiátricos do que as que vivem em famílias, contudo esta não pode ser considerada a causa do problema. Na pesquisa, foram analisadas sessenta e três crianças e jovens que viviam em instituições comparativamente a sessenta e três que viviam com a família. Em média 49% das crianças que moravam em instituições apresentavam algum tipo de transtorno psiquiátrico, enquanto que as que viviam com a família apenas em 14,3% foram encontrados transtornos. O transtorno encontrado com mais frequência em ambos os casos foi a depressão, sendo o primeiro grupo com 28,6% e o segundo com 8%. Para além da depressão, as crianças que vivem em instituições ainda apresentam deficiência mental leve, hiperactividade – caracterizada por agitação e dificuldade de concentração, ansiedade e transtorno de conduta, e um

baixo desempenho escolar – atrasados pelo menos um ano - enquanto que as que têm família apresentam casos de deficiência mental leve (Abreu, 2001).

Não são as instituições a causa dos problemas das crianças, mas sim o sofrimento dessas crianças antes de chegar à instituição – maus tratos e abandonos. Nas instituições analisadas as crianças recebiam alimentação, atendimento médico e psicológico, roupas, tinham acesso à escola e não sofriam de qualquer tipo de violência. A maioria destas crianças encontram nas instituições muito do que nunca tiveram, 82% delas afirmam gostar da instituição. Índices menores de distúrbios psiquiátricos estão seguramente relacionados com características específicas das instituições, por exemplo, quando os educadores vivem no mesmo local ou quando a criança tem os seus próprios brinquedos (Abreu, 2001).

Segundo Strecht (2002) para muitas crianças, reviver parte de um passado pode implicar maior sofrimento no presente e no futuro, muitas são avassaladas por perdas múltiplas, abandono, morte, não estruturação ou estruturação da personalidade sobre modelos de relação com adultos inconscientes, que os maltratam ou os abandonam. O trabalho de ajuda a estas crianças deve ser cauteloso.

O internamento de crianças em instituições é uma medida útil e necessária muitas vezes o salva vidas. Não sendo a ideal, aparece como única fórmula. Estas crianças estão perante um sofrimento que habitualmente não sabem codificar ou dar significado. Segundo Strecht (2002) existem três grandes quadros mais comuns:

- Imaturidades estruturais: crianças mal organizadas, com um “eu” não integrado, imaturas, com falhas a nível escolar mesmo tendo um potencial intelectual dentro da média, têm um jogo e um discurso ligados ao concreto. Revelam atraso de crescimento e de linguagem, problemas de comportamento, problemas orgânicos de repetição (patologia psicossomática), dificuldades no controle dos esfíncteres com enurese, encoprese, etc.

- Depressões: Existem vários níveis de profundidade e gravidade, são crianças com falhas na auto-estima, que podem parecer como sendo tristes, inibidas,

com dificuldades de aprendizagem ou mais, por queixas comumente, de comportamentos pré-delinquentes (furtos), com falhas na identidade sexual e risco de suicídio.

- Desorganizações pré-psicóticas ou psicóticas: as crianças aparecem desorganizadas, confusas, às vezes aparentemente deficitárias como seqüela de uma incapacidade de evolução, e pela dificuldade em manter viva uma dinâmica interna perante a intensidade de acontecimentos traumáticos exteriores.

A maior parte das crianças que acabam por ser institucionalizadas têm pais, mas são emocionalmente órfãs. Quando se perspectiva a institucionalização para estas crianças, faz-se orientada para a (re)construção de dois espaços:

- exterior: pela existência de um espaço próprio que permita o reconhecimento de uma individualidade e a necessidade da existência de regras e limites;

- interior: supletivo ou de suporte do “eu”, em que essencialmente se forneça à criança um novo modelo relacional com adultos e outras crianças, permitindo-lhes ganhar internamente uma confiança no mundo exterior que facilite a reorganização do seu próprio universo infantil (Strecht, 2002).

Vários estudos mostram que a maioria das crianças e adolescentes que foram abandonados ou maltratados a nível físico, sexual ou emocional, vêm de famílias disfuncionais, têm uma auto-estima muito baixa e abandonam cedo a escola. Nos Estados Unidos da América, um estudo da Children`s Defense Found, realizado no início dos anos noventa conclui que em cada oito segundos um adolescente abandona a escola, em cada catorze segundos uma criança é vítima de abusos ou negligência e em cada vinte seis segundos uma criança foge de casa (Strecht, 2002).

É de extrema importância poder actuar precocemente nas crianças que corram o risco de ter uma evolução marginal, para tal, é necessário existir uma compreensão do funcionamento interno da criança. Intervir atempadamente é prevenir e evitar essa trajectória, antes de serem atingidas situações quase sem retorno (Strecht, 2002).

Falar de crianças e adolescentes que crescem vazios, e desejar fazer um trabalho sério para a sua recuperação, é pensar em saúde mental e ter claramente a ideia de prevenção de riscos futuros: delinquência, criminalidade, toxicodependência, prostituição, desemprego, suicídio e loucura. Prevenir cedo nas crianças quer dizer poupar dinheiro. Prevenir cedo nas crianças quer dizer evitar menos adultos em prisões, menos adultos em hospitais psiquiátricos, menos adultos a lucrarem ou a morrerem nas mãos da droga. Prevenir cedo nas crianças quer dizer evitar o vazio dos adultos das nossas sociedades (Strecht, 2002, p.126).

Para muita gente de hoje, o poder está no dinheiro, no sucesso da aparência, no sexo e às vezes nas drogas. O poder está fora das pessoas, parece-se mais com o electrodoméstico ou com as jantes de liga leve. As pessoas não estão com as pessoas e, muitas vezes, também não estão contra elas. A agressividade parece passiva, subliminar, mas é muito dura. Há cobiça da carcaça alheia e isso quer dizer ser mais que os outros a qualquer custo. A comunicação desta mensagem vai todos os dias à televisão. A vida deixou de se querer controlada e, para isso, procuram-se sensações que aumentem a tensão, para se ter a certeza que se sente, que tudo “é só adrenalina”. Nesta roleta russa, sorte ou azar, as crianças são um excesso para uns e para outros um mimo falso que junta dinheiro (Strecht, 2002, p. 210).

Sem uma intervenção precoce, as crianças negligenciadas correm o risco de perpetuar graves formas de patologia transgeracional, só a reconstrução de boas experiências emocionais, securizantes e organizadoras, possibilitará a reaquisição de uma confiança básica no mundo exterior, essencial para o reinvestimento no próprio. Algumas consequências possíveis da não existência de uma intervenção precoce são os estados depressivos, as condutas anti-sociais e o desenvolvimento destas crianças sem qualquer experiência escolar válida, uma vez que esta foi traduzida pelo fracasso ou rejeição (Mazet & Stoleru, 2003; Rutter, Giller & Haggel, 2000; Strecht, 2002).

As novas relações com adultos saudáveis serão a chave para que estas crianças aprendam a viver melhor com elas próprias e com os outros. É necessário um verdadeiro trabalho de equipa e entre equipas multidisciplinares de boa qualidade

humana e com conhecimentos técnicos suficientes para uma boa intervenção junto das crianças. Actuar nestas crianças hoje é evitar que mais tarde elas caiam simplesmente na rua, nos hospitais, nos tribunais e em prisões (Strecht, 2002).

Muitas vezes, as crianças passam de instituição para instituição, por vezes, sem que se perceba que, desta forma, elas sofrem abandonos sucessivos. Dificilmente voltam a estabelecer novas ligações e laços com as pessoas, surgindo, por vezes, o sentimento de raiva, de ressentimento ou a desilusão (Sá & Cunha, 1996).

Nesta situação as pesquisas mostram que, para reverter uma vida mal começada a criança terá de fazer no futuro, um trabalho muito maior. As suas oportunidades de sucesso são menores do que as crianças que cresceram num ambiente favorável, contudo nunca podemos considerar uma criança como “um caso perdido” (Góis, 2004, Strecht, 2002).

As experiências e dificuldades nos primeiros anos de vida condicionam a definição de limites no próprio interior e do interior com o exterior, originando a que as aproximações sejam sentidas como intrusões e as ausências como abandono. Muitas das crianças institucionalizadas transmitem o sentimento de não serem desejadas e queridas, que são coisas más, o seu mundo interior cresce no isolamento e na tristeza, podendo chegar ao desespero (Strecht, 2002).

Por muito boa que seja a instituição onde a criança é acolhida, dificilmente substitui a personalização de uma família que o faça sentir único e insubstituível (Sá & Cunha, 1996).

As crianças que não estão inseridas num meio familiar normal ficam marcadas, pelas perdas, desilusões e maus tratos sofridos. Refazer relacionamentos e ligações afectivas com estas crianças é muito difícil, devido à sua insegurança e baixa auto-estima. Apesar de serem crianças carentes afectivamente e desejarem alguém que as ame, elas têm receio de se apegar a alguém, com receio de voltar a ter novas desilusões.

Devido à carência de vínculos afectivos, de estimulação e de atenção emocional, as crianças que residem em instituições podem ter deficiências: cognitivas, de integração sensorial, dificuldade em processar a linguagem no ritmo em que é falada e, conseqüentemente, prejuízo no processo de aprendizagem.

A Instituição tem o papel preponderante de colmatar e minimizar os prejuízos psicológicos, emocionais e físicos das crianças que pelos mais diferentes motivos foram separadas das suas famílias.

2.4.2 Escola Para Todos

Abreu (2001) refere que as crianças institucionalizadas e as instituições merecem especial atenção dos profissionais de saúde mental e da população em geral, de forma a minimizar o sofrimento desses jovens e proporcionar-lhes um desenvolvimento mais saudável.

O sistema educativo de hoje pode ser violento, se pensarmos na discrepância entre o que se oferece às crianças e o que estas procuram. Ensinar as crianças ou aprender com elas? A escola poderá ser uma experiência negativa quando dá mais importância à memória da criança do que à ideia de quanto memorável é cada criança (Strecht, 2002).

Apesar de existirem alunos-problema também devemos de assumir que existem professores-problema, os “trituradores de crianças”, cujo papel é antecipar o negativo, confirmando as falhas e as fraquezas, impedindo que as crianças vivam a escola como um local promotor da esperança, do amor e favorecedora do pensamento e da criatividade. Um professor que diz a um aluno, que falha num teste apesar de um pequeno esforço reconhecido, “Estás quase péssimo”, arrisca-se a marcar negativamente pontos para o ódio e a quebra de uma confiança básica muito importante no processo educativo. Os professores não devem ser pais ou psicólogos embora possam ter aspectos de uma função materna, procurar uma empatia franca, dar uma autoridade protectora, saber ouvir (Strecht, 2002).

As crianças sem família sentem dor e só algumas vezes é possível a cura completa. Como refere um dito secular, só podemos curar às vezes, aliviar algumas, mas confortar sempre, se soubermos ser perseverantes, como referiu Rollinson (2002) no prefácio do livro “Crescer vazio” (Strecht, 2002).

Pelas suas vivências catastróficas as crianças negligenciadas não funcionam adequadamente na escola, não estão suficientemente motivadas e correm o risco de ficar presas no círculo do insucesso e da exclusão escolar. Muitas acabam na desinserção profissional futura e no desemprego (Mazet & Stoleru, 2003; Rutter, Giller & Haggel, 2000; Strecht, 2002).

Sempre que existe uma relação calorosa e estreita entre pais e filhos, verifica-se que o sucesso escolar, a relação e a adaptação social são realizados com mais sucesso e facilidade (Lamb, 1998).

O maior segredo da aprendizagem é o segredo do investimento de amor que se dá e recebe de uma criança. Só é capaz de amar crianças, quem foi amado e quem ama a criança que há em si (Strecht, 2002).

Sem uma intervenção precoce, estas crianças não têm um rendimento positivo na escola, correm o risco de terem insucesso e desistirem das aprendizagens (Mazzet & Stoleru, 2003).

O envolvimento afectivo, a interacção social e o formato comunicacional com os pais, influenciam o desenvolvimento cognitivo, a motivação com que a criança aborda as tarefas que a vida lhe apresenta e a sua interacção desde os primeiros anos de vida. Estas interacções constituem as estruturas das relações sociais futuras (Bowlby, 1982; Bee, 1984; Lamb, 1998).

O sucesso escolar da criança e de toda a sua vida futura, depende significativamente da relação familiar. Quanto melhor for a estabilidade familiar, melhor será a estabilidade emocional e a predisposição na aquisição de novas aprendizagens. As

crianças com baixa auto-estima e défice a nível sócio-afectivo, encontram-se muitas vezes desmotivadas para a aprendizagem e sem um objectivo de vida a atingir.

Torna-se cada vez mais necessário que a escola ofereça métodos e estratégias de ensino que se adaptem às diferentes necessidades das crianças. O professor é peça fundamental que irá compreender e atender às necessidades específicas da criança a quem lecciona. Um ensino de qualidade implica uma resposta adequada às necessidades educativas de cada aluno (Morgado, 2003).

Visto que, nem todas as crianças têm o privilégio de ter esta estabilidade, cabe às instituições e à escola a responsabilidade de motivá-las para as aprendizagens, de reconhecer as suas potencialidades e incentivá-las a ter objectivos de vida encorajando-as a alcançá-los.

A educação falha no ensino de crianças se não tiver em consideração a vida real destas: as suas capacidades, a situação familiar e as suas interligações com o meio. O professor, antes de julgar, deverá compreender e perceber quais as potencialidades e interesses dos alunos, não podendo tratá-los de igual forma, quando na realidade eles são diferentes.

2.5 A Mãe Como Organizador Psíquico no Desenvolvimento da Criança

O homem não pode viver apenas de leite.

O amor é uma emoção que não precisa de ser alimentada a biberão ou a colher.

Harlow (1958) cit. por Sá (1996).

Todos os seres humanos, de todas as idades, são mais felizes e mais capazes de desenvolver os seus talentos quando se sentem seguros, quando sabem que existe sempre uma ou mais pessoas prontas a ajudar e a apoiar. A necessidade de uma figura de ligação é muito importante para crianças, adolescentes e até mesmo, adultos maduros. Nestes últimos, a necessidade é menos evidente e diferente segundo o sexo e as diferentes fases da vida.

As pesquisas em etologia contribuíram muito para o estudo do desenvolvimento humano, uma dessas contribuições, foi que, em determinados períodos da vida os indivíduos estão mais sujeitos a serem influenciados que outros, são os chamados Períodos Sensíveis, observados na natureza animal. Um exemplo é o estudo realizado por Lorenz (1935) com patos que, 15 horas após saírem do ovo tendem a seguir qualquer objecto que se mova. Bowlby (1984a) iniciou o desenvolvimento da sua teoria do apego, a partir das bases psicanalíticas e etológicas, e tentou estabelecer prospectivamente os efeitos da privação da figura materna em idades sensíveis para o desenvolvimento.

O que se espera ou faz a mãe? Mais do que tudo que “dê colo”, console, alivie, suporte, tranquilize, sacie e transmita segurança. A mãe “empresta” as suas capacidades psíquicas ajudando a criança a encontrar a estabilidade que necessita (Bion, 1973).

A presença da mãe é muito importante na vida do seu bebé, o contacto deste com o corpo e o calor da mãe é vital no seu desenvolvimento emocional (Winnicott, 1975). O recém-nascido, na sua fragilidade, necessita de um envolvimento protector, que

lhe permita enfrentar o novo mundo e lidar com todo um novo conjunto de sensações e emoções agradáveis e desagradáveis, às quais, sozinho, não consegue dar significado.

Winnicott (1985) refere que a mãe deveria apenas dedicar-se exclusivamente ao seu bebê, afim de conhecer mais facilmente os diferentes choros e sinais do seu filho (o que o incomoda e o que lhe dá prazer). Deste modo, a mãe fornece ao bebê respostas que permitem reconhecê-la como aquela que satisfaz as suas necessidades e é a sua fonte de satisfação.

Quando Bowlby (1984) estudou o vínculo entre mãe e filho, concluiu que essa ligação era parte de um sistema de comportamento que servia a protecção da espécie, os bebês humanos são indefesos e incapazes de sobreviver sozinhos por um longo período de tempo. Deste modo, o apego dos bebês às suas mães ou cuidadores é o que possibilitaria a sobrevivência da espécie (Bowlby, 1984a).

Uma criança selecciona para sua figura principal de apego, a pessoa que lhe dá mais atenção e lhe presta os cuidados necessários, sendo normalmente a mãe. Embora seja usual a mãe natural de uma criança ser a sua figura principal de apego, este papel pode ser assumido por outras pessoas, desde que esta se comporte de um modo maternal em relação a um bebê. Para a mãe-substituta não será tão fácil quanto para a mãe natural desempenhar um comportamento maternal. A mãe substituta não dispõe dos mesmos níveis hormonais da mãe natural após o parto (Bowlby, 1982).

Bowlby (1982) refere que variável alguma tem mais profundos efeitos no desenvolvimento da personalidade do que as experiências infantis no seio da família, a começar dos primeiros meses e da relação com a mãe.

A expressão “cuidados maternos” cobre um conjunto das atitudes maternas susceptíveis não só de assegurar a satisfação das necessidades fisiológicas como também de trazer relaxação, segurança e bem-estar à criança (Mazet & Stoleru, 2003).

Santos (1985) refere que na qualidade de vida da relação mãe-filho assenta todo um crescimento equilibrado e saudável, visando a segurança e a verdadeira autonomia da idade adulta. Na relação mãe-filho existe (ou deveria existir) uma interligação inicial muito grande como se ambos vivessem embrulhados na mesma problemática, nas mesmas coisas confortáveis e do mesmo calor humano.

Para a psiquiatria, na infância, os processos que culminam no desligamento com a pessoa amada, desenvolvem-se prematuramente, dando origem a que “mascarem” um forte anseio residual pela pessoa perdida e raiva contra ela, sentimentos estes persistentes e prontos a manifestar-se inconscientemente. Este desligamento prematuro da figura materna precipita normalmente processos de luto de tipo patológico. A perda dos cuidados maternos nos primeiros anos de vida reflecte-se no desenvolvimento de uma personalidade perturbada, propensa aos estados de ansiedade e doença depressiva e a um carácter delinvente (Bolwby, 1984b, 1984c).

As perturbações somáticas das crianças com carência materna são frequentes e a variados níveis: Perturbações alimentares (anorexia, bulimia); perturbações no sono (insónia ou hipersónia); uma certa sensibilidade à infecções ORL; possibilidade de atrasos estaturais ligados a situações de frustração e no aspecto de atraso no desenvolvimento psíquico; e atraso no desenvolvimento das grandes funções instrumentais - motricidade, inteligência e linguagem (Mazet & Stoleru, 2003).

Segundo Mazet & Stoleru (2003) a descrição clínica da carência precoce de cuidados maternos e as consequências daí resultantes estão relacionadas com vários factores: a idade e as próprias características da criança (maior ou menor tolerância à frustração); a intensidade, duração e modo de carência; a qualidade da relação antes da instalação da carência e depois da experiência dessa carência.

Em todas as situações humanas a persistência e a mudança são inseparáveis e não opostas, como nos poderia levar a pensar uma perspectiva linear. Nascemos através de uma grande mudança: do saco uterino para o espaço exterior; mas sem a permanência duma relação materna essa criança não vai crescer. Por outro lado, se esta relação materna se mantém inalterável, se não acompanha o ciclo de vida da criança em direcção à maturação, essa criança

não vai ser adulto. Novas mudanças serão necessárias constantemente (Sampaio & Gameiro, 1998, p. 81).

A saúde mental da criança depende de que ela tenha a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a sua mãe (ou uma pessoa que desempenha o papel de mãe) na qual ambos encontrem satisfação e prazer (Bowlby, 1982; Mazet & Stoleru, 2003).

O amor materno não é automático nem suficiente para o estabelecimento de vínculos. Existem vários factores que afectam a maneira de uma mulher actuar com o seu bebé: o estado emocional da mãe, é muito provável que os filhos, de mães que sofrem problemas mentais/depressivos ou que os maltratam, desenvolvam vínculos inseguros; as razões que levaram a mãe ter o bebé, a sua experiência e competência para cuidar dos filhos, a sua visão da vida, a sua relação com o pai do bebé e as suas condições de vida - emprego e relação familiar (Bee, 1984; Strecht, 2002).

A responsabilidade materna tem sido considerada como um elemento central para a compreensão do desenvolvimento infantil e este conceito tem sido articulado com a teoria do apego. Actualmente, embora se tenha assistido a uma grande mudança ligada ao crescente ingresso da mulher no mundo do trabalho, constata-se que é ela quem assume ainda o papel de educadora, é ela que passa mais tempo com os filhos, quem interage mais, quem se ocupa essencialmente dos cuidados do dia-a-dia e quem assume a responsabilidade geral os cuidados e necessidades da criança (Sullerot, 1997).

A privação prolongada dos cuidados maternos de uma criança muito nova, pode causar efeitos de graves consequências na sua vida. Efeitos esses que poderão ser prolongados por toda a sua vida, quer estas sejam crianças institucionalizadas, quer sejam crianças que no seu próprio lar são abandonadas por negligência ou omissão, (quando a mãe encontra-se fisicamente presente e emocionalmente distante) ou crianças que sofrem devido à separação dos pais.

Uma relação estável e permanente com uma mãe amorosa (ou mãe-substituta) é de vital importância para o desenvolvimento da criança. Dentro do ser humano há uma

recordação, inconsciente ou não, da figura maternal, a qual persiste ao longo da vida. Mesmo que essa relação tão directa dos primeiros tempos seja “cortada”, a imagem de afecto, de amor, de segurança que ela transmitiu no início permanece.

Por tudo isto, torna-se compreensível que a função maternal tenha como objectivo principal fundar as bases sólidas para um funcionamento psíquico equilibrado. Uma boa relação precoce permite um desenvolvimento emocional e afectivo harmonioso, pois a segurança transmitida de início é gradualmente interiorizada, transformando-se em auto-segurança e auto-estima. Uma mãe deve ter um relacionamento singular com os filhos repleto de compreensão, afecto, perdão, ser firme, esperando e exigindo o devido respeito. A influência de uma mãe sobre o filho nos seus primeiros anos de vida é muito importante para o sucesso dos filhos.

2.6. Paternidade e Sua Influência no Desenvolvimento dos Filhos

Durante muitos anos a psicologia, a psiquiatria, a psicanálise e a sociologia deram destaque à importância da mãe para o desenvolvimento emocional dos filhos. Apesar de existirem algumas teorias que chamavam a atenção para o pai, ninguém punha em causa a sua secundarização ou surgimento tardio na vida dos filhos. Neste grupo, no início dos anos cinquenta Wallon (1978) havia referido que, após o período de simbiose afectiva do bebé com a mãe, surgia o momento de viragem para o mundo social e a descoberta do pai. Este autor defendia que a disponibilidade era uma função característica da mãe e a autoridade era típica do pai. Wallon (1978) verificou também que a ausência do pai poderia ser mais gravosa do que a da mãe, entendendo que as perversões familiares poderiam advir dessa carência.

A presença da mãe em casa é muito importante para o começo de vida dos filhos. Na década de 60 nem se levantava a hipótese de atribuir ao pai essa função, o seu papel era garantir o sustento e a estabilidade económica da família. Notava-se um certo descontentamento nas mulheres relativamente à ausência do pai no apoio familiar relativamente aos filhos (Sullerot, 1997).

Até aos anos setenta as concepções de vida e de sociedade negavam a importância do pai na vida do bebé, quando muito aceitava-se que o pai tivesse uma intervenção mais tardia na vida dos filhos. Considerava-se que a primeira infância era a idade da mãe e a infância média e tardia a idade do pai. A mãe encarregue do interior da casa e o pai do exterior, estando afastado fisicamente na educação dos filhos (Lamb, 1992; Le Camus, 1997).

No final da década de 70, o pai passa a ter um comportamento mais activo e envolvente nos cuidados dos filhos. Este passa a ter um papel muito importante como modelo de tipificação sexual, acompanhamento moral e apoio emocional da mãe (Lamb, 1992).

O conceito de paternidade tem vindo a alterar-se ao longo da história da humanidade. As suas características, expectativas e imagem social transformaram-se ciclicamente. Desde o final do século XIX que cientistas sociais interessaram-se pelo estudo empírico e pela teorização da paternidade, mas é nas últimas décadas que se nota um sistemático investimento no estudo nesta área. Estudaram-se as relações pai-filho (ausência do pai ou o não cumprimento das obrigações de sustento económico), as influências paternas no desenvolvimento infantil e juvenil, outras áreas como: os cuidados diários, a disciplina, a orientação, a educação, a identificação sexual, a brincadeira, o companheirismo, a supervisão e o impacto do pai na família e no clima relacional de toda a estrutura familiar (Booth & Crouter, 1998; Gottman & DeClaire, 1997; Lamb, 1998; Sullerot, 1997).

Nos anos noventa, trabalhos científicos foram realizados com a finalidade de estudar o pai na sua função global de apoio à família e à esposa e na descoberta da particularidade da paternidade. Mais do que qualquer outra época, esta parece marcada pelas dualidades e conflitualidades entre a imagem do pai como pedagogo e orientador moral, disciplinador e ganha pão, modelo sexual ou/e reproduzidor do estilo carinhoso e envolvido com a mãe. Ser pai e não ser pai, estar activamente presente ou ser supérfluo e dispensado, tudo são suposições passíveis de serem vividas pelos pais da actualidade. Questiona-se se ele é periférico ou central na vida da família, chegando a acreditar que ele possa até ser mais importante ou um melhor educador que a mãe (O'Connel, 1993).

A importância da função paternal, como determinante e fundamental para o desenvolvimento infantil, foi durante muito tempo ignorada ou considerada como acessória. O pai era visto apenas como o protector, a autoridade moral e pouco ou nada envolvido nos cuidados directos e emocionais diários dos filhos.

“Pais de família”, é necessário acabar com o desprezo que esta expressão contém, na nossa história e cultura recentes. Actualmente começa-se a readmitir a figura do pai. Era mais fácil menosprezar e injuriar, afastar ou deixar afastar-se o pai que incitá-lo a retomar o seu lugar, reconhecendo as suas responsabilidades e o seu papel próprio e insubstituível (Sullerot, 1997).

Não há dúvidas de que o pai tem um papel central no desenvolvimento dos filhos, investigações recentes evidenciam que a qualidade e não a quantidade da relação é o mais importante, dado que os bebés se vinculam muitas vezes a ambos os pais, independentemente de a mãe passar muito mais tempo com eles (Lamb, 1987; Lewis & Lamb, 2003).

As crianças desenvolvem vinculações quer com o pai quer com a mãe, provavelmente muitas crianças preferem a mãe, porque é esta que continua a ser quem mais cuida da criança, podendo esta tendência ser invertida se o pai partilhar de forma mais equitativa esta função. Os papéis parentais tradicionais, sexualmente estereotipados pela sociedade actual influenciam os estilos de interacção e as preferências das crianças, sendo o pai o mais associado a actividades lúdicas activas e a mãe aos cuidados diários. Ambos os estilos parecem desempenhar uma importante função no desenvolvimento da criança, em especial na identidade sexual (Lamb, 1987).

Ainda que se discuta se estas diferenças do pai e da mãe são socialmente transmitidas ou se têm algum peso genético, sabe-se contudo que ambos os progenitores têm capacidades de responder, de forma adequada, às necessidades dos filhos.

O facto do pai ser um bom suporte emocional da mãe, origina a que a qualidade da relação mãe-criança seja muito melhor, o que facilita o ajustamento positivo da criança. Quando os pais não dão apoio necessário, os filhos podem ressentir-se (Lamb, 1987).

Nos últimos séculos, Lamb (1992) encontra quatro fases na paternidade: o pai como formador moral no período puritano, o pai como sustentador económico, no período da industrialização, o pai como modelo de identificação sexual, resultante da grande depressão e da segunda guerra, e, finalmente, o novo pai envolvente a partir de meados da década de setenta: um progenitor activo, envolvido nos cuidados do seu filho, condição necessária para ser considerado um bom pai.

Estas quatro imagens continuam, todas elas a ser importantes e, actualmente, ser pai implica todas estas dimensões. A participação económica continua a ser a mais

evidente, mas é também importante o apoio emocional à mãe e a sua influência nas interacções directas ou indirectas com as crianças. Actualmente, os pais estão mais envolvidos, não apenas no sustento do lar e na disciplina dos filhos, mas também de forma mais directa desde o nascimento, nos cuidados diários, no relacionamento emocional e na atenção despendida.

As diferenças entre pai e mãe nos estilos de ensino e de comunicação estimulam aspectos diferentes nos filhos e ambos os progenitores têm extrema importância no desenvolvimento da criança, nenhum pode ser considerado melhor que o outro. Com papéis um pouco diferenciados e abordagens diversificadas os progenitores complementam-se e aumentam as hipóteses de melhor prepararem as crianças para as exigências sociais e cognitivas da vida. Quando em interacção com a mãe e o pai, elas recebem diferentes experiências de aprendizagem podendo assim melhor enfrentar os seus problemas e vivências futuras.

Inicialmente pensou-se que o principal papel do pai na educação dos filhos seria apoiar a mãe, dar-lhe suporte, segurança afectiva e económica para que esta tivesse condições de dar atenção de forma equilibrada aos filhos. Mais tarde a mãe surge como mediadora pai-filho, e o impacto deste surge como indirecto. Actualmente, sabemos que os pais não podem ser esquecidos no desenvolvimento infantil dos seus filhos e que têm uma acção directa.

2.6.1. Ausência paterna

Nos anos 50 foram realizadas investigações em famílias sem pai, com o objectivo de compreender o papel do pai. Destas investigações concluiu-se que os rapazes sem pais parecem ter problemas nas áreas de tipificação sexual e de desenvolvimento de identidade sexual, no desempenho escolar, no ajustamento psicológico e no controlo da agressividade. Contudo não significa que todas as crianças que crescem sem pai tenham este tipo de problemas e que as que têm pai se desenvolvam normativamente (Lamb, 1992).

Na história ainda recente das sociedades ocidentais, o pai tem aparecido com uma dupla função: proteger e alimentar os que gera, duas tarefas essenciais para a sobrevivência da espécie. Estar ausente destas tarefas ou desempenhá-las insuficientemente, pode trazer graves danos aos filhos. Crescer com um pai que violenta física, sexual ou emocionalmente pode ser mais prejudicial do que crescer sem nenhum pai, contudo a ausência do pai pode ser muito prejudicial quer a nível emocional, quer cognitivo e social (Lamb, 1993, 1998; Savanum, Bringle e McLaughlin, 1982).

As interações dos pais com as crianças são muito importantes, quanto menor for o número de interações positivas menos são as ocasiões para que as crianças aprendam competências sociais apropriadas, quer a nível verbal, quer a nível do desenvolvimento de relações positivas com os colegas e menor é o sucesso de aprendizagem (McLoyd, 1990).

As crianças do sexo masculino com pais ausentes têm maiores dificuldades em encontrar equilíbrios entre a afirmação e a moderação típica da masculinidade, sendo-lhes mais difícil aprender o auto-controlo e o equilíbrio emocional (Goleman, 1997).

A presença do pai parece ser igualmente um factor importante no sucesso escolar e profissional das raparigas, mas os resultados nesta área são menos congruentes. As raparigas que crescem com a presença activa do pai têm menos probabilidades de se envolverem prematuramente em condutas sexuais promíscuas e tendem a ter relações mais saudáveis e equilibradas com o sexo masculino (Gottman & DeClaire, 1997).

A maioria das famílias monoparentais são resultado de um divórcio, o qual é muitas vezes precedido de períodos de hostilidade conjugal. O conflito do pré-divórcio poderá ser a justificação dos problemas das crianças sem pai. Quando depois de um divórcio as crianças têm uma boa relação com ambos os progenitores têm geralmente um melhor ajustamento do que as que não tiveram (Lamb, 1992).

A ausência do pai origina o stress económico que acompanha o mono-parentalismo especialmente nas mães sozinhas e o stress emocional decorrente da censura que a sociedade expressa em relação às mães solteiras e divorciadas (Sullerot, 1997).

Estudos efectuados sobre os adolescentes toxicodependentes demonstraram que muitos deles provêm de uma família dissociada. Essa dissociação familiar traduz-se quase sempre numa ausência paterna, porque não o conheceram, por divórcio ou por morte (Sullerot, 1997).

A vida familiar é como o alimento. É necessário e bom para nós, mas assim como o alimento nos pode envenenar, também a família o pode fazer. A função da mãe e do pai é de extrema importância (Bowlby, 1982).

Muitos investigadores têm defendido que os estilos de interacção da mãe e do pai são qualitativamente distintos. Com os bebés, as tendências existentes vão no sentido do pai envolver-se mais em actividades de brincadeira activas, físicas e estimulantes e da mãe desempenhar mais acções para acalmar os filhos, alimentá-los, dar-lhes banho, tratar das rotinas de deitar e dos cuidados físicos (Lamb 1987, 1992).

Alguns estudos analisam a influência dos pais hipercríticos, humilhantes ou emocionalmente distanciados e mostram que este “tipo” de pais podem causar nas crianças desequilíbrios psicológicos (Gottman & DeClaire, 1997).

São inúmeros os estudos que indicam que a presença do pai, a sua atenção, calor afectivo, apoio e interacção com os filhos contribuem significativamente para um desenvolvimento psicossocial saudável. A presença de um modelo masculino afectuoso é muito importante para o crescimento sadio das crianças particularmente para os meninos (Bee, 1997; Erikson, 1993; Hojat, 1998; Lamb, 2003).

O impacto da separação não é igual para todas as crianças, a precocidade das separações tem uma forte influência. Quanto mais cedo ocorrer a separação, mais difícil será para a criança perceber e ultrapassar as dificuldades que a própria separação pode causar (Bowlby, 1982; Bee, 1997; Sullerot, 1997).

Um pai deve ser paciente, amar incondicionalmente, perdoar, disciplinar, proteger e instruir os filhos. A protecção e segurança dadas por um pai, sem excessos, dá liberdade de crescimento em tarefas que ensinem responsabilidade. Actualmente reconhece-se e defende-se que o pai, tal como a mãe, tenha um papel único e muito significativo ao desenvolvimento da criança.

Na ausência do pai ficam muitos aspectos paternos, económicos, sociais e emocionais por preencher. A influência do pai no desenvolvimento da criança é de extrema relevância. Quando se pretende perceber o efeito do pai no desenvolvimento dos filhos, o factor mediador mais importante é a qualidade da relação entre eles. A proximidade e o calor paternal beneficia e justifica os impactos positivos a favor da criança.

São as características enquanto pai, e não enquanto homem, que vão determinar o desenvolvimento infantil. A ausência do pai pode marcar mais pelos aspectos económicos, sociais e emocionais, que pela ausência de um modelo de tipificação.

3. PROBLEMÁTICA

3.1. Questões de Estudo

Sabemos que a família é algo muito importante na vida de um ser humano, todos necessitamos de ser amados, protegidos e respeitados. A ligação de afecto específica de um indivíduo a outro (vinculação e apego) é muito importante no desenvolvimento global da criança. O ser humano não necessita apenas de alimento, de cuidados de higiene, mas também de muito amor e atenção. A vinculação é uma necessidade primária, a afectividade é imprescindível para que a criança cresça em equilíbrio a nível emocional, intelectual e psíquico (Bee, 1997; Bowlby, 1984a; Sá e Cunha, 1996; Strecht, 2002).

Estudos realizados demonstraram que a negligência ou a ausência familiar podem prejudicar o desenvolvimento físico, mental e emocional de uma criança. Muitas das crianças que vivem em instituições desde a sua infância, demonstraram dificuldades em estabelecer relações sociais normais e em estabelecer vínculos afectivos. Devido à carência de estimulação de laços afectivos e de atenção emocional estas crianças podem ter deficiências cognitivas, deficiências de integração sensorial, dificuldade em processar a linguagem no ritmo em que é falada e, conseqüentemente, prejuízo no processo de aprendizagem (Ballone, 2003; Spitz, 1979; Strecht, 2002).

Não podemos ignorar a importância da família no desenvolvimento da vida do ser humano. A criança é condicionada não só pela herança biológica que possui à nascença, mas também pelas relações com os pais e com o meio envolvente. Normalmente, a família é o primeiro ambiente que a criança conhece e é esse mesmo ambiente em que vive na infância que influenciará a sua personalidade, conduta, interesses, aptidões, fobias, capacidades e limitações. Contudo, não podemos esquecer que, para muitas crianças, a sua “família” é a Instituição e é esta que lhes proporcionará o bem estar físico, psicológico e social.

Tendo a família e a instituição um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, parece pertinente perceber que representação estas têm de família. É com base na teoria das representações sociais que desenvolveremos este trabalho, sendo o

objectivo principal, perceber se existe uma imagem de família diferente, entre as crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. Pretendemos verificar se existem diferenças de representação de família nas crianças que: vivem em instituições desde os três anos, nas que vivem em instituições após contacto familiar (consideradas famílias de risco) e nas que vivem numa família. Propomo-nos assim, verificar se nas crianças institucionalizadas e não institucionalizadas existem diferenças significativas na representação de família.

1ª Hipótese

Existem diferenças significativas na representação de família entre as crianças institucionalizadas e as que vivem numa família tradicional.

2ª Hipótese

Existem diferenças significativas na representação de família entre as crianças institucionalizadas com três anos e as crianças institucionalizadas após contacto familiar (consideradas famílias de risco)

Variáveis:

Variável Independente:

Crianças institucionalizadas desde a infância (três anos);

Crianças institucionalizadas após contacto familiar (família de risco);

Crianças vivem com a família.

Variável dependente:

A representação que as crianças apresentam de família.

O percurso de vida, as experiências familiares e sociais variam em cada grupo, espera-se que, provavelmente, a representação de família nestas crianças seja diferente.

4. METODOLOGIA

4.1 Amostra

Neste estudo exploratório, utilizámos a entrevista semi-estruturada como método de recolha de dados. Este instrumento foi utilizado na amostra que passamos a caracterizar.

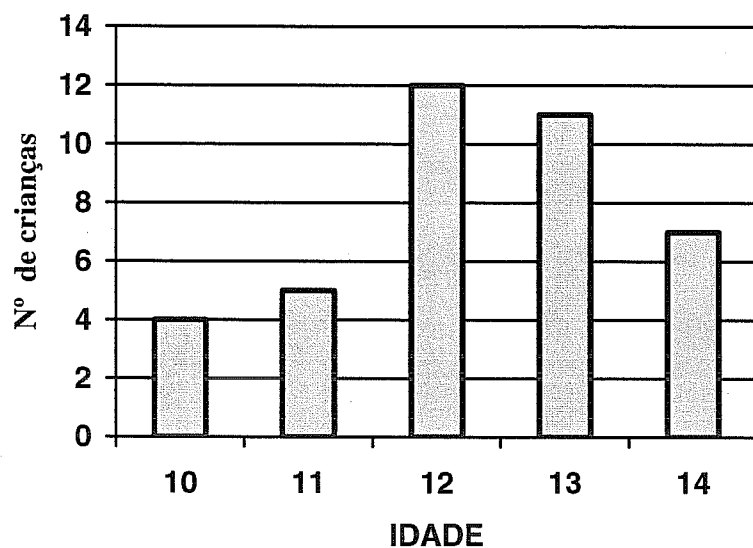
A amostra do presente estudo é composta por 39 crianças e está separada por três grupos distintos:

Grupo 1 – 13 crianças que vivem em instituições desde os três anos

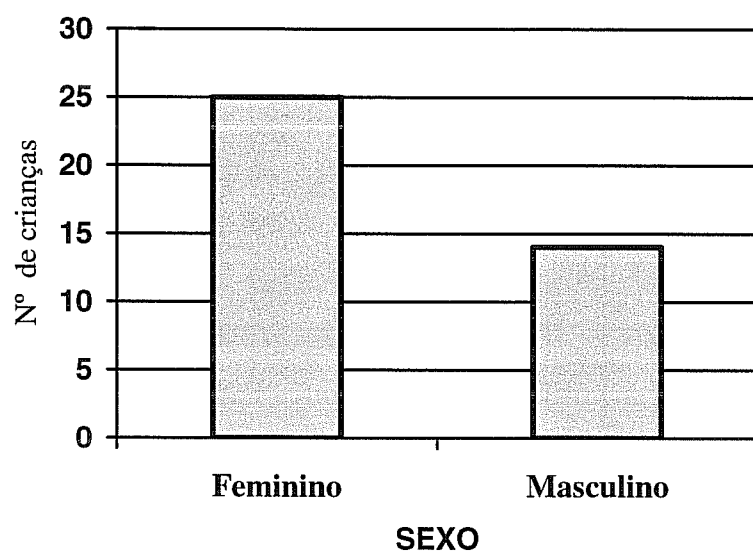
Grupo 2 – 13 crianças institucionalizadas após contacto familiar, devido a pertencerem a famílias consideradas de risco

Grupo 3 – 13 crianças que vivem com a família

O processo que nos leva à amostra é orientado por um princípio não-probabilístico. No nosso estudo utilizámos uma amostragem não aleatória, por conveniência. Os procedimentos utilizados visavam a formação de grupos, os quais foram seleccionados tendo em consideração a idade e as características pertinentes para o nosso estudo. Na selecção das crianças institucionalizadas tivemos em consideração a faixa etária e o tipo de institucionalização (com três anos e institucionalizadas após contacto familiar). Na selecção do grupo das crianças que vivem em família tivemos em consideração a faixa etária e a constituição do ambiente familiar (pai, mãe e irmãos).

FIGURA 1 – Idade dos sujeitos entrevistados

No que respeita à idade, a nossa amostra distribui-se de acordo com a figura 1. Como se pode verificar, a nossa amostra é constituída por crianças cuja faixa etária está compreendida entre os 10 e os 14 anos, sendo o grupo das crianças com 12 e 13 anos o mais predominante. Esta faixa etária foi seleccionada por considerarmos que, nesta idade, as crianças conseguem ter um discurso mais fluente para analisar e verbalizar as situações solicitadas através de entrevistas.

FIGURA 2 – Género dos sujeitos entrevistados

A amostra utilizada, considerando o género, distribui-se conforme a Figura 2. Em termos percentuais, este gráfico pode traduzir-se em 64.1% de crianças do sexo feminino e 35.9% de crianças do sexo masculino.

4.2 Instrumentos

Na recolha dos dados necessários para o presente estudo utilizámos a entrevista semi-estruturada, através da qual tentámos obter informações acerca das representações que as crianças têm de família. “A entrevista guiada, constitui actualmente um método indispensável a qualquer estudo sobre representações...” (Abric, 1994a, p. 61).

A entrevista é uma forma privilegiada de recolha de informação, mas importa referir que existem algumas fragilidades, tais como a influência de mecanismos psicológicos, cognitivos e sociais do sujeito durante a entrevista, o nível da subjectividade na análise e a interpretação dos dados por parte do investigador. Contudo, estes limites não põem em causa a importância da entrevista neste tipo de investigação (Ghiglione & Matalon, 1992).

A revisão da literatura e os objectivos pretendidos no nosso estudo foram a base para a formulação das questões que achámos pertinentes para o desenvolvimento deste trabalho. Para a construção do guião de entrevista foram consultados especialistas na área da psicologia, de modo a verificar a viabilidade/pertinência das perguntas.

No nosso guião de entrevista tivemos em consideração os seguintes itens: Definição de família; Diferenças/semelhanças entre famílias; Definição de pai; Definição de mãe; Importância da família; Pessoa mais carinhosa numa família; Pessoa mais difícil numa família; Família ideal; Comparação da família.

Como forma de pré-testar o instrumento foram entrevistadas crianças pertencentes aos três grupos em estudo. Após a realização de uma análise de conteúdo das

entrevistas realizadas, verificámos que poderíamos aplicar o guião elaborado (Anexo A).

No nosso estudo optámos pela entrevista, uma vez que nos permite uma abordagem qualitativa, permitindo um estudo mais profundo através de um conjunto de questões abertas. Na análise das entrevistas utilizámos a metodologia indicada por Bardin (1977), a análise de conteúdo.

4.3 Procedimentos

No sentido de iniciarmos o nosso estudo, solicitámos aos directores das instituições autorização para desenvolvermos o nosso trabalho, assim como também aos pais das crianças que vivem em família.

Antes da realização das entrevistas, existiram várias oportunidades para estar com as crianças institucionalizadas, participando em actividades de apoio ao estudo, durante cerca de seis meses (uma vez por semana), para que o entrevistador não fosse totalmente desconhecido.

As entrevistas foram realizadas individualmente, durante o segundo semestre de 2005, gravadas em áudio e posteriormente transcritas (Anexos B, C, D). A duração de cada entrevista variou entre os vinte e os quarenta minutos. No início de cada entrevista foi explicado o objectivo do estudo, destacando-se o carácter voluntário do mesmo.

A análise de dados das entrevistas foi realizada em três momentos: transcrição das fitas de áudio, desenvolvimento dos sistemas de categorias e tabulação dos dados de acordo com o sistema de categorias definitivo. Foi elaborado um sistema preliminar de categorias que foi revisto de forma a eliminar ou a reformular as categorias que não se mostravam apropriadas.

4.4 Tratamento dos dados

Na construção do objecto de estudo, torna-se difícil a operacionalização de um quadro teórico abrangente que explique os diferentes elementos das representações sociais, contudo, este é imprescindível, uma vez que nos permite obter um entendimento mais restrito da realidade social. No entanto, é importante reter a ideia de que a operacionalização nos diversos estudos, no campo das representações, é orientada para uma análise de conteúdos contextualizada, relacionando os fenómenos cognitivos e afectivos ligados ao pensamento em acto e ao pensamento constituído (Belisle & Schiele, 1984 cit. por Santiago, 1997).

Este é um estudo exploratório com questões a estudar, cujos dados foram recolhidos, através de entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram objecto de análise de conteúdo, uma vez que esta técnica tem por objectivo enumerar qualitativamente o conteúdo de cada entrevista.

A análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interpretação da mensagem (Bardin, 1977; Léon, 1980).

Para que isso aconteça, é necessário que exista uma codificação, processo pelo qual os dados obtidos são transformados ou agregados em unidades de inferência/núcleos de sentido. É a partir desta codificação que obtemos a análise temática e categorial pertinentes para o nosso estudo (Bardin, 1977; Ghiglione & Matalon, 1992).

O processo de categorização foi elaborado utilizando o modelo proposto por Bardin (1977), em que não é definido previamente um sistema de categorias definitivamente estruturado, mas construído através da classificação analógica e progressiva dos elementos e em que o conteúdo conceptual de cada categoria e a totalidade do sistema «somente» é definido no final dos procedimentos (Morgado, 2003, p. 181).

Na formulação das categorias, tivemos em consideração um conjunto de características fundamentais: a pertinência, a objectividade, a exclusividade das unidades de inferência numa só categoria e homogeneidade, tendo a sua estruturação apenas um princípio de classificação (Bardin, 1977; Léon, 1980).

De forma a facilitar a integração de novos dados pertinentes para o estudo durante o processo de codificação, optámos por uma grelha de categorias com alguma flexibilidade inicial até à estabilização definitiva. Segundo Santiago (1996) as grelhas não devem ter uma estrutura rígida, de modo a que novos dados, dependentes do aparecimento de novas informações, possam ser integrados durante o processo de codificação.

Concluída a grelha de análise de conteúdos a utilizar, procedeu-se à quantificação de resultados, cuja contabilização foi organizada com base no número de sujeitos produtores das ocorrências registadas em cada uma das categorias e subcategorias. Os dados obtidos foram expressos em número de ocorrências de sujeitos e em percentagens, sendo esta metodologia de comparação a mais adequada a este estudo.

A grelha de análise que construímos baseia-se numa análise temática e categorial, estando dividida por nove temas, os quais se encontram divididos em categorias e subcategorias.

Tema 1: Definição de Família

No tema 1 reunimos todos os comentários que se relacionam com a definição de família, que diferenças/ semelhanças existem no conceito de família.

Categorias	Subcategorias	Exemplos de discurso
1.A - Afectividade	1.A.1 - Amor 1.A.2 - Carinho	“é gostarmos uns dos outros” “pessoas que nos dão carinho”
1.B - Constituição		“constituídas por pai, mãe, filhos, netos, avós”
1.C - União		“que se unem”, “pessoas juntas que se dão bem”
1.D - Valorização		“Família é especial”, “A família é muito importante”, “A família é boa”
1.E - Dificuldade em definir		“Ai, não sei. Então é quando as pessoas estão juntas”
1.F - Apoio	1.F.1- Ajuda 1.F.2 - Cuida	“ajudam a resolver alguns problemas” “pessoas que tratam da gente”

QUADRO 2 - Análise do tema nº1 – Definição de Família

Tema 2: Diferenças/semelhanças entre Famílias

Este tema reúne todos os comentários relativos às semelhanças ou diferenças que existem nas famílias.

Categorias	Subcategorias	Exemplos de discurso
2.A – Diferentes	2.A.1 – Nível de problemas	“existem famílias problemáticas, há outras felizes e infelizes”, “algumas têm problemas com os filhos e com os pais”, “algumas têm confusões outras não”
	2.A.2 – Nível de Afectividade	“os pais gostam dos filhos”, “maltratam, outros abandonam-nas.”, “há pessoas que não têm família”
	2.A.3 – Nível de Condições	“umas são ricas outras pobres”, “outras não podem ter filhos, foram retirados”
	2.A.4 – Nível de Educação	“cada uma tem a sua maneira de viver e de educar”.
	2.A.5 – Outros	“umas trabalham num sítio outras noutra”, “umas têm mais filhos, outras não”
2.B - Iguais		“Todas iguais... então cada uma tem pai, mãe”

QUADRO 3 - Análise do tema nº2 – Diferenças/Semelhanças entre Famílias

Tema 3: Definição de Pai

Esta categoria inclui os comentários feitos pelos sujeitos a cerca do que é um pai. O objectivo é perceber qual a imagem que as crianças têm de pai, qual a sua importância e o papel que desempenha na família.

Categorias	Subcategorias	Exemplos de discurso
3. A - Afectividade	3.A.1 - Amor	“deve ser bom para os filhos”, “dê amor”
	3.A.2 - Carinho	“dá carinho”
3.B - Confiança		“em quem nós podemos confiar”
3.C - Amizade		“É um amigo”, “brinca com a gente”
3.D - Educação	3.D.1 - Disciplina	“se eu fizesse alguma coisa errada ele também me ia corrigir”
	3.D.2 - Sustento	“sustenta a família”
	3.D.3 - Ensino	“gosta de ensinar coisas”
3.E – Dificuldade em definir		“Não sei. Amigos”, “Eu não sei, acho que deve ser uma pessoa fixe”
3.F - Não sabe definir		“Não sei, eu nunca tive pai”, “Não sei explicar”
3.G - Imagem negativa		“às vezes um bocado mau”, “Pior ainda”.
3.H - Apoio	3.H.1 - Ajuda	“pessoa que a gente pode contar”, “que nos ajuda em tempos difíceis”, “ajuda-me nas coisas”
	3.H.2 - Cuida	“toma conta de nós”, “sabe tratar dos filhos”, “que cuida dos filhos”
3.I - Protecção		“não quer que nada me aconteça”, “ajuda-me sempre a defender-me”

QUADRO 4 - Análise do tema nº3 – Definição de Pai

Tema 4: Definição de Mãe

Esta categoria inclui os comentários dos sujeitos acerca do que é uma mãe. O objectivo é perceber qual a imagem que as crianças têm da mãe, qual a sua importância e o papel que desempenha na família.

Categorias	Subcategorias	Exemplos de discurso
4.A - Afectividade	4.A.1 - Amor 4.A.2 - Carinho 4.A.3 - Compreensão	“É uma pessoa que dá amor”, “gosta dos filhos” “É uma pessoa que me dá carinho”, “ é uma pessoa carinhosa” “compreendem mais os filhos”,
4.B - Confiança		“em quem nós podemos confiar”, “é fiel”
4. C - Amizade		“É a minha melhor amiga, ela aconselha-me e ajuda-me”, “uma boa amiga”
4.D - Educação		“dá respeito à casa, dá respeito à família”, “gosta de ensinar coisas”
4.E - Reprodução		“ é uma pessoa que nos gerou”
4.F - Dificuldade em definir		“Não sei responder. Sei mas... é para nos educar”, “Eu não sei, uma boa amiga”
4.G - Apoio	4.G.1 - Cuida 4.G.2 - Ajuda	“mãe é a pessoa que cuida de nós”, “ toma conta de nós” “uma pessoa que nos ajuda, que nos dá todo o apoio”

QUADRO 5 - Análise do tema nº4 – Definição de Mãe

Tema 5: Importância da Família

Neste tema são feitas referências relativamente aos sentimentos que as crianças manifestam quanto à importância de uma família.

Categorias	Subcategorias	Exemplos de discurso
5.A - Companhia		“Para não ficarmos sozinhos”, “senão não tínhamos ninguém”
5.B - Afectividade	5.B.1 - Amor 5.B.2 - Carinho 5.B.3 - Atenção	“nos dá amor” “dá muito carinho” “para conversarem e fazer muitas coisas juntos”, “para nos dar atenção”
5.C - Educação		“ensina-nos a educação, o nosso dia a dia e as coisas que podem acontecer”, “ensina a respeitar os outros”
5.D - Apoio	5.D.1 - Cuidado 5.D.2 - Ajuda	“para cuidar de nós”, “não vivia, não tinha comer, não tinha nada” “para os pais nos ajudarem”, “podemos contar com eles para tudo”
5.E - Felicidade		“sem família não tínhamos muita felicidade”, “podemos ser felizes”
5.F - Outros		“não estava vivo sem eles”, “foi ela que nos fez”

QUADRO 6 - Análise do tema nº5 – Importância da Família

Tema 6: Pessoa mais Carinhosa numa Família

Neste tema são feitas referências à pessoa que as crianças consideram a mais carinhosa numa família. As figuras familiares, referidas como as mais carinhosas, no total de trinta e nove crianças temos: trinta e duas crianças que referiram a mãe, três referiram o pai e quatro referiram outros (irmã, tia, avós).

Categorias	Subcategorias	Exemplos de discurso
6.A - Mãe	6.A.1 - Intimidade	“desabafamos com ela”, “é aquela pessoa que temos um relacionamento mais próximo, que nos conhece bem”
	6.A.2 - Afecto	“dá-me muito carinho, amor”
	6.A.3 - Compreensão	“a mãe compreende melhor”, “raramente bate”
	6.A.4 - Cuidado	“ Porque cuida mais dos filhos”, “trata das coisas da casa”
	6.A.5 - Atenção	“tem tempo para os filhos”, “é mais atenciosa”, “brinca com a gente”
6.B - Pai		“Sei lá, porque é o que está mais comigo”, “é o pai, porque é”
6.C - Outros		“É a tia ela dá mais carinho”, “Os avós, não ralham muito com a gente”, “a minha irmã gosto muito dela”

QUADRO 7- Análise do tema nº6 – Pessoa mais Carinhosa numa Família

Tema 7: Pessoa mais Difícil numa Família.

Neste tema referem-se os sentimentos que as crianças manifestam relativamente ao elemento mais difícil de uma família. As figuras familiares, referidas como as mais difíceis, no total de trinta e nove crianças temos: catorze crianças que referiram o pai, dez referiram os irmãos, três referiram a mãe, cinco referiram os avós, quatro referiram outros (tio, tia, padrasto e filhos).

Categorias	Exemplos de discurso
7.A - Pai	“é difícil falar com ele, começa a discutir, não compreende”, “porque é o pai que bate mais”, “a gente com um pai não se sente muito à vontade”
7.B - Avô	“tem brincadeiras comigo que eu às vezes não gosto”, “é a pessoa mais distante, não falo muito com ele”
7.C - Avó	“Tem um feitio parecido comigo e muitas vezes nós as duas chocamos”, “dá muito trabalho a avó”, “é chatinha”
7.D - Irmãos	“anda sempre a chatear-me”, “os irmãos mais velhos têm a mania que mandam em tudo”, “às vezes estão à briga”
7.E - Mãe	“gosta mais de uns filhos do que outros”, “preocupa-se demais, está sempre em cima”
7.F - Outros	“a tia, não convive muito comigo”, “É os filhos. Os bebés, porque as mães têm de dar o leite a eles”, “é só o padrasto”, “O meu tio às vezes critica-nos por coisas insignificantes”
7.G - Não sabe	“Não sei”, “Acho que ninguém. Todos tentam colaborar uns com os outros”

QUADRO 8 - Análise do tema nº7 – Pessoa mais Difícil numa Família

Tema 8: Família Ideal

Neste tema reúnem-se todos os comentários referentes às características da família ideal.

Categorias	Subcategorias	Exemplos de discurso
8.A - Compreensão		“É todos se compreenderem”, “com quem podemos falar e estar”
8.B - União		“estarmos sempre todos unidos”, “era ter toda a gente junta”, “é darem-se todos bem”
8.C - Afectividade	8.C.1 - Carinho	“dar carinho”, “desse beijinhos”
	8.C.2 - Amor	“que se amem”, “que gostasse muito de nós”, “querem o melhor para nós”
8.D - Apoio		“que nos ajudam nos tempos difíceis”, “que nos apoie em tudo”
8.E - Felicidade		“uma família feliz”, “optar pela minha felicidade”, “que eu me sentisse bem e fosse feliz”
8.F - Viver em família		“Eu desejava mesmo era ter a minha própria família, desde que haja o pai e a mãe para mim isso já está bom”, “ter uma boa vida e uma casa”
8.G - A própria família		“ É a minha”, “É a que eu tenho”, “eu gosto da minha, acho que é boa”

QUADRO 9 - Análise do tema nº8 – Família Ideal

Tema 9: Comparação da Família.

Esta categoria inclui todos os comentários das crianças acerca da imagem de família. É-lhes pedido que imaginem uma família e a comparem a algo que se identifique com ela. Pretende-se que de uma forma indirecta as crianças expressem alguns sentimentos referentes à família.

Categorias	Subcategorias	Exemplos de discurso
9. A - Preferências		“ao futebol, porque gosto de futebol e gosto muito da minha família”, “pizza é o meu prato preferido”
9.B - Natureza	9.B.1 – Aspectos físicos 9.B.2 – Aspectos emocionais	“as flores são bonitas, fofinhas queridas”, “a família costuma ser grande e o mar é grande”, “os frutos somos nós os filhos” “viagem paradisíaca... sítio de paz, de descanso”, “mar está manso e às vezes agita-se”, “sol, porque o sol aquece-nos e a família também”
9.C - Sentimentos		“com amizade, paz”, “sentimos o calor que nos transmite”, “ao amor, porque amo a minha família”
9.D - Pessoas		“conjunto de pessoas”, “a um grupo de amigos. Nós podemos contar com os amigos”
9. E - Animais		“cão, porque é fiel”, “formigas, andam sempre juntas”, “o gato e o cão... temos os nossos problemas”
9.F - Instituição		“cá no lar tratamos como irmãos”, “dão-nos disciplina, trabalhamos e brincamos”

9.G - Não sabe		“não é nada, não sei nunca vi”, “para mim não há nada para comparar à família”
9.H - Outros		“porque a família está longe como o país, não conheço bem”, “discoteca, porque às vezes gritam muito alto”

QUADRO 10 - Análise do tema nº9 – Comparação da Família

No nosso estudo, ao nível estatístico utilizámos o teste não-paramétrico de Fisher de forma a verificar se existem diferenças significativas ou não significativas entre os três grupos em estudo para uma significância de $p \leq 0.05$.

Este teste é adequado e potente quando pretendemos comparar duas amostras independentes de pequena dimensão e relativamente a uma variável nominal dicotómica, agrupadas em tabelas de contingência de 2x2 (duas linhas por duas colunas). Este teste é uma alternativa ao teste Qui-quadrado quando este não se pode aplicar em tabelas do tipo 2x2, ou seja, quando os valores esperados nas células da tabela são inferiores a 5 (Maroco & Bispo, 2003).

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo procederemos a uma apresentação descritiva dos resultados obtidos, referindo comentários que julgamos pertinentes. Começaremos por apresentar em cada tema, os quadros dos resultados globais e, em seguida, os quadros que permitem proceder à comparação das respostas das crianças dos três grupos em estudo.

QUADRO 11 - Definição de Família

<i>Tema 1- Definição de Família</i>			
<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Afectividade	Amor	13	33.3
	Carinho	9	23.1
	Total	16	41
Constituição		11	28.2
União		14	35.9
Valorização		23	59
Dificuldade em definir		4	10.3
Apoio	Ajuda	11	28.2
	Cuida	4	10.3
Total		15	38.5

S - número de sujeitos
% - percentagem

No quadro 11 podemos analisar o conceito que as crianças têm de família. Neste tema juntámos a questão um e dez do nosso guião de entrevista (Anexo A) visto que estas se complementam. Na primeira questão, as crianças mencionam várias características da família: “*família é pessoas que tratam de nós*”, “*pessoas que nos dão carinho, amor, atenção*”. Na última questão elas também se reportam às características da família, referindo as suas qualidades: “*amiga, amorosa e fiel*”, “*é um tesouro*”, “*é especial*”, “*é boa*”. Observando os dados recolhidos, verificamos que a maioria das crianças (59%) valoriza a família definindo-a como “*muito especial*” e “*muito importante*”.

Em 41% das crianças a definição de família insere-se na categoria da afectividade, sendo a subcategoria do amor a mais referida (33.3%), “*família é gostarmos uns dos*

outros”, seguida da subcategoria carinho (23.1%), “*família são pessoas que nos dão carinho*”.

Por outro lado, 38.5% das crianças, ao definirem a família, focam a importância do apoio. A família é aquela que ajuda (28.2%) e cuida (10.3%).

O conceito de união também aparece associado à família, 35.9% das crianças definem o conceito de família como “*pessoas juntas que se dão bem*”, “*unida*”. Por outro lado, 28.2% das crianças definem família ao nível da sua constituição, “*a família é constituída por pai, mãe, filhos*”.

QUADRO 12- Definição de Família

Tema 1- Definição de Família

Categorias	Subcategorias	Crianças Inst. Com três anos		Crianças Inst. após cont. familiar		Crianças que vivem em família	
		S	%	S	%	S	%
Afectividade	Amor	7	53.8	1	7.7	5	38.5
	Carinho	5	38.5	1	7.7	3	23.1
	Total	7	53.8	1	7.7	8	61.5
Constituição		3	23.1	6	46.2	2	15.4
União		5	38.5	3	23.1	6	46.2
Valorização		5	38.5	9	69.2	9	69.2
Dificuldade definir		1	7.7	3	23.1	0	0
Apoio	Ajuda	4	30.8	2	15.4	5	38.5
	Cuida	3	23.1	0	0	1	7.7
	Total	7	53.8	2	15.4	6	46.2

S - número de sujeitos

% - percentagem

No quadro 12 podemos verificar que as crianças institucionalizadas com três anos consideram que a afectividade (53.8%) é uma característica muito importante na definição do conceito de família, o mesmo acontece com 61.5% das crianças que vivem em família. Este facto não se verifica relativamente às crianças institucionalizadas após contacto familiar, apenas 7.7% mencionam o aspecto da afectividade.

As crianças institucionalizadas após contacto familiar definem a família ao nível da sua constituição (46.2%). Os restantes grupos apresentam uma percentagem mais reduzida relativamente a este aspecto, 23.1% das crianças institucionalizadas com três anos e 15.4% das crianças que vivem em família.

O grupo das crianças que vivem em família, foi o grupo que deu maior importância ao aspecto da união (46.2%), seguido do grupo das crianças institucionalizadas com três anos (38,5%) e do grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar (23.1%).

A valorização aparece na definição do conceito de família em 38.5% das crianças institucionalizadas com três anos. É curioso observarmos que, as crianças institucionalizadas após contacto familiar e as crianças que vivem em família, apresentam a mesma percentagem (69.2%) nesta categoria.

As crianças que vivem em família não apresentam dificuldades na definição da mesma, enquanto que as crianças institucionalizadas com três anos (7.7%), apresentam alguma dificuldade em definir este conceito. As crianças institucionalizadas após contacto familiar, são as que mais apresentam dificuldade em definir o conceito de família (23.1%).

Podemos observar ainda que, as crianças institucionalizadas com três anos são as que mais referenciam o apoio familiar (53.8%), família é a que ajuda (30.8%) e cuida (23.1%). Relativamente às crianças que vivem em família, o apoio familiar também é muito importante (46.2%), embora deva destacar-se que 38.5% destas crianças mencionam maioritariamente o aspecto da ajuda. As crianças institucionalizadas após contacto familiar são as que dão menos importância a esta característica (15.4%).

Da análise estatística podemos afirmar que existe diferença significativa ($p = 0.030$) na definição de família entre o grupo das crianças institucionalizadas com três anos e o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar, relativamente à subcategoria do amor. As crianças institucionalizadas com três anos são as que mais valorizam o aspecto do amor na definição de família.

QUADRO 13 - Diferenças/Semelhanças entre Famílias

Tema 2- Diferenças/Semelhanças entre Famílias

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Diferentes	Nível problemas	8	20.5
	Nível afectividade	20	51.3
	Nível condições	9	23.1
	Nível Educação	3	7.7
	Outros	4	10.3
Total		25	64.1
Iguais		1	2.6

S - número de sujeitos
% - percentagem

Através da análise do quadro 13, *Diferenças/Semelhanças entre famílias*, podemos verificar que a maioria das crianças considera que as famílias são diferentes. Apenas uma das crianças considera que as famílias são todas iguais.

Assim, 51.3% das crianças consideram que a diferença entre famílias encontra-se, essencialmente, ao nível da afectividade “*há certas famílias que não tratam as crianças como é preciso, algumas que as maltratam, outros abandonam-nas*”, “*algumas gostam dos filhos outras não*”. Por outro lado, 23.1% das crianças consideram que o nível de condições de vida é o aspecto a salientar, “*umas são ricas, outras são pobres*”.

Para 20.5% das crianças, os problemas existentes nas famílias encontram-se entre os principais aspectos que as distinguem, “*há famílias problemáticas*”, “*algumas têm confusões, outras não*”. Podemos também verificar que 7.7% das crianças consideram que a educação difere de família para família “*cada uma tem a sua maneira de educar*”.

QUADRO 14 - Diferenças/Semelhanças entre Famílias

Tema 2- Diferenças/Semelhanças entre famílias

Categorias	Subcategorias	Crianças Inst. com três anos		Crianças Inst. após cont. familiar		Crianças que vivem em família	
		S.	%	S.	%	S	%
Diferentes	Nível problemas	1	7.7	3	23.1	4	30.8
	Nível afectividade	9	69.2	6	46.2	5	38.5
	Nível condições	2	15.4	4	30.8	3	23.1
	Nível Educação	2	15.4	1	7.7	0	0
	Outros	1	7.7	1	7.7	2	15.4
	Total	13	100	12	92.3	13	100
Iguais		0	0	1	7.7	0	0

S - número de sujeitos

% - percentagem

Na análise do quadro 14 a maioria das crianças refere que as famílias são diferentes, apenas uma criança institucionalizada com três anos mencionou que as famílias são “todas iguais, cada uma tem pai, mãe”.

Das crianças que vivem em família, 30.8% referem diferenças ao nível dos problemas que se podem encontrar numa família “há famílias problemáticas, há outras felizes e infelizes”. O grupo das crianças institucionalizadas com três anos é o que dá menos importância a este aspecto (7.7%).

Todos os grupos referiram que existem condições de vida diferentes entre as famílias, sendo o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar o que mais refere este aspecto (30.8%), seguido do grupo das crianças que vivem em família (23.1%) e, por fim, o grupo das crianças institucionalizadas com três anos (15.4%).

Relativamente ao nível da afectividade, o grupo das crianças institucionalizadas com três anos é o que mais refere esta subcategoria (69.2%), sendo o grupo das crianças que vivem em família o que menos refere este aspecto (38.5%). No entanto, importa salientar que, este último grupo, considera que a família difere, essencialmente, ao nível da afectividade.

QUADRO 15 - Definição de Pai

<i>Tema 3 – Definição de Pai</i>			
<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Afectividade	Amor	14	35.9
	Carinho	4	10.3
	Total	16	41
Confiança		5	12.8
Amizade		11	28.2
Educação	Disciplina	4	10.3
	Sustento	4	10.3
	Ensino	4	10.3
Total		12	30.8
Dif. em definir		4	10.3
Não sabe definir		3	7.7
Imagem negativa		6	15.4
Apoio	Ajuda	10	25.6
	Cuida	7	17.9
Total		16	41
Protecção		3	7.7

S - número de sujeitos
% - percentagem

Através da análise do quadro 15, que faz referência ao tema *definição de pai*, verificamos que 41% das crianças relacionam a figura do pai à afectividade, este “dá amor”, “carinho” e “deve ser bom para os filhos”, sendo que 35.9% referem a subcategoria amor e 10.3% referem a subcategoria carinho. A mesma percentagem de crianças (41%) considera que o apoio é uma das características que está ligada à figura paternal. Para 25.6% das crianças o pai é aquele que “nos ajuda” e que “a gente pode contar”. Para 17.9% o pai cuida dos filhos “sabe tratar dos filhos”.

Em seguida, 30.8% das crianças consideram que o pai tem um papel importante na educação, nomeadamente na disciplina (10.3%), no sustento (10.3%) e no ensino (10.3%).

Algumas crianças (10.3%) têm dificuldade em definir o conceito de pai e 7.7% das crianças não conseguiram descrever a figura paternal “não sei, nunca tive um pai”.

Por outro lado, 15.4% das crianças têm uma imagem negativa da figura do pai “às vezes um bocado mau”.

QUADRO 16 - Definição de Pai

		<i>Tema 3 - Definição de Pai</i>					
<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Crianças Inst. com três anos</i>		<i>Crianças Inst. após cont. familiar</i>		<i>Crianças que vivem em família</i>	
		<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Afectividade	Amor	2	15.4	7	53.8	5	38.5
	Carinho	1	7.7	1	7.7	2	15.4
	Total	2	15.4	7	53.8	7	53.8
Confiança		1	7.7	0	0	4	30.8
Amizade		3	23.1	3	23.1	5	38.5
Educação	Disciplina	2	15.4	0	0	2	15.4
	Sustento	4	30.8	0	0	0	0
	Ensino	0	0	3	23.1	1	7.7
Total		6	46.2	3	23.1	3	23.1
Dif. em definir		3	23.1	1	7.7	0	0
Não sabe definir		1	7.7	2	15.4	0	0
Imagem negativa		4	30.8	2	15.4	0	0
Apoio	Ajuda	1	7.7	2	15.4	7	53.8
	Cuida	4	30.8	2	15.4	1	7.7
	Total	4	30.8	4	30.8	8	61.5
Protecção		1	7.7	0	0	2	15.4

S - número de sujeitos

% - percentagem

Segundo os resultados obtidos no quadro 16 acerca da definição de pai, verificamos que, na categoria da afectividade, a subcategoria amor é mencionada por 53.8 % das crianças institucionalizadas após contacto familiar, seguidos de 38.5% das crianças que vivem em família. Do grupo das crianças institucionalizadas com três anos, apenas 15.4%, fazem referência a este aspecto.

Ao analisarmos a categoria confiança verificamos que o grupo que mencionou este aspecto representa 30.8% das crianças que vivem em família “o pai deve ser uma pessoa que a gente pode confiar”. Nos restantes grupos esta categoria não é importante.

Na categoria educação, 15.4% das crianças institucionalizadas com três anos e a mesma percentagem das crianças que vivem em família definem o pai como aquele que disciplina, “*se eu fizesse alguma coisa errada ele também me ia corrigir*”. Apenas 30.8% das crianças institucionalizadas com três anos relacionam a educação do pai com o sustento familiar. As crianças institucionalizadas após contacto familiar (3%) relacionam a educação do pai com o ensino, “*o pai é para nos ensinar coisas*” e “*para nos educar*”.

Das crianças institucionalizadas com três anos, 23.1% têm dificuldade em definir o conceito de pai e 7.7% não conseguem definir. No grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar, 7.7% têm dificuldade em definir pai e 15.4% não sabem definir.

Devemos ainda salientar que as crianças institucionalizadas têm uma imagem negativa do pai, sendo as crianças institucionalizadas com três anos as que mais evidenciam este facto (30.8%). As crianças institucionalizadas após contacto familiar apresentam uma percentagem inferior (15.4%).

Relativamente à categoria do apoio, verificámos que 53.8% das crianças que vivem em família referem-se ao pai, como aquele que ajuda, enquanto que as crianças institucionalizadas referem muito pouco este aspecto, no primeiro grupo apenas 7.7% e no segundo grupo apenas 15.4%.

O grupo das crianças institucionalizadas com três anos (30.8%) refere-se ao pai como aquele que cuida, sendo as crianças que vivem em família as que menos referem esta subcategoria.

Na categoria da protecção, 15.4% das crianças que vivem em família referem o pai como protector, enquanto que apenas o grupo das crianças institucionalizadas com três anos (7.7%) mencionam a protecção como uma característica do pai.

Ao nível da estatística existe diferença significativa ($p = 0.03$) entre o grupo das crianças institucionalizadas com três anos e o grupo das que vivem em família

relativamente à definição de pai. Esta diferença verifica-se na subcategoria ajuda, sendo as crianças que vivem em família as que dão mais importância a este aspecto.

QUADRO 17 - Definição de Mãe

<i>Tema 4 - Definição de Mãe</i>			
<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Afectividade	Amor	11	28.2
	Carinho	10	25.6
	Compreensão	5	12.8
	Total	19	48.7
Confiança		3	7.7
Amizade		9	23.1
Educação		6	15.4
Reprodução		3	7.7
Dificuldade em definir		3	7.7
Apoio	Cuida	13	33.3
	Ajuda	14	35.9
	Total	22	54.4

S - número de sujeitos

% - percentagem

Através da análise ao quadro 17 constatamos que 54.4% das crianças referem a categoria apoio como uma característica muito importante na definição de mãe, “quando a gente precisa ela está lá”, “uma pessoa que nos ajuda que nos dá todo o apoio”. Segue-se a categoria da afectividade que é referida por 48.7% das crianças.

Com a mesma percentagem (7.7%) encontram-se as categorias confiança (“a mãe é uma pessoa em quem nós podemos confiar), reprodução (“é uma pessoa que nos gerou”), assim como a categoria das crianças com dificuldade em definir mãe.

QUADRO 18 - Definição de Mãe

		<i>Crianças Inst. com três anos</i>		<i>Crianças Inst. após cont. familiar</i>		<i>Crianças que vivem em família</i>	
<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Afectividade	Amor	1	7.7	7	53.8	3	23.1
	Carinho	3	23.1	3	23.1	4	30.8
	Compreensão	1	7.7	2	15.4	2	15.4
	Total	4	30.8	8	61.5	7	53.8
Confiança		0	0	1	7.7	2	15.4
Amizade		4	30.8	2	15.4	3	23.1
Educação		2	15.4	2	15.4	2	15.4
Reprodução		1	7.7	1	7.7	1	7.7
Dificuldade definir		2	15.4	1	7.7	0	0
Apoio	Cuida	4	30.8	5	38.5	4	30.8
	Ajuda	2	15.4	3	23.1	9	69.2
Total		5	38.5	6	46.2	11	84.6

S - número de sujeitos

% - percentagem

No quadro 18, podemos observar que os resultados obtidos reflectem que o grupo das crianças institucionalizadas com três anos e o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar não dão a mesma importância à subcategoria amor. No primeiro grupo, apenas 7,7% das crianças consideram que a mãe é aquela que dá amor, enquanto que no segundo grupo 53,8% das crianças mencionam esta subcategoria.

Ainda na categoria da afectividade, os grupos definem a mãe como a pessoa que dá carinho e é compreensiva, não existindo grande diferença entre o número de crianças que referem este aspecto.

É pertinente referir que, em relação às categorias educação (5,4%) e reprodução (7,7%) não existem diferenças entre os grupos de crianças.

No grupo de crianças institucionalizadas com três anos, 15,4% das crianças têm dificuldade em definir o conceito de mãe. Apenas 7,7% das crianças do grupo de crianças institucionalizadas após contacto familiar sentem essa mesma dificuldade.

Ainda na categoria apoio, devemos salientar a diferença que existe entre os grupos das crianças institucionalizadas e o grupo de crianças que vivem em família, relativamente ao aspecto da ajuda. Neste último grupo, 69.2% das crianças salientam que a mãe é aquela que ajuda, “*quando a gente precisa está lá*”, “*uma pessoa que nos ajuda em tempos difíceis*”, enquanto que o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar (23.1%) e o grupo das crianças institucionalizadas com três anos (15.4%) referem menos este aspecto.

Pela análise estatística podemos afirmar que existe diferença significativa ($p= 0.030$) entre o grupo das crianças institucionalizadas com três anos e o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar, relativamente à definição de mãe, na subcategoria amor. As crianças institucionalizadas após contacto familiar são as que fazem mais referência ao aspecto do amor de mãe.

Também existe diferença significativa ($p= 0.015$) entre o grupo das crianças institucionalizadas com três anos e o grupo das crianças que vivem em família relativamente à definição de mãe, na subcategoria ajuda. As crianças que vivem em família são as que fazem mais referência ao aspecto da ajuda.

Também verificamos, ao nível da ajuda, uma diferença significativa ($p= 0.047$) entre o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar e o grupo das crianças que vivem em família, sendo este último grupo o que mais importância dá a este aspecto.

QUADRO 19 - Importância da Família

Tema 5 - Importância da Família

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Companhia		6	15.4
Afectividade	Amor	10	25.6
	Carinho	7	17.9
	Atenção	4	10.3
	Total	17	43.6
Educação		3	7.7
Apoio	Cuida	7	17.9
	Ajuda	10	25.6
Total		15	38.5
Felicidade		5	12.8
Outros		3	7.7

S - número de sujeitos
% - percentagem

Analisando os dados recolhidos no quadro 19, podemos verificar que 43% das crianças consideram que a família é importante, referindo que esta transmite amor (25.6%), carinho (17.9%) e atenção (10.3%): “*a família nos dá amor*”, “*dá muito carinho*” e “*é importante estar todos juntos, conversarem e fazer muitas coisas juntos*”. Devemos salientar que destas três subcategorias, a mais referida é o amor.

Para 38.5% das crianças o apoio é considerado como um factor importante numa família. A família é referida por 25.6% das crianças como aquela que ajuda, e por 17.9% das crianças como aquela que cuida, “*uma família para cuidar de nós*”, “*para nos proteger*”.

QUADRO 20 - Importância da Família

Tema 5 - Importância da Família

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Crianças Inst. com três anos</i>		<i>Crianças Inst. após cont. familiar</i>		<i>Crianças que vivem em família</i>	
		<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Companhia		2	15.4	1	7.7	3	23.1
Afectividade	Amor	3	23.1	5	38.5	2	15.4
	Carinho	1	7.7	3	23.1	3	23.1
	Atenção	2	15.4	1	7.7	1	7.7
	Total	6	46.2	6	46.2	5	38.5
Educação		1	7.7	0	0	2	15.4
Apoio	Cuida	5	38.5	1	7.7	1	7.7
	Ajuda	4	30.8	1	7.7	5	38.5
Total		7	53.8	2	15.4	6	46.2
Felicidade		1	7.7	3	23.1	1	7.7
Outros		0	0	2	15.4	1	7.7

S - número de sujeitos

% - percentagem

Podemos verificar, pelos resultados obtidos no quadro 20, que o grupo das crianças institucionalizadas com três anos e o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar apresentam a mesma percentagem (46.2%), na categoria da afectividade. As crianças que vivem em família apresentam uma percentagem ligeiramente inferior nesta categoria (38.5%). O grupo das crianças institucionalizadas com três anos (23.1%) e o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar (38.5%) são os que mais referenciam o aspecto do amor. As crianças institucionalizadas após contacto familiar e as crianças que vivem em família fazem referência à importância do carinho, apresentando a mesma percentagem nesta categoria (23.1%).

Quando analisamos a categoria da educação podemos observar que as crianças que vivem em família são as que mais referenciam este aspecto (15.4%). Das crianças institucionalizadas com três anos, apenas 7.7% referem esta categoria. As crianças institucionalizadas após contacto familiar não referiram a educação como sendo algo importante.

Podemos verificar que a maioria das crianças institucionalizadas com três anos (53.8%) refere o apoio como uma característica importante numa família. Com um valor muito aproximado (46.2%) encontra-se também o grupo das crianças que vivem em família. Das crianças institucionalizadas após contacto familiar, 15.4% referiram o apoio como um factor importante na família.

A família é considerada como fonte de felicidade por 23.1% das crianças institucionalizadas após contacto familiar. Apenas 7.7% das crianças institucionalizadas com três anos e 7.7% das crianças que vivem em família fazem referência a este aspecto.

QUADRO 21 - Pessoa mais Carinhosa numa Família

Tema 6 - Pessoa mais Carinhosa numa Família

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Mãe	Intimidade	5	12.8
	Afecto	6	15.4
	Compreensão	8	20.5
	Cuidado	12	30.8
	Atenção	9	23.1
	Total	32	82.1
Pai		3	7.7
Outros		4	10.3

S - número de sujeitos

% - percentagem

Ao observarmos o quadro 21, podemos verificar que a maioria das crianças considera a mãe a pessoa mais carinhosa numa família (82%), referindo aspectos como a intimidade, o afecto, a compreensão, o cuidado e a atenção. Destes cinco aspectos os mais referidos são: o cuidado (30.8%), a atenção (23.1%) e a compreensão (20.5%). A seguir à mãe, numa percentagem muito inferior (7.7%) o pai é considerado a pessoa mais carinhosa da família.

QUADRO 22 - Pessoa mais Carinhosa numa Família

Tema 6 - Pessoa mais Carinhosa numa Família

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Crianças Inst. com três anos</i>		<i>Crianças Inst. após cont. familiar</i>		<i>Crianças que vivem em família</i>	
		<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Mãe	Intimidade	0	0	2	15.4	3	23.1
	Afecto	2	15.4	1	7.7	3	23.1
	Compreensão	3	23.1	4	30.8	1	7.7
	Cuidado	6	46.2	5	38.5	1	7.7
	Atenção	4	30.8	1	7.7	4	30.8
	Total	11	84.6	10	76.9	11	84.6
Pai		2	15.4	1	7.7	0	0
Outros		0	0	2	15.4	2	15.4

S - número de sujeitos

% - percentagem

De acordo com a análise do quadro 22 as crianças em geral consideram a mãe como sendo a pessoa mais carinhosa da família.

Das crianças que vivem em família, 23.1% consideram que a mãe é a pessoa com quem se consegue estabelecer um relacionamento de intimidade. Das crianças institucionalizadas após contacto familiar, 15.4% também consideram a intimidade como uma das características da pessoa mais carinhosa da família. Por outro lado, as crianças institucionalizadas com três anos não referem esta característica.

Relativamente à subcategoria afecto, 23.1% das crianças que vivem em família e 15.4% das crianças institucionalizadas com três anos referem que esta característica está associada à figura materna.

Relativamente ao cuidado, podemos verificar que as crianças institucionalizadas com três anos indicaram esta característica, apresentando uma percentagem considerável (46.2%), seguidas de 38.5% das crianças institucionalizadas após contacto familiar. Esta subcategoria também foi mencionada pelas crianças que vivem em família mas numa percentagem inferior (7.7%).

Analisando a subcategoria atenção constatámos que a mesma percentagem (30.8%) das crianças institucionalizadas com três anos e das crianças que vivem em família, considera que a mãe é a pessoa mais carinhosa porque dá mais atenção. No caso das crianças institucionalizadas após contacto familiar, a percentagem é inferior (7.7%).

O pai também é referido como a pessoa mais carinhosa da família, mas para uma pequena percentagem das crianças institucionalizadas. Nenhuma das crianças que vive em família considerou o pai como sendo a pessoa mais carinhosa da família.

QUADRO 23 - Pessoa mais Difícil numa Família

Tema 7 - Pessoa mais Difícil numa Família

<i>Categorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Pai	14	35.9
Avô	2	5.1
Avó	3	7.7
Irmãos	10	25.6
Mãe	3	7.7
Outros	4	10.3
Não sabe	3	7.7

S - número de sujeitos

% - percentagem

Ao observarmos o quadro 23 podemos constatar que grande parte das crianças (35.9%) refere o pai como a pessoa mais difícil numa família, considerando-o pouco compreensivo “*é difícil falar com ele*”, “*não nos compreende*” e disciplinador “*porque bate*” é “*exigente*”.

Em seguida, verificamos que os irmãos (25.6%) são considerados a pessoa mais difícil da família. As crianças referem-se aos irmãos como “*chatos*” (“*anda sempre a chatear-me*”) que por vezes brigam e discutem (“*porque às vezes estão à briga*”).

Na análise deste quadro podemos também verificar que 7.7% das crianças referem a mãe e a avó como sendo as pessoas mais difíceis na família. Por outro lado, 7.7% das crianças não conseguiram nomear a pessoa mais difícil.

QUADRO 24 - Pessoa mais Difícil numa Família

Tema 7 - Pessoa mais Difícil numa Família

<i>Categorias</i>	<i>Crianças Inst. com três anos</i>		<i>Crianças Inst. após cont. familiar</i>		<i>Crianças que vivem em família</i>	
	<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Pai	5	38.5	6	46.2	3	23.1
Avô	0	0	0	0	2	15.4
Avó	2	15.4	0	0	1	7.7
Irmãos	2	15.4	4	30.8	4	30.8
Mãe	0	0	2	15.4	1	7.7
Outros	1	7.7	1	7.7	2	15.4
Não sabe	3	23.1	0	0	0	0

S - número de sujeitos

% - percentagem

Ao analisarmos o quadro 24 podemos verificar que, para grande parte das crianças, o pai é considerado a pessoa mais difícil da família. As crianças institucionalizadas após contacto familiar apresentam uma elevada percentagem (46.2%) nesta categoria, seguindo-se as crianças institucionalizadas com três anos (38.5%) e por fim as crianças que vivem em família, que apresentam 23.1%. Para estas crianças, o pai é uma pessoa pouco compreensiva e disciplinadora.

Os irmãos também são considerados as pessoas mais difíceis da família pelas crianças institucionalizadas após contacto familiar (30.8%) e pelas crianças que vivem em família (30.8%). As crianças institucionalizadas com três anos que referiram o irmão como a pessoa mais difícil numa família, constituem apenas 15.4% do grupo. As crianças consideram o irmão “chato”, que briga e discute, representando para estas um foco de tensão.

Através da análise da categoria da mãe, podemos constatar que 15.4% das crianças institucionalizadas após contacto familiar consideram que a mãe é a pessoa mais difícil da família: “*é mais vaidosa*”, “*gosta mais de uns filhos do que de outros*”. Apenas 7.7% das crianças que vivem em família consideram que a mãe é a pessoa mais difícil “*preocupa-se demais*”. Nenhuma das crianças institucionalizadas com três anos referiu que a mãe é a pessoa mais difícil da família.

Podemos observar que as crianças institucionalizadas com três anos (23.1%) foram as únicas que não conseguiram identificar a pessoa mais difícil da família.

QUADRO 25 - Família Ideal

<i>Tema 8 - Família Ideal</i>			
<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Compreensão		4	10.3
União		14	35.9
Afectividade	Carinho	5	12.8
	Amor	6	15.4
	Total	9	23.1
Apoio		14	35.9
Felicidade		4	10.3
Viver em família		7	17.9
A própria família		4	10.3

S - número de sujeitos
% - percentagem

Segundo a análise do quadro 25, 35.9% das crianças consideram que a união é um factor que tem muita importância na construção de uma família ideal, “*ter toda a gente junta*”, “*darem-se todos bem*”. Com a mesma percentagem (35.9%) encontramos a categoria do apoio. As crianças consideram importante ter uma família “*que nos apoia em tudo*”.

Por outro lado, 23.1% das crianças referiram a categoria da afectividade, considerando que na família ideal deverá existir amor e carinho. É importante que as pessoas “*se amem*” e possam “*dar carinho*”.

Podemos observar que, 17.9% das crianças consideram que a família ideal é o simples facto de ter uma família e poder viver com ela, “*desde que haja o pai e a mãe para mim já está bom*”.

Constatámos que, para 10.3% das crianças, a família ideal é a sua própria família: “*é a que eu tenho*”. Podemos também verificar que a mesma percentagem de crianças (10.3%) refere a compreensão, “*todos se compreendem*” e a felicidade “*uma família feliz*” como elementos importantes na família ideal.

QUADRO 26 - Família Ideal

<i>Tema 8 - Família Ideal</i>							
<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Crianças Inst. com três anos</i>		<i>Crianças Inst. após cont. familiar</i>		<i>Crianças que vivem em família</i>	
		<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Compreensão		1	7.7	0	0	3	23.1
União		5	38.5	4	30.8	5	38.5
Afectividade	Carinho	0	0	4	30.8	1	7.7
	Amor	2	15.4	2	15.4	2	15.4
	Total	2	15.4	5	38.5	2	15.4
Apoio		5	38.5	5	38.5	4	30.8
Felicidade		2	15.4	2	15.4	0	0
Viver em família		3	23.1	4	30.8	0	0
A própria família		0	0	0	0	4	30.8

S - número de sujeitos

% - percentagem

Na análise do quadro 26 verificamos que, no conceito de família ideal, a união e o apoio apresentam uma percentagem aproximada nos três grupos.

Para as crianças institucionalizadas após contacto familiar (38.5%) a afectividade faz parte do conceito de família ideal. As crianças institucionalizadas com três anos e as que vivem em família apresentam uma percentagem inferior nesta categoria, ambas com 15.4%.

A felicidade aparece como parte integrante da família ideal para as crianças institucionalizadas com três anos (15.4%) e para as crianças institucionalizadas após contacto familiar (15.4%). As crianças que vivem em família não referem esta categoria.

Na categoria viver em família, 23.1% das crianças institucionalizadas com três anos e 30.8% das crianças institucionalizadas após contacto familiar, consideram que família ideal é ter a oportunidade de viver numa família. As crianças que vivem em família não referem esta categoria, sendo que algumas delas (30.8%) consideram a sua própria família com sendo a família ideal.

QUADRO 27 - Comparação da Família

<i>Tema 9 - Comparação da Família</i>			
<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>S</i>	<i>%</i>
Preferências		3	7.7
Natureza	Aspectos Físicos	6	15.4
	Aspectos Emocionais	8	20.5
	Total	12	30.8
Sentimentos		3	7.7
Pessoas		4	10.3
Animais		4	10.3
Instituição		4	10.3
Não Sabe		4	10.3
Outros		5	12.8

S - número de sujeitos
% - percentagem

Ao analisarmos o quadro 27 verificamos que grande parte das crianças (30.8%) compara a família à natureza, quer nos aspectos físicos “ *a família costuma ser*

grande e o mar é grande”, quer nos aspectos emocionais “*sol, porque o sol aquece-nos e a família também*”.

Podemos observar que 10.3% das crianças comparam a família a pessoas “*amigos*”. Por outro lado, 10.3% comparam a família à instituição em que vivem, e a mesma percentagem compara a família a animais. Também 10.3% das crianças não conseguiram encontrar um termo de comparação para família: “*para mim não há nada para comparar à família*”.

QUADRO 28 - Comparação da Família

Tema 9 - Comparação da Família

Categorias	Subcategorias	Crianças Inst. com três anos		Crianças Inst. após cont. familiar		Crianças que vivem em família	
		S	%	S	%	S	%
Preferências		0	0	1	7.7	2	15.4
Natureza	Aspect. Físic.	3	23.1	0	0	3	23.1
	Aspect. Emoc.	3	23.1	3	23.1	2	15.4
Total		4	30.8	3	23.1	5	38.5
Sentimentos		1	7.7	0	0	2	15.4
Pessoas		1	7.7	3	23.1	0	0
Animais		0	0	2	15.4	2	15.4
Instituição		2	15.4	2	15.4	0	0
Não Sabe		2	15.4	2	15.4	0	0
Outros		3	23.1	0	0	2	15.4

S - número de sujeitos

% - percentagem

De acordo com os dados no quadro 28, grande parte das crianças dos três grupos comparou a família à natureza. As crianças institucionalizadas após contacto familiar (23.1%) compararam a família à natureza, sendo que, a comparação apenas se baseou nos aspectos emocionais. No entanto, as crianças institucionalizadas com três anos (30.8%) e as crianças que vivem em família (38.5%) compararam a família relativamente aos aspectos emocionais e físicos, ambas com percentagens iguais (23.1%) ou muito próximas (15.4%).

Podemos verificar que, apenas os grupos das crianças institucionalizadas compararam a família a pessoas, 7.7% das crianças institucionalizadas com três anos e 23.1% das crianças institucionalizadas após contacto familiar: “*a um grupo de amigos*”, “*conjunto de pessoas*”. Podemos também constatar que as crianças institucionalizadas, (15.4% em cada grupo), compararam a família à instituição.

Todas as crianças que vivem em família conseguiram encontrar um termo de comparação para a mesma, no entanto, 15.4% das crianças institucionalizadas com três anos e 15.4% das crianças após contacto familiar não conseguiram estabelecer uma comparação para o conceito de família.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Recorde-se que este estudo visa principalmente perceber qual a representação de família que as crianças institucionalizadas e as que vivem em família apresentam. Neste capítulo iremos proceder à discussão dos resultados, tendo em consideração os objectivos, as questões definidas no nosso estudo, os dados encontrados e a revisão da literatura.

Tendo a família um papel importante no desenvolvimento da criança, parece-nos importante estudar a representação que as crianças têm de família. As representações sociais têm um papel importante na consciência individual das representações colectivas sob a forma de ideias, conceitos e categorias.

Através deste estudo pretendemos conhecer a representação de família nas crianças institucionalizadas e nas que vivem em ambiente familiar. Temos como objectivo verificar se as crianças institucionalizadas têm uma representação de família diferente das que vivem numa família e se existe diferença na representação de família entre as crianças institucionalizadas com três anos e as crianças institucionalizadas após contacto familiar (famílias de risco).

Quando pedimos a um indivíduo para definir determinado objecto ou situação este fá-lo segundo o seu ponto de vista, partindo da sua experiência directa ou indirecta. A representação exprime a relação do sujeito com um objecto, envolvendo uma actividade de construção, de modelização e de simbolização (Vala, 1993).

No nosso caso, as representações sociais descrevem as relações que os actores têm com a família. A representação de família é a manifestação de uma relação entre esta e os actores que lhe atribuem um significado. Este significado contém as informações que dela possuem, assim como as imagens e representações previamente construídas nos indivíduos e nos grupos sociais (Santiago, 1997).

Na representação de família, está incluído um conjunto de informações que os sujeitos possuem relativamente ao conceito de família. Esta representação é formada pela qualidade da vivência de determinadas experiências familiares e com aspectos da comunidade envolvente (Abric, 1996; Doise, 1986; Moscovici, 1986; Santiago, 1997).

Analisando os dados obtidos, verificámos que existem poucas diferenças significativas entre os grupos estudados, relativamente à representação de família.

Na área da *Definição de Família* existe uma diferença significativa entre os grupos de crianças institucionalizadas. As crianças institucionalizadas com três anos definem família ao nível dos sentimentos (amar e gostar), enquanto que as crianças institucionalizadas após contacto familiar referem pouco este aspecto. Este último grupo e o grupo das crianças que vivem em família definem família como algo de muito valor, afirmando que esta é muito importante e especial. Embora Sullerot (1997) refira que existe uma tendência para a desvalorização da família, devido ao desprezo pela filiação biológica e aos maus tratos que as crianças sofrem, no nosso estudo parece existir uma tendência para contrariar esta afirmação. A maioria das crianças valoriza a família, inclusive as crianças institucionalizadas, para elas, a família é muito importante, apesar de terem sido negligenciadas, abandonadas ou terem sofrido maus tratos.

Também importa salientar que as crianças institucionalizadas com três anos e as que vivem em família definem família ao nível do apoio, referindo que a família é aquela que ajuda e cuida, enquanto que as crianças institucionalizadas após contacto familiar quase não mencionam este aspecto.

É pertinente referir que as crianças institucionalizadas após contacto familiar definem a família em termos da sua constituição, sendo estas as que mais sentem dificuldade em definir família.

Face aos resultados obtidos e segundo a literatura, julgamos poder afirmar que as crianças definem família em termos do seu núcleo (constituição), envolvendo os laços biológicos em relações fortes de amor, ternura, protecção e responsabilidade (Sullerot, 1997; Sá & Cunha, 1996; Sampaio & Gameiro, 1998)

Da análise do tema *Diferenças e semelhanças entre famílias* podemos concluir que os três grupos consideram que as famílias são diferentes comparando-as, principalmente, ao nível dos aspectos afectivos (se amam ou não os filhos). Seguem-

se depois os aspectos relacionados com as condições de vida, sendo o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar o que mais refere esta categoria.

Todos os grupos referem que as famílias têm os seus problemas, embora no grupo das crianças institucionalizadas com três anos apenas uma criança refira este aspecto.

Apenas uma das crianças do grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar considerou todas as famílias iguais, comparando-as em termos de constituição "*todas têm um pai, uma mãe*".

Podemos afirmar que os dados obtidos confirmam, de certa maneira, o que alguns autores defendem, caracterizando a família como um grupo social com cooperação económica e com situações e relações familiares que as distinguem (Mendes & Sousa, 1991; Murdock, 1972; Sullerot, 1997).

Relativamente à *Definição de Pai*, verificamos que existe uma variedade de aspectos a considerar. Verificamos que na definição de pai existe uma diferença significativa entre as crianças institucionalizadas com três anos e as crianças que vivem em família, relativamente à subcategoria *ajuda*. As crianças institucionalizadas com três anos referem muito pouco este aspecto, enquanto que as que vivem em família apresentam uma percentagem superior. As crianças institucionalizadas mencionam muito pouco o aspecto da *ajuda* na caracterização da figura paternal.

Ao nível da afectividade, verificamos que as crianças institucionalizadas com três anos deram pouca relevância à característica do *amor* e do *carinho* na definição de pai. Por outro lado, as crianças institucionalizadas após contacto familiar e as que vivem em família deram mais importância a este aspecto. Podemos observar que, segundo as crianças que vivem em família, a *confiança* é também um factor importante na figura paternal, as crianças institucionalizadas não atribuem importância a este aspecto.

As crianças institucionalizadas com três anos definem pai como aquele que *cuida* da família, enquanto que as crianças que vivem em família não dão grande importância a esta característica.

As crianças que vivem em família não têm uma *imagem negativa* relativamente à figura do pai, o mesmo não se verifica nas crianças institucionalizadas, estas referem que os pais são menos cuidadosos, carinhosos e castigam.

As crianças institucionalizadas com três anos são as únicas que referem o *sustento* como um papel desempenhado pelo pai. Apenas os grupos das crianças institucionalizadas sentem dificuldade ou não conseguem definir o conceito de pai.

Segundo a literatura e os dados obtidos, julgamos poder afirmar que, na definição de pai, as crianças evidenciam a importância das funções de um pai e a sua influência no desenvolvimento da criança, nos cuidados diários, na educação, no sustento e nas relações afectivas. A presença pai na vida das crianças é importante ao nível do apoio emocional, cognitivo e económico (Booth & Crouter, 1998; Gottman & Declaire, 1997; Lamb, 1998; O'Connel, 1993; Sullerot, 1997).

Em relação à *Definição de Mãe* verificamos uma diferença significativa entre os grupos das crianças institucionalizadas, na subcategoria *amor*. As crianças institucionalizadas após contacto familiar são as que mais valorizam o aspecto do amor numa mãe, os restantes grupos referem este aspecto em menor percentagem.

Este facto vem confirmar o que vários autores têm verificado nos seus estudos, o amor na relação mãe-filho é fundamental para o desenvolvimento emocional e cognitivo de uma criança. O amor materno é uma necessidade primária na vida de uma criança (Bee, 1997; Bowlby, 1984a; Sá & Cunha, 1996; Strecht, 2002).

Também encontramos diferenças significativas na definição de mãe relativamente à subcategoria *ajuda*. As crianças que vivem em família referem a mãe como aquela que ajuda, o mesmo não se verifica com tanta incidência nos grupos das crianças institucionalizadas.

As crianças de todos os grupos consideram, com percentagens muito aproximadas, que a mãe é alguém que *cuida* dos filhos. Todos os grupos referem a *educação* (15.4%) e a *reprodução* (7.7%) na sua definição de mãe, não existindo diferença percentual entre eles nestas categorias. As crianças que vivem em família são as únicas que não revelam dificuldades na definição de mãe, nos grupos de crianças institucionalizadas constatámos que algumas crianças têm dificuldade em definir este conceito.

Na interacção mãe-filho é muito importante o afecto, a partilha íntima (confiança), a amizade e a continuidade do cuidado maternal (Bee, 1997; Bowlby, 1984a; Sá & Cunha, 1996; Strecht, 2002).

Face aos resultados obtidos, podemos afirmar que todas as crianças consideram a *família importante*, embora os aspectos referidos relativamente à sua importância sejam diversificados.

As crianças institucionalizadas com três anos consideram a *família importante* ao nível do *apoio*, a família deve ser aquela que cuida e ajuda. A categoria da afectividade também é referida pelas crianças deste grupo, sendo o amor, o carinho e a atenção elementos que demonstram a importância da família.

As crianças institucionalizadas após contacto familiar consideram a afectividade como um dos aspectos mais importantes numa família, referindo que esta é importante porque dá amor, carinho e atenção.

Por outro lado, as crianças que vivem em família consideram o apoio como um dos aspectos importantes numa família. Para estas crianças, a família é importante porque nela podemos encontrar cuidado e ajuda. A afectividade também foi um dos aspectos muito referidos por estas crianças.

Todos os grupos referem que a família é importante ao nível da afectividade, no entanto, o grupo de crianças institucionalizadas com três anos e o grupo das que vivem em família são os que mais referem que a família cuida e ajuda.

Neste tema não verificámos uma diferença significativa entre o tipo de respostas das crianças dos diferentes grupos, o que, de alguma forma, confirma o que vários autores têm estudado acerca da importância da família. A família desempenha um papel muito importante na vida de uma criança, no seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional. As crianças necessitam de uma família presente, que ame, cuide e proteja (Bee, 1997; Bowlby, 1984a; Maccoby & Martin, 1983; Sá & Cunha, 1996; Strecht, 2002).

Relativamente à *Pessoa mais carinhosa* numa família, a maioria das crianças de todos os grupos considerou que a mãe é a pessoa mais carinhosa. O grupo das crianças institucionalizadas com três anos considera que a mãe é a pessoa mais carinhosa porque cuida, dá mais atenção e compreende os filhos. Por outro lado, o grupo das crianças institucionalizadas após contacto familiar refere que o cuidado, a compreensão e a intimidade são características que tornam a mãe na pessoa mais carinhosa de uma família. As crianças que vivem em família consideram a atenção, o afecto e a intimidade características importantes que atribuem à mãe a qualidade de pessoa mais carinhosa da família.

Os grupos, ao referirem a pessoa mais carinhosa, focaram os mesmos aspectos, embora em percentagens diferentes. As crianças que vivem em família referem mais a intimidade, o afecto e a atenção, enquanto que as crianças institucionalizadas referem mais a compreensão e o cuidado. No entanto, as crianças institucionalizadas com três anos, tal como as crianças que vivem em família, também referem a atenção como uma característica da mãe, ambas com a mesma percentagem (30.8%).

Em seguida, com uma percentagem bastante inferior, temos o pai como a pessoa mais carinhosa da família, o qual foi apenas referido por algumas crianças institucionalizadas.

Os dados obtidos correspondem ao mencionado na literatura, as crianças sentem necessidade de ser amadas, de estabelecer um vínculo/ligação de afecto com alguém. No nosso caso, a figura de apego predominante é a figura materna. A procura de proximidade e o contacto com uma figura de apego é, normalmente, dirigida a uma

só pessoa, com a qual estabelece ou estabeleceu fortes laços de ligação (Bee, 1997; Bowlby, 1984a; Sá & Cunha, 1996).

A qualidade da relação da criança com a figura de apego vai influenciar o tipo desse mesmo apego, segundo Ainsworth (1969) este pode ser seguro, inseguro esquivo ou inseguro resistente. Quanto maior for a aproximação e a atenção dispensada à criança, maior é a segurança do apego. O apego é de extrema importância na vida de uma criança, no entanto, não é apenas a separação da figura de apego que pode perturbar o desenvolvimento da criança, mas também a forma e a causa da separação (Bee, 1997; Bowlby, 1982; Lamb, 1982; Rutter, Giller & Hagell, 2000).

No que se refere à *Pessoa mais difícil* numa família, grande parte das crianças faz referência ao pai. Estas crianças consideram o pai como uma pessoa disciplinadora e pouco compreensiva. Importa salientar que são as crianças institucionalizadas as que mais referem o pai como sendo uma pessoa difícil.

Logo em seguida, os irmãos também são considerados as pessoas mais difíceis da família, sendo as crianças institucionalizadas após contacto familiar e as que vivem em família as que mais referem este aspecto, ambas com a mesma percentagem (30.8%).

No nosso estudo verificámos que algumas das crianças institucionalizadas com três anos não conseguem identificar qual é a pessoa mais difícil numa família, o que é perfeitamente compreensível.

Neste tema, ao contrário do tema anterior, julgamos poder afirmar que as crianças referem como a pessoa mais difícil aquela com a qual têm um menor laço de ligação ou manifestam um apego inseguro (Ainsworth 1969; Bee, 1997; Bowlby, 1984a; Sá & Cunha, 1996). Importa salientar que o facto de referirem essa pessoa como a mais difícil, não significa que não gostem dela, as crianças que vivem em família fizeram questão de deixar isso bem claro.

No que respeita à *Família ideal*, as crianças que vivem em família consideram que a sua própria família é a família ideal, enquanto que as crianças institucionalizadas não

referem este aspecto. Apenas os grupos das crianças institucionalizadas referiram que a família ideal é a oportunidade de ter ou viver numa família e ser feliz.

Todos os grupos, com percentagens semelhantes, referem a união e o apoio como sendo características da família ideal. Relativamente ao aspecto da afectividade, as crianças institucionalizadas após contacto familiar são as que mais valorizam a existência de amor e carinho numa família.

As crianças, ao definirem a família ideal, referem factores que consideram importantes na relação familiar. Todas as crianças necessitam de uma família que lhes dê afecto, apoio e atenção, infelizmente algumas delas apenas encontram isto numa instituição. No entanto, apesar de existirem instituições que possuem bons meios para proporcionar o bem estar físico, psicológico e social, estas dificilmente substituem o papel da família nas suas funções naturais, que os fazem sentir únicos e insubstituíveis (Bowlby, 1984a ; Sá & Cunha, 1996; Strecht, 2002).

Como forma de obter mais informações acerca do conceito que as crianças têm de família ou da imagem que têm desta, solicitámos que elas *comparassem a família* a algo que a identificasse.

Neste tema verificamos que os três grupos comparam a família à natureza, relativamente aos aspectos físicos e emocionais, com excepção das crianças institucionalizadas após contacto familiar, que apenas referem os aspectos emocionais.

As crianças institucionalizadas comparam a família a pessoas e à instituição onde vivem, o que não acontece com as crianças que vivem em família. Devemos salientar ainda que algumas crianças institucionalizadas não conseguiram encontrar um termo de comparação.

Durante as entrevistas pudemos constatar que as crianças que vivem em família fizeram uma comparação mais espontânea e mais rápida, enquanto que as crianças institucionalizadas demonstraram mais dificuldade em conseguir um termo de comparação.

Podemos afirmar que, segundo os resultados obtidos, as crianças comparam a família a algo que apresente as mesmas características que elas consideram que devem existir numa família, com excepção de algumas crianças institucionalizadas que tiveram dificuldades em estabelecer uma comparação.

O estudo das representações nestas crianças permitiu-nos verificar qual o conceito que estas têm de família. É elementar referir que, cada uma delas possui o seu conceito de família segundo a sua experiência pessoal, emocional e social.

Os resultados obtidos permitiram-nos concluir que, na sua generalidade, as crianças dos diferentes grupos não diferem de forma muito significativa na sua representação de família. Todos os grupos consideram que a família é muito importante e que nesta devem existir laços de afectividade, de união e apoio. Também referem que as famílias são diferentes ao nível da afectividade, dos problemas, das condições e da educação. Na definição de pai e de mãe todos os grupos focam aspectos em comum, tais como a afectividade, a amizade, a educação e o apoio. No entanto, uma pequena percentagem de crianças institucionalizadas tem dificuldade em definir estes conceitos e tem uma imagem negativa do pai. A maioria das crianças de cada grupo refere a mãe como a pessoa mais carinhosa numa família, salientando aspectos como o afecto, a compreensão, o cuidado e a atenção. Em relação à pessoa mais difícil, verifica-se mais variedade nas respostas, sendo o pai o mais referido, seguido dos irmãos. Relativamente à família ideal, as crianças, fazem novamente referência à afectividade, à união e ao apoio. Uma pequena percentagem de crianças institucionalizadas refere a felicidade e a necessidade de viver em família como factores importantes na família ideal. As crianças comparam a família principalmente ao nível dos aspectos físicos e emocionais relacionados com a natureza. Apenas uma reduzida percentagem de crianças institucionalizadas refere a instituição em que vive ou não consegue encontrar um termo de comparação.

Embora não existam grandes diferenças na representação de família, ao longo do nosso estudo verificámos diferenças significativas em algumas subcategorias, as quais passaremos a discriminar.

Na definição de família, relativamente à subcategoria *amor*, existe uma diferença significativa entre os grupos das crianças institucionalizadas. As crianças institucionalizadas com três anos dão mais importância ao aspecto do amor numa família do que as crianças institucionalizadas após contacto familiar. Este último grupo dá mais importância a aspectos como a *valorização* e a *constituição* de uma família.

Também na definição de pai, podemos observar uma diferença significativa na subcategoria *ajuda*. As crianças que vivem em família dão mais importância ao aspecto da ajuda, considerando que o pai é uma pessoa com a qual podem contar e que ajuda a resolver determinadas situações. Algumas crianças institucionalizadas revelaram dificuldade na definição de pai, o que não se verificou nas crianças que vivem em família, todas elas encontraram uma definição para a figura paterna. Apenas as crianças institucionalizadas referiram aspectos negativos relativos à imagem do pai. Importa referir que o grupo das crianças institucionalizadas com três anos é o único que refere o pai como a pessoa que providencia o sustento familiar.

Relativamente à definição de mãe verificamos uma diferença significativa entre as crianças institucionalizadas. As crianças institucionalizadas após contacto familiar valorizam mais o aspecto do amor na figura materna do que as crianças institucionalizadas com três anos. Ainda na definição de mãe verificamos que, relativamente ao aspecto da ajuda, existem diferenças significativas entre as crianças que vivem em família e os dois grupos das crianças institucionalizadas. As crianças que vivem em família dão mais importância ao facto da mãe ser uma ajuda na vida de uma criança do que as crianças institucionalizadas. As crianças que vivem em família não apresentaram dificuldades na definição de mãe, enquanto que as crianças institucionalizadas demonstraram algumas dificuldades.

Embora não exista diferença significativa, importa salientar que, relativamente à família ideal, as crianças institucionalizadas referiram a importância e o desejo de ter, de viver e de ser feliz numa família.

Como podemos verificar, segundo as investigações de diversos autores e a conclusão do nosso trabalho, a família é muito importante na vida de uma criança. A família é

um pilar fundamental na construção da personalidade e no desenvolvimento social e emocional do ser humano. Não podemos deixar de louvar o trabalho das boas instituições que se preocupam com o bem-estar das crianças que aí residem, tentando minimizar o sofrimento emocional que estas vivem por não estarem com a sua própria família. Foi interessante verificar que, apesar das crianças viverem numa instituição, elas têm uma imagem/representação de família semelhante às crianças que vivem em família, embora exista um ou outro aspecto que valorizam de forma diferente. No início deste estudo pensou-se que a representação de família destas crianças poderia ser diferente, visto que, o percurso de vida, as experiências familiares e sociais variam entre os grupos estudados. Julgamos poder afirmar que todas as crianças possuem uma representação de família muito semelhante ao nível das características e funções mais importantes.

De uma forma geral, o nosso estudo decorreu de forma positiva e conseguimos atingir os objectivos pretendidos - estudar a representação de família nas crianças institucionalizadas e nas que vivem em família. Contudo, deparámo-nos com algumas limitações. Inicialmente foi um pouco difícil encontrar disponibilidade por parte das instituições para a realização de entrevistas, no entanto, as que colaboraram, mostraram interesse no estudo e proporcionaram um ambiente relacional adequado para a realização das entrevistas. O reduzido número da amostra remete-nos para alguma fragilidade na generalização dos resultados de forma extensível e abrangente a todas as crianças institucionalizadas ou que vivem em família. Relativamente à literatura, existem muitos estudos acerca da família, em várias áreas, no entanto, não foram encontrados estudos sobre a representação de família em crianças institucionalizadas, o que não possibilitou a comparação do nosso estudo com outras investigações.

No decorrer do nosso trabalho constatámos que, no desenvolvimento de novos estudos na área da representação familiar, seria pertinente incluir crianças que vivem em famílias disfuncionais.

Pensamos ter contribuído para um melhor entendimento do significado que a família tem para as crianças institucionalizadas e para as que vivem em família. Embora os três grupos tenham vivências diferentes todos consideram que a família é muito

importante e que nela devem existir laços de afectividade, de união e apoio, referindo que esta tem características diferentes ao nível da afectividade, da educação e das condições de vida. Julgamos ainda que, através deste trabalho, sensibilizamos pais, professores e educadores para a importância que estes têm no desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico das crianças com as quais se relacionam, ajudando-as na formação da sua personalidade. Devemos lembrar que estamos a formar as futuras famílias da nossa sociedade.

Temos de entender e aceitar que a nossa contribuição para com as crianças institucionalizadas ou negligenciadas é limitada. Todos, nós enquanto pessoas, também temos os nossos pontos fortes e fracos. Relativamente a estas crianças sabemos o que passaram e o quanto isso deve ter sido difícil, de qualquer forma, temos de aceitar o facto de que o passado não se pode agora evitar, no entanto, podemos ajudar estas crianças na procura da experiência de uma nova relação com alguém que as acompanhe na sua dor com receptividade e força (Strecht, 2002).

Sabemos que a família é muito importante no desenvolvimento da criança. Investigações demonstram que o tipo de relacionamento com os pais influencia o desenvolvimento da personalidade da criança, a sua auto-estima e o seu desenvolvimento cognitivo e comportamental (Bee, 1984; Bowlby, 1982; Lamb, 1992; Lyytinen & Poikkens, 1998; Strecht, 2002).

Findo o nosso trabalho, parece-nos interessante estudar, em trabalhos futuros, se a auto-estima das crianças institucionalizadas e das que vivem em família é diferente, incluindo também as crianças que vivem em famílias disfuncionais, uma vez que alguns autores referem que o relacionamento familiar influencia a personalidade da criança.

7. REFERÊNCIAS

- Abreu S. R. (2001). *Estudo associa vida e orfanato a maior risco de problema psiquiátrico*. Consultado em 25 de Agosto de 2006 através de www.unifest.br/comunicacao/jpta/ed151/pesqui8.htm
- Abric, J.C. (1994a). *Pratiques sociales et Représentations*. Saint-Germain: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1994b). L'organisation interne des representations sociales : système central et système périphérique. In W. Guimelli (Ed.), *Structures et transformation des représentations sociales* (pp. 73-84). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Abric, J.C. (1996). *Exclusion sociale, insertion et prevention*. Ramonville Saint-Agne: Edition érès.
- Ainsworth, M. (1969). Come contemporary patterns of mother-infant interaction in the feeding situation. *Stimulation in early infancy*, (pp.133-170). New York: Academic Press.
- Ballone, G. J. (2003). *Crianças adoptadas e de orfanato*. Consultado em 25 de Agosto de 2006 através de <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=52=&sec=19>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa : Edições 70. (Tradução do original em francês L`analyse de contenu. Presses Universitaires de France 1977.
- Bastos, C. & Martins M. F. (1998). Olhar longe, olhar de perto: antropologia terapia familiar, algumas reflexões. In Santiago & Gameiro (Eds), *Terapia familiar* (pp.109-131). Porto : Edições Afrontamento.
- Bee, H. (1984). *A criança em desenvolvimento* (3ª ed.). São Paulo: Harper & Row do Brasil. (Tradução do original em inglês The developing child (3rd ed.) E.U.A.: Harper & Row, Publishers, Inc, s. d.).

- Bee, H. (1997). *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Tradução do original em inglês Lifespan development. S. l.: Harpercollins College Publishers, 1994).
- Bíblia Sagrada (1968). *Velho e Novo Testamento*. Edição revista e corrigida. Lisboa: Sociedades Bíblicas Unidas. (Tradução dos originais escritos em Hebraico, Aramaico e Grego, por João Ferreira de Almeida).
- Bion, W. (1973). *Introdução às ideias de Bion*. Porto Alegre: Imago Editora.
- Bowlby, J. (1965). *Child care and the growth of love*. (2ª ed.). London: Penguin psychology.
- Bowlby, J. (1982). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Lda. (Tradução do original em inglês Making and breaking of affectional bonds, R.P.L., 1979).
- Bowlby, J.(Ed.). (1984a). *Triologia do Apego e perda: Vol.1. Apego*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Lda. (Tradução do original em inglês Attachment and loss, Vol.I: attachment. S.l., Tavistock Institute of Human Relations, 1969).
- Bowlby, J.(Ed.). (1984b). *Triologia do Apego e perda: Vol.2. Separação, angústia e raiva*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Lda. (Tradução do original em inglês Attachment and loss, Vol.II: attachment. S.l., Tavistock Institute of Human Relations, 1969).
- Bowlby, J. (Ed.). (1984c). *Triologia do Apego e perda: Vol.3. Perda, tristeza e depressão*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Lda. (Tradução do original em inglês Attachment and loss, Vol.III: attachment. S.l., Tavistock Institute of Human Relations, 1969).
- Di Diacomo, J. P. (1986). Alliance et rejets intergroupes au sein d'un mouvement de revendication. In W. Doise & A.Palmonari, *L'étude des représentations sociales* (pp.119-138). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.

- Doise, W. (1986). Les representations sociales: definition d'un concept. In W.Doise & A.Palmonari, *L'étude des représentations sociales* (pp. 81-94). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Doise, W. & Palmonari, A. (1986). *L'étude des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Erickson, M. T. (1993). Rethinking Oedipus: An evolutionary perspective of incest avoidance. *American Journal of Psychiatry*, 150, 411-416.
- Jodelet, D., Viet, J, & Besnard, P. (1970). *La psychologie sociale*. Paris: Maloine, S.A.
- Flament, C. (1994). Aspects périphériques des representations sociales. In C. Guimelli. *Structures et transformation des représentations sociales* (pp. 85-118). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Freud, S. (1981). Mourning and melancholia. *History of the psycho-analytic movement*: Vol.14, pp. 237-260. London: Hogarth Press.
- Góis, A. (2004). *Menor é melhor*. Consultado em 25 de Agosto de 2006 através de www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u726.shtml
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O inquérito. Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editores.
- Goleman, D. (1997). *Inteligência Emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Gottman, J. & DeClaire, J. (1997). *Los mejores padres: como desarrollar la inteligencia emocional de sus hijos*. Argentina : Javier Vergara Editor.
- Guimelli, C. (1994). *Structures et transformation des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.

- Herzlich, C. (1986). Représentations sociales de la santé et de la maladie et leur dynamique dans le champ social. In W. Doise & A. Palmonari, *L'étude des représentations sociales* (pp.157-167). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Hojat, M. (1998). Satisfaction with early relationships with parents and psychosocial attributes in adulthood: which parent contributes more? *The journal of Genetic Psychology*, 159, (2), 203-220.
- Lamb, M. E. (1987). *The father's role*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Lamb, M. E. (1992). O papel do pai em mudança. *Análise Psicológica*, 1 (10), 19-34.
- Lamb, M. E. (1993). Effects of domestic violence on children's behavior problems and depression. *Developmental Psychology*, 29, (1), 44-52.
- Lamb, M. E. (1998). Nonparental child care: context, quality, correlates and consequences. In W. Damon, I. E. Sigel & K. A. Renninger (Eds), *Handbook of child psychology: Vol. 4*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- León, A. (1980). *Manual de psicopedagogia experimental*. Lisboa: Moraes Editores.
- Le Camus (1997). Dossier sur le rôle du père. *Enfance*, 3, 325-336.
- Lyytinen, P., Laako, M. & Poikkeus, A. (1998). Parental contribution to child's early language and interest in books. *European Journal of Psychology of Education*, 13, (3), 297-308.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen & E. M. Hetherington (Eds), *Handbook of child psychology: Socialization, personality and social development*, (pp. 1-101). New York: Wiley.

- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Maroco, J. & Bispo, R. (2003). *Estatística aplicada às ciências sociais e humanas*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Mazet, P. & Stoleru, S. (2003). *Psicopatologia do lactente e da criança pequena*. Lisboa: Climepsi Editores (Tradução do original em Francês Psychopathologie du nourrisson et du jeune enfant (2^o ed.). Paris: Masson, 1993).
- McLoyd, V. C. (1990). The impact of economic hardship on black families and children: psychological distress, parenting, and socioemotional development. *Child Development*, 61, 311-346.
- Mendes, J. C. & Sousa, M. T.(1991). *Direito da família*. Lisboa: Associação académica da faculdade de Direito de Lisboa.
- Morgado, J. (2003). *Qualidade, inclusão e diferenciação*. Lisboa: ISPA.
- Moscovici, S. (1972). *Introduction à la psychologie sociale*, 1 Vol. Paris: Librairie Larousse.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse son image et son public*, 2^a ed. Saint- Germain: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1984). *Psychologie sociale*. Saint-Germain: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1986). L`ere des représentations sociales. In W. Doise & A. Palmonari, *L'étude des représentations sociales* (pp. 34-79). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Murdock, G.P. (1972). *De la structure sociale*. Paris: Payot.

- Rutter, M., Giller, H. & Hagell A. (2000). *La conducta antisocial de los jóvenes*. Madrid: Cambridge University Press (Tradução do original em inglês Ritual and religion in the making of humanity. New York: Cambridge University press, 1999).
- O'Connell, M. (1993). *Where's papa? Father's role in child care*. Washington: Population Reference Bureau.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo Central das representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, Lda.
- Sá, E. & Cunha, M.J. (1996). *Abandono e adopção*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Santos, J (1990). *Eu agora quero-me ir embora – conversas com João Monteiro*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Sampaio D. & Gameiro J. (1998). *Terapia Familiar* (4ªed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Santiago, R. (1997). *A escola representada pelos alunos, pais e professores*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Spitz, R. (1979). *Primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes.
- Strecht, P. (2002). *Crescer Vazio* (4ª ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Sullerot, E.(1997). *A Família*. Lisboa: Instituto Piaget. (Tradução do original em francês Le grand remue-ménage. Librairie Arthème Fayard, 1997).
- Vala, J. (1993). Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 353- 384.
- Wallon H. (1978). *Evolução psicológica na criança*. Lisboa: Editorial 70.

Winnicott, (1975). *A criança e o seu mundo* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Tradução do original em inglês *The child, the family and the Outside World*. Middlesex: Penguin Books, Ltd., 1965).

Winnicott, D. (1985). *Deprivation and delinquency*. London: Routledge.

ANEXOS

Anexo A: Guião de Entrevista

Dados pessoais: Sexo, Idade e Data da institucionalização.

- O que é para ti uma família?
- Achas que as famílias são todas iguais? Porquê?
- Para ti o que é um pai?
- E uma mãe?
- Achas importante ter uma família? Podes explicar porquê?
- Numa família qual é habitualmente a pessoa mais carinhosa? Porquê?
- E qual é a pessoa mais difícil? Porquê?
- Para ti como seria a Família Ideal, a melhor família?
- Compararias a família ao quê? Usa a tua imaginação.
- Para terminarmos gostaria que completasses esta frase: Família é ...

Anexo B: Entrevistas a crianças institucionalizadas com três anos

Sexo - Feminino Idade – 14 anos

Institucionalizada com 3 anos.

1 – Uma família para mim é onde ajudam as crianças, dão o essencial: paz, amor, carinho, os essenciais.

2 - Não. Algumas têm mais dificuldades que outras. Financeiro, de colaboração e outras coisas.

3 – Não sei. Não sei, eu nunca tive pai.

4 – Uma mãe é uma pessoa que nos ajuda, que nos dá todo o apoio necessário, que está sempre presente nos bons e maus momentos e quem nos ajuda.

5- Sim. Porque nos dá amor.

6 – A mãe. Porque é mais atenciosa que os outros todos, não quer dizer que os outros também não sejam mas... é ela que se esforça para nos satisfazer e essas coisas.

7 – Acho que não é ninguém. Todos tentam colaborar uns com os outros para satisfazer as pessoas.

8 – É aquela que está sempre presente, me ajuda... que é muito atenciosa também temos direitos e deveres, muitas coisas.

9 – Compararia a família com... a amizade. A família tem de ser amiga tem de haver um ciclo da amizade.

10 - Família é a união.

Sexo - Masculino

Idade – 12 anos

Institucionalizado com 3 anos

1 - Uma família é um conjunto de pessoas que nos apoiam nas dificuldades, que trate de nós,... que nos dão carinho e amizade e amor.

2 - Não. Há ciganos, há famílias mais baixas do que a minha que era dantes. O meu pai batia na minha mãe com a garrafa do vinho e a minha mãe batia nele com o cajado.

3 - O pai é... às vezes um bocado mau. Que nos proteja, também seja nosso amigo, dê carinho, amizade, amor.

4 - Uma mãe... devemos honrá-la, é uma pessoa que trata de nós, avisa-nos, cuida de nós, dá-nos amor, carinho, paz, protege-nos.

5 - É a coisa mais importante! Não é para dar dinheiro, dar ou vender, a coisa mais importante é a família. Porque é ela que está mais perto de nós, às vezes. Cuida de nós, como o pai e a mãe.

6 - A mãe. Porque... é a que tem mais tempo, é mais carinhosa.

7 - O pai! Porque bate.

8 - As pessoas que cuidam de nós, pessoas que nos sustentam, que nunca nos abandonam.

9 - A uma árvore, vai sempre crescendo na amizade, no desenvolvimento também, uma flor, planta, árvore. A mãe dá um filho, o filho dá outro filho.

10 - Família é... amor.

Anexo C: Entrevistas a crianças institucionalizadas após contacto familiar

Sexo - Masculino Idade – 13 anos

Institucionalizado com 7 anos.

1 – É irmãos, pais, avós, tios.

2 – Não. Algumas são pobres, outras não podem ter filhos, outras tiveram e foram retirados e outras têm tudo.

3 – Também nos ajuda no que pode e outras coisas que eu já não me lembro.

4 – Uma mãe? Uma mãe é... trata de nós, que nos ajuda naquilo que a gente pede e se a gente precisar de alguma coisa pode estar disponível.

5 – É. Porque sem a família ninguém tem muita sorte e há tristezas.

6 – É a mãe. Tem menos remorsos e essas coisas. Tipo, os filhos fazem qualquer coisa e elas não ficam com aquilo, elas falam com os filhos, mas os pais podem chatear-se connosco, mesmo muito, e as mães podem resolver as coisas melhor, são mais calmas.

7 - É o pai. O pai trabalha muito e quer sempre trabalhar como um pai e depois quando a minha mãe diz para ele parar e... continua, isso é muito difícil. E quando ela diz para ir ao hospital ele não vai.

8 – Feliz, uma família feliz... não me interessa que tenha dinheiro ou não para mim tem de ser feliz.

9 – Não sei. A uma instituição, como por exemplo. Porque todas as pessoas estão aqui, há carinho, ajudam naquilo que poder, dá-nos coisas e a gente aqui também de vez em quando se porta bem, outros não e com os pais também assim, é igual.

10 – Família é... Família em conjunto dão muita alegria. Boa, feliz e divertida, interessada, grande, mesmo grande.

Sexo - Feminino Idade – 11 anos

Institucionalizada com 10 anos.

1 – Ter pais que gostam da gente, irmãos... P`ra mim família é isto e sermos amados.

2 – Não. Porque há famílias que têm condições para ter filhos, outras não. Outras são pobres, outras são ricas e nem todos são iguais. Nem todos são iguais de condições, de dinheiro, de roupa, de família, de terras, de países.

3 – Que gosta dos filhos, que nos ama, que cuida dos filhos.

4 – As mesmas coisas... não é bem parecido, ela preocupa-se mais que o pai, é só a única diferença. Se a gente sai, se a gente namora, se a gente vamos ao cinema, se a gente vamos às piscinas, se a gente passamos de ano, se agente chumba o ano.

5 – Sim. Têm mais carinhos para nós e que *tamos* a sentir que somos amados.

6 – A mãe. Porque a mãe é cuidadosa, a mãe é que faz a comida, a mãe lava a roupa, a mãe é que passa a roupa.

7– É o pai, o pai trabalha até às tantas da noite, acho que é só.

8 – Sem discussões, sem ter os pais separados, ter um quarto só para mim e um só para o meu irmão, e é só.

9 – A nada. Para mim não há nada para comparar à família.

10 – Família é... carinhosa, amor, felicidade.

Anexo D: Entrevistas a crianças que vivem em família

Sexo - Feminino

Idade - 12 anos

1 - Família são pessoas que se ajudam umas às outras, que se amam, que se unem, que convivem umas com as outras.

2 - Não, não. Há famílias problemáticas, há outras felizes e infelizes. Todas as famílias têm discussões e essas coisas assim, mas há umas diferentes de outras.

3 - O pai deve ser uma pessoa que a gente pode confiar, que a gente pode contar, que se precisarmos de alguma coisa que ele está lá, acho que é isso.

4 - Para mim, no meu caso como sou rapariga a mãe é como se fosse mais amiga do que o pai, porque é mulher e isso. Mas também acho que é isso, é quando a gente precisa dela ela tá lá e essas coisas assim.

5 - Acho. Porque, por exemplo, quando não temos família sentimo-nos sozinhos, não temos apoios de ninguém, acho que a família é muito importante.

6 - Acho mais a mãe. Porque é aquela pessoa que nós temos um relacionamento mais próximo, que nos conhece bem, que sabe sempre o que se passa e essas coisas assim.

7 - Talvez o meu avô, porque eu acho tem uma maneira de gostar de mim diferente, tem brincadeiras comigo que eu às vezes não gosto, ou que pronto..., mas depois há também o outro lado que eu vejo que ele gosta muito de mim e que era capaz de fazer qualquer coisa por mim, mas às vezes tem aquele lado mais brusco.

8 – Uma família que se compreenda uns aos outros, que se amem, que se ajudem, que partilhem os seus desgostos, as suas felicidades.

9 – Uma viagem paradisíaca. Porque acho um sítio calmo, um sítio de paz, de descanso.

10 - Família é importante.

Sexo - Masculino

Idade – 12 anos

1 – Para mim uma família são aquelas que nos apoiam, que nos ajudam nos momentos mais difíceis, gostam da gente e nos estão sempre a criticar, é o lar.

2 –Acho que não. Há famílias que são aquelas normais onde os pais gostam dos filhos e os filhos também gostam dos pais, que são unidas. Há outras que estão sempre em guerra.

3 – Um pai... um pai acho que é uma pessoa muito importante para a gente, brinca com a gente, gosta de nós. Também como já foi professor de Matemática também me ajuda em Matemática na escola, se calhar se não fosse ele havia muitas coisas que eu hoje não sabia.

4 – A mãe é a pessoa que nos gerou, acho que também é muito importante para a gente e gosta muito da gente. Também nos ajuda nas coisas mais difíceis e que nos apoia a tomar decisões, acho que é bom ter uma mãe.

5 – Acho que sim, porque ajuda-nos na escola, a gente a ser educados, a maneira certa de a gente viver, o que a gente deve ou não fazer, às vezes castigam-nos mas também por uma boa razão, acho que é bom ter uma família.

6 – Acho que é a minha mãe. Porque à noite vai-me sempre dar um beijinho antes de se deitar, brinca comigo. Também tenho outras pessoas carinhosas, tenho o meu pai, mas acho que a minha mãe é a pessoa mais carinhosa.

7 – Não sei se calhar a minha avó ou o meu tio, se calhar não sei... O meu tio, porque às vezes a gente... às vezes critica-nos por coisas que não são assim... são insignificantes... acho que ele é fixe, mas às vezes...

8 – Eu acho que não há uma família ideal, há sempre conflitos entre a família, mas eu gosto da minha família e acho que é boa.

9 – Ao futebol, porque eu gosto muito de futebol e gosto muito da minha família.

10 - Família é... É tudo para mim.